



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Modalidade: Educação a Distância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 CONTEXTO EDUCACIONAL E NECESSIDADE SOCIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	9
2 OBJETIVOS DO CURSO	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 MARCO CONCEITUAL	13
4 BASES	21
4.1 BASES LEGAIS	21
4.1.1 Bases da Educação Nacional	21
4.1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	21
4.1.3 Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia	21
4.1.4 Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura	21
4.1.5 Educação de surdos	21
4.1.6 Relações Étnico-Raciais	22
4.1.7 Educação Ambiental	22
4.1.8 Direitos Humanos	23
4.1.9 Direitos e acessibilidade	23
4.1.10 Direitos linguísticos	24
4.1.11 Educação a distância	24
4.1.12 Núcleo Docente Estruturante de Curso de Ensino Superior	24
4.1.13 Auto avaliação Institucional	24
4.1.14 Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	25
4.2 BASES INSTITUCIONAIS	25
4.2.1 Breve Histórico do INES	25
4.2.1.1 Curso Normal Superior.....	26
4.2.1.2 Curso de Pedagogia - Licenciatura.....	27
4.2.1.3 Curso de Pós-Graduação lato sensu.....	28
4.2.1.4 Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)	28
4.3 NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO INES	29
4.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	30
4.5 GRAU DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DO INES	31
5 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DO CURSO	33
6 PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS E METODOLÓGICOS	35
7 ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS	40

7.1 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	44
9 MATRIZ CURRICULAR	47
11 ATIVIDADES FORMATIVAS OBRIGATÓRIAS	51
12 ATIVIDADES FORMATIVAS OPTATIVAS	51
13 EMENTAS, OBJETIVOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA DAS ATIVIDADES FORMATIVAS.....	52
13.1 ATIVIDADES FORMATIVAS DO PRIMEIRO PERÍODO.....	52
13.2 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SEGUNDO PERÍODO.....	60
13.3 ATIVIDADES FORMATIVAS DO TERCEIRO PERÍODO	68
13.4 ATIVIDADES FORMATIVAS DO QUARTO PERÍODO	77
13.5 ATIVIDADES FORMATIVAS DO QUINTO PERÍODO	87
13.6 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SEXTO PERÍODO	95
13.7 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SÉTIMO PERÍODO	105
13.8 ATIVIDADES FORMATIVAS DO OITAVO PERÍODO	118
13.9 ATIVIDADES FORMATIVAS DO NONO PERÍODO	124
14 ENCONTROS PRESENCIAIS	128
15 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO.....	128
16 UTILIZAÇÃO DE TICs NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	128
17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) - A CONSTRUÇÃO DE UM CÍRCULO DE CULTURA DIGITAL	129
18 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	130
18.1 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO	131
18.2 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	131
18.3 RELAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	132
18.4 METODOLOGIA DO ESTÁGIO	132
18.5 RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	133
19 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	133
19.1 REGULAMENTO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR.....	134
20 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	135
21 PROCESSOS, CRITÉRIOS E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO	137
21.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	137
21.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	138
21.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	140
21.3.1 Autoavaliação.....	140
21.3.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	140

21.4 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	141
22 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	142
23 CORPO DISCENTE	143
23.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	143
23.2 APOIO AO DISCENTE.....	145
24 CORPO DOCENTE	147
24.1 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS).....	147
24.2 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS).....	148
24.2.1 Percentual de doutores	149
24.3 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS).....	149
24.4 RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DOCENTES - PROFESSORES(AS)-AUTORES(AS) - E O NÚMERO DE VAGAS	149
24.5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	149
24.6 ATRIBUIÇÕES DO/A PROFESSOR/A-AUTOR/A	150
24.7 TITULAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS DO CURSO – TUTORES/AS.....	152
24.8 EXPERIÊNCIA DOS/AS PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS – TUTORES(AS) - EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	153
24.9 POLÍTICA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE	153
24.10 ATRIBUIÇÕES DOS/DAS PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS – TUTORES/AS.....	154
24.11 RELAÇÃO DOCENTES E PROFESSORES/AS/MEDIADORES/AS - TUTORES(AS) - PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA - POR ESTUDANTE	155
25 MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES ...	155
26 COORDENADOR DO CURSO	156
26.1 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	156
26.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR.....	157
26.3 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA DO COORDENADOR DO CURSO.....	157
27 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	158
27.1 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA GESTÃO EM EAD	158
27.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA EM EAD	158

27.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA ÁREA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EAD	158
27.4 POLÍTICA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	159
28 COLEGIADO DO CURSO	160
29 REPRESENTAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	161
30 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	162
30.1 REGIME DE TRABALHO DO NDE.....	163
30.2 FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO NDE.....	163
31 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	165
32 DIRIGENTES INSTITUCIONAIS	166
32.1 DIRIGENTES DO INES E DO DESU	166
32.2 COORDENAÇÃO DO NEO	166
33 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO	166
34 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	168
34.1 TURNOS	168
34.2 CARGA HORÁRIA	168
34.3 FORMAS DE ACESSO E NÚMERO DE VAGAS	168
34.4 REGIME DE OFERTA	169
34.5 POLOS DE APOIO PRESENCIAL.....	169
35 INFRAESTRUTURA	170
35.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	170
35.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	170
35.3 SALA DE PROFESSORES	170
35.4 SALAS DE AULA	172
35.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	172
35.6 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE.....	172
35.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE.....	172
35.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS	173
REFERÊNCIAS	174

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas do século XX presenciaram importantes avanços nos domínios da educação, com novas abordagens metodológicas, introdução de novas tecnologias e formação de professores/as para atender necessidades de grupos com demandas singulares. Neste contexto, vem crescendo, nas esferas pública e privada, a oferta de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto e latu senso*) no campo da formação docente. Contudo, mesmo com o aumento da diversidade de cursos e de número de vagas, há, ainda, acentuada carência de oferta de cursos que tenham como foco grupos com demandas específicas, como é o caso dos/as surdos/as.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, oferece Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior - graduação e pós-graduação, observados o Decreto nº 7.690/2012 e a Portaria MEC nº 323, de 08/4/2009, publicada no DOU de 09/4/2009. Tal como registrado no seu atual Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI (INES, 2011) - quadriênio 2012-2016, a educação é bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – Libras e Língua Portuguesa escrita) em todos os níveis – em consonância com a Lei nº 10.436/2002, de 24/04/2002 e com o Decreto nº 5.626/05, de 22/12/2005 – e está implicada no desenvolvimento de uma série de ações que envolvem formação inicial e continuada de professores/as dentro dessa perspectiva.

Em continuidade às ações que visam à consolidação e à expansão do Ensino Superior no INES e ao desenvolvimento de políticas de formação de professores/as¹, o Instituto assumiu, a convite do MEC, a responsabilidade de implementar, de acordo com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (Decreto nº 7.612, de 17/11/2011), o **Curso de Pedagogia - Licenciatura**, na modalidade a distância. O oferecimento ocorrerá, através de 12 polos, cada um com 30 estudantes, localizados nas cinco regiões do país², e distribuídos, conforme orientações do MEC, da seguinte forma: dois polos por região, salvo os três polos designados a atender a Região Nordeste. Além disso, o INES, em sua sede, abrigará uma turma, perfazendo, assim, o total de 360 estudantes contemplados/as no Brasil.

¹ Expandir o Ensino Superior e oferecer cursos de formação de professores através da EaD são metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016).

² É objetivo do Instituto, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional: “construir e institucionalizar uma agenda de relações institucionais de âmbito local, regional, nacional e internacional” (INES, 2011, p. 11).

Assim, faz parte dos objetivos do INES, a partir da estrutura física para o oferecimento de educação a distância (EaD), plenamente instalada, ampliar as ações locais e, sobretudo, as ações de âmbito nacional, com a oferta de novos cursos de graduação, como é o caso do **Curso de Pedagogia**, cujo projeto ora se apresenta.

Tal como se sabe, há uma enorme demanda por formação inicial e continuada na área da surdez e os meios proporcionados pelas tecnologias, dentro de uma perspectiva dialógica e bilíngue, certamente poderão suprir de modo mais intenso e abrangente as necessidades do país nesse campo.

1 CONTEXTO EDUCACIONAL E NECESSIDADE SOCIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Pode-se afirmar que a proposição de uma educação bilíngue para surdos/as e seus desdobramentos político-pedagógicos ainda são fenômenos novos no cenário educacional brasileiro. Há apenas cerca de duas décadas essa nova concepção de educação de surdos/as vem sendo considerada no universo das políticas públicas brasileiras em virtude da pressão dos movimentos sociais e da crescente produção de pesquisas, sobretudo nas áreas da linguística, linguística aplicada e educação.

Com a oficialização da Língua Brasileira de Sinais, Libras³, em abril de 2002, pela Lei Federal nº 10.436 e com o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta essa lei, uma série de conquistas passam a ser asseguradas, notadamente: inclusão da Libras como atividade formativa obrigatória em cursos de formação de professores/as; formação de professores/as de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras nos cursos de Letras-Libras; exame nacional para certificação da proficiência linguística em Libras⁴, o PROLIBRAS; recomendação de que a Libras e o português escrito sejam as línguas de instrução nos contextos escolares e acadêmicos em que haja alunos/as surdos/as.

Em 2011, foi instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – “Viver sem Limite” (2011-2014), por meio do Decreto nº 7.612/11, o qual representou um importante avanço na inclusão de diferentes grupos. Esse plano estabeleceu metas para promover a inclusão e a formação de grupos historicamente excluídos do/no sistema educacional, como o das pessoas surdas. Dentre as metas estabelecidas no “Viver sem Limite” quanto ao acesso à educação de surdos/as, está a criação de doze cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue e de vinte e sete Cursos de Letras-Libras⁵.

No Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), desde 2004, são desenvolvidas ações com a preocupação de formar profissionais para atuarem na perspectiva bilíngue. Em 2006, começou a ser oferecido o **Curso Bilíngue de**

³ Libras: Língua Brasileira de Sinais, denominação aprovada pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), pela WFD (*World Federation of the Deaf*), por autores e pesquisadores da área, bem como aceita e utilizada pelos documentos do MEC e pela legislação brasileira.

⁴ Deve-se ressaltar que a realização do exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa (promovido pelo Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade) foi previsto para o período de dez anos a partir de 2005, conforme exarado no art. 20 do Decreto nº 5.626/05.

⁵ A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) oferece, atualmente, cursos de Letras-Libras em 19 polos.

Pedagogia – Licenciatura⁶, o qual constitui-se o único Curso de Pedagogia voltado para estudantes surdos/as e não-surdos/as, na modalidade presencial.

Em 2015, para atender o previsto no “Viver sem Limite”, o INES, através do seu Núcleo de Educação *Online* (NEO)⁷, deu início à criação do **Curso de Pedagogia – Licenciatura**, dentro da abordagem bilíngue, na modalidade semipresencial.

Um curso bilíngue não se restringe à presença de intérpretes e/ou tradutores para estudantes surdos/as, mas supõe uma postura político, social e identitária que consiga engendrar a pedagogia a partir dos “óculos surdos”⁸. Essa visão irá impactar em diferentes aspectos: currículo, métodos, avaliação, gestão etc. É essa pedagogia bilíngue, hábil a trabalhar com surdos/as e não-surdos/as, o foco principal do profissional que se almeja formar por meio deste curso.

A despeito do avanço proporcionado pela legislação e pelo movimento surdo, ainda há um longo caminho em direção à constituição de novos modos de representação desvinculados da tradicional concepção terapêutica da surdez e dos surdos/as. Ressignificar os sujeitos surdos como bilíngues implica um deslocamento bastante complexo: trata-se de passar a ver brasileiros natos como usuários de um outro sistema linguístico, de outra discursividade bastante diferente da língua portuguesa. E acresce-se o fato de que a maioria dos/as surdos/as (95%⁹) nascem em famílias ouvintes não usuárias de Libras. Portanto, diferentemente das crianças de comunidades de imigrantes ou indígenas, os/as surdos/as precisarão, de modo crucial, do mundo escolar para adquirirem uma língua mais acessível à constituição de suas subjetividades e identidades, a qual, em geral, é a língua de sinais. Este já é um primeiro e importantíssimo compromisso das instituições escolares: promover projetos de formação que envolvam o aprendizado da Libras. Desse modo, a formação docente precisa dialogar com a realidade multilíngue do país, tornando os/as futuros/as docentes capazes de produzirem práticas pedagógicas culturalmente sensíveis à pluralidade linguística brasileira.

Sabe-se que a demanda de formação de docentes para atuarem com estudantes surdos/as, seja no nível de cursos de graduação, seja na formação continuada em todo o

⁶ É importante pontuar que a nomenclatura “Curso Bilíngue de Pedagogia – Licenciatura” é utilizada em todos os documentos internos do INES, contudo, no sistema e-mec, consta o seguinte registro: “Curso de Pedagogia – Licenciatura” (código 100547).

⁷ O NEO foi criado em 2015, através da Portaria nº 81, publicada no D.O.U. de 25 de março de 2015. No item 5, sua organização será apresentada.

⁸ Expressão utilizada por: PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 51-74.

⁹ IBGE (2007).

país, mostra-se cada vez maior. Assim, o crescente e desejável aumento de estudantes surdos/as na rede regular de ensino, além da forte demanda (ainda não atendida) por formação docente para trabalhar com alunos/as surdos/as, evidenciam a necessidade social do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**, na perspectiva bilíngue, cujo presente documento pretende apresentar.

2 OBJETIVOS DO CURSO

2.1 OBJETIVO GERAL

O **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** do INES, a partir da parceria com instituições de ensino superior que sediarão os polos de apoio presencial nas cinco macrorregiões do Brasil, objetiva **formar professores/as e gestores/as educacionais, surdos/as e não-surdos/as, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural na modalidade *online***, para atuar em na área da docência (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) e na gestão escolar em espaços não formais. Com isso, pretende-se contribuir para a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade voltado para a comunidade surda no Brasil.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral, o **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** ora proposto pretende formar profissionais capazes de:

- compreender a educação como acontecimento social, político e cultural, em seu dinamismo e em sua diversidade de modo a favorecer atuações educacionais críticas e criativas;
- reconhecer a ação educativa como prática político-social de intervenção e transformação da sociedade;
- promover pesquisas e estudos na área da educação bilíngue e intercultural, norteados por princípios éticos;
- utilizar a Libras, como primeira ou segunda Língua, em práticas sociais e educativas;

- conhecer a história do sujeito surdo, aspectos culturais, literatura surda, movimentos dos/as surdos/as, políticas para enfrentamentos das questões relacionadas à surdez e a tecnologias assistivas¹⁰;
- conhecer, discutir e divulgar as demandas educacionais e especificidades culturais próprias de alunos/as surdos/as.
- valorizar as diferentes Línguas e linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas, dentro de uma perspectiva aditiva¹¹;
- cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões física, cognitiva, afetiva, cultural, lúdica, artística, ética, linguística e social;
- refletir sobre as práticas pedagógicas e mediar o processo de aprendizado de crianças, adolescentes, jovens e adultos, considerando as dimensões descritas no tópico anterior;
- criar condições para a produção de conhecimento nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física, respeitando as diferentes fases do desenvolvimento humano, assim como as diferenças culturais e linguísticas;
- analisar e produzir metodologias e materiais didáticos para a educação bilíngue de surdos/as;
- utilizar criticamente as tecnologias da informação e comunicação em prol do desenvolvimento de uma educação bilíngue e intercultural;
- reconhecer o currículo como uma construção social, compreendendo seu caráter histórico e político;
- desenvolver práticas curriculares afinadas com uma ótica intercultural;
- utilizar, com propriedade e contextualização, instrumentos de avaliação em que os aspectos qualitativos tenham preponderância sobre os quantitativos e em que o caráter formativo da avaliação seja o elemento balizador;
- compreender a gestão educacional de espaços formais e não-formais como fenômeno próprio à organização, orientação, consecução, planejamento, supervisão e avaliação do trabalho pedagógico;
- desenvolver práticas administrativas que tenham como horizonte a superação das injustiças sociais;

¹⁰ Ver Rangel e Stumpf (2015, p. 122).

¹¹ Quadros (2005). Será abordada essa questão no item 3.

- participar da gestão das instituições (formais e não-formais), contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico, dentro de uma perspectiva democrática;
- incentivar e promover relações dialógicas entre a instituição educativa (formal ou não-formal), a família e a comunidade;
- refletir e propor políticas públicas no campo da educação de surdos/as que estejam articuladas com o processo de emancipação social;
- analisar criticamente a legislação atinente à educação.

3 MARCO CONCEITUAL

Este projeto assume a abordagem intercultural (CANDAU, 2008, p. 51) no que tange à forma através da qual se compreende a relação entre diferentes culturas e no que se refere à ótica que orientará o fazer pedagógico. Essa visão tem como características: “a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade”; a concepção das culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução”; “afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras”; “a consciência dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais”, e a importância de não se “desvincular as questões da diferença e da desigualdade presentes hoje de modo particularmente conflitivo, tanto no plano mundial quanto em cada sociedade” (ibid, p. 51-52). Isso significa a negação tanto da ótica essencialista¹², quanto da assimilacionista¹³.

¹² A perspectiva essencialista da identidade cultura compreende-a como encerrada no nascimento, como integrante da natureza de cada um de nós, como característica advinda do parentesco, da nossa “linhagem de genes” e como integrante de nosso “eu interior” (MOREIRA, 2005, p. 126).

¹³ De acordo com Candau (2008, p. 50), uma política assimilacionista, no caso da educação, assim se configura: promove-se uma política de universalização da escolarização, todos são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados etc. Simplesmente os que não tinham acesso a esses bens e a essas instituições são incluídos nelas tal como elas são. Essa posição defende o projeto de construir uma cultura comum e, em nome dele, *deslegitima dialetos, saberes, línguas, crenças, valores “diferentes”, pertencentes aos grupos subordinados, considerados inferiores explícita ou implicitamente* (grifos nossos).

A abordagem intercultural vai ao encontro do multiculturalismo crítico defendido por McLaren (1997), o qual defende o pressuposto de que tal multiculturalismo precisa ser situado dentro do campo da política de transformação, sob pena de se configurar apenas como um modelo de adequação ao *status quo*. Segundo Candau (ibid, p. 51), o multiculturalismo crítico “entende as representações de raça, gênero e classe [e das línguas] como produto das lutas sociais sobre signos e significações”. Enfoca “a transformação das relações sociais, culturais e institucionais em que os significados são gerados”. Opõe-se, portanto, a compreender cultura como um elemento “não-conflitivo”, já que seu compromisso é com a democracia e a justiça social.

o multiculturalismo revolucionário não se limita a transformar a atitude discriminatória, mas é dedicado a reconstituir as estruturas profundas da economia política, da cultura e do poder nos arranjos sociais contemporâneos. Ele não significa reformar a democracia capitalista, mas transformá-la, cortando suas articulações e reconstruindo a ordem social do ponto de vista dos oprimidos (MCLAREN, 2000, p. 284).

Tal visão crítica parte da ideia de que os espaços educativos não podem ser considerados “meramente como espaços instrucionais, mas devem ser vistos como locais onde a cultura, o poder e o conhecimento estão juntos para produzir identidades, narrativas e práticas sociais particulares” (GIROUX, 2003, p. 95).

Nota-se, pois, que, no campo do debate sobre os estudos surdos, o multiculturalismo crítico oferece suporte para a superação do modelo de medicalização, patologização e normatização, o qual desconsidera a comunidade surda, a sua língua, as identidades surdas, as experiências visuais, gerando um processo de opressão. Dentro dessa lógica, os/as surdos/as são vistos/as somente a partir de seus “traços negativos, percebidos[as] como exemplos de um desvio de normalidade, no pior dos casos, ou de uma certa diversidade, no melhor dos casos” (SKLIAR, 2013, p. 12). E aqui, ao tomar a surdez numa ótica política, torna-se importante distinguir “diversidade” e “diferença”. Para Bhabha (2007, p. 63), a diversidade, ao reconhecer “conteúdos e costumes culturais pós-dados” e manter-se num “enquadramento temporal relativista”, acaba por se situar dentro das noções liberais de multiculturalismo. O autor esclarece que “diversidade cultural” é “a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva

única” (ibid, p. 53). Isso significa que a diversidade forja um falso consenso de que a normalidade contém os diversos, embaçando e mascarando as relações etnocêntricas. Já a “diferença”, tal como indica McLaren (1997), precisa ser compreendida como o resultado de uma produção histórica e social, e não como mera textualidade. Nesse sentido, importa, no caso em tela, desnudar as relações de poder, os privilégios e as hierarquias das opressões no contexto da educação de surdos/as. Destarte, o referencial sociocultural freiriano é fundamental. Na obra “Pedagogia do Oprimido” (2005), Freire discute o processo de opressão operado pela educação bancária e propõe a pedagogia dialógica. Embora o autor não faça referência ao/à surdo/a especificamente, o debate que empreende ajuda na problematização desta questão.

A crítica feita à “educação bancária” revela seu caráter “narrador” e “dissertador”, o qual desconsidera as percepções do educando, reificando-o, na medida em que o toma como “coisa” a ser manipulada, como vaso a ser preenchido, e não como sujeito. Na realidade do/a surdo/a, esse problema se revela através do “ouvintismo”¹⁴ como ideologia dominante que faz com que o surdo tenha que se olhar e a se anunciar como se fosse um ouvinte. Mas, como lembra Skliar (ibid, ibid), é justamente através desse olhar e dessa anunciação que se revelam as percepções de “ser deficiente”, de “não ser ouvinte”, as quais legitimam as práticas clínicas e terapêuticas.

A “educação bancária” anula ou minimiza o poder criador dos educandos, contribuindo para sua ingenuidade e não para sua criatividade (FREIRE, 2005, p. 69). Os opressores têm seu objetivo alcançado já que a ordem das coisas permanece. O “humanitarismo” dos opressores, e não o humanismo, “está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (...)” (ibid, ibid). Essa situação é muito comum na educação de surdos/as; o estudo da história desses sujeitos revela que “a atividade missionária e o auxílio caridoso são encorajados como respostas moralmente legítimas” (WRIGLEY, 1996, p. 16). A esse respeito, Skliar (2013, p. 16) ressalta que a transformação de instituições educativas em “territórios médico-hospitalares” foi uma das causas do que denomina de “holocausto linguístico, cognitivo e cultural” que vivenciaram os/as surdos/as, situação que pode ser comparada àquela que viveram outros grupos oprimidos.

Freire (2005, p. 69) salienta que os oprimidos, chamados simpaticamente de “assistidos”, são vistos como “casos individuais”, simples “marginalizados” da

¹⁴ “(...) Representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos” (SKLIAR, 2013, p. 15).

sociedade justa e organizada da qual se discrepam. O estudioso, então, conclui que, na concepção conservadora, os oprimidos “são patologia da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-los a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos” (ibid, ibid) – ou, no caso dos/as surdos/as, de indivíduos deficientes, marcados pela ausência. A solução seria, pois, reincorporá-los à sociedade sadia, conforme inspira o multiculturalismo assimilacionista. Contudo, Freire rejeita essa concepção idílica de sociedade e, desse modo, recusa a ideia de que há “marginalizados”, já que os oprimidos nunca estiveram *fora* da sociedade, sempre estiveram *dentro* de uma “estrutura que os transforma em ‘seres para outro’” (ibid, p. 70).

Todavia, esse processo de opressão não se dá sem resistências. Os movimentos sociais engendrados pelos/as surdos/as buscam afirmar a concepção sócio-antropológica da surdez, a qual percebe o/a surdo/a como sujeito histórico. Tal concepção compreende “a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma maneira específica de se construir a realidade histórica, política, social e cultural” (RODRIGUES, 2008, p. 60). A surdez é entendida como diferença e não como uma deficiência.

Vale lembrar que, em Freire, o tema da diferença está articulado ao compromisso do ser humano com a humanização do mundo. O reconhecimento e o respeito à diferença englobam, no prisma freiriano, a abertura para um diálogo mais amplo, que deve ser percebido em sua dimensão intercultural. “Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode se dar” (FREIRE, 1997, p. 136). Essa interpretação se coaduna com a concepção sócio-antropológica, já que ressalta a exigência ontológica do direito de ser e de produzir diferença. Os/as surdos/as, tão qual essa concepção,

formam uma comunidade lingüística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modo de socialização próprios. A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituírem-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências lingüística e comunicativa – e cognitiva – por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos [...] A língua de sinais anula a deficiência lingüística consequência da surdez e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística minoritária diferente e não um desvio da normalidade (SKLIAR, 1997, p.141).

Partindo da visão sócio-antropológica e, portanto, intercultural, este Projeto reconhece a variedade linguística do país, apesar de o Brasil ser identificado, no senso comum, como um país monolíngue – Língua Portuguesa. O que se pretende é assumir uma postura linguística “aditiva”¹⁵, a qual, ao contrário da postura assimilacionista (linguística e cultural) e da postura monocultural, considera que há vantagens – não somente linguísticas, mas políticas, sociais e culturais – na adoção de diferentes línguas. Isso significa adotar uma perspectiva bilíngue, o que “implica mudanças na arquitetura, nos espaços, nas formas de interação, nas formações dos professores bilíngues, de professores surdos e de intérpretes de língua de sinais” (QUADROS, 2005, p. 31). Percebe-se, pois, que a organização de um curso de pedagogia bilíngue supõe muito mais do que a utilização de duas línguas. Trata-se de um posicionamento político-pedagógico que deve permear o planejamento, a organização pedagógica, a metodologia do/no ensino superior, o currículo e a avaliação do Curso.

Na esteira desse debate, a surdez é entendida não como a presença de uma deficiência, mas como uma característica de ordem cultural e linguística dos surdos (WRIGLEY, 1996). No campo legal, o próprio Decreto nº 5626/05 exara, em seu artigo 2º, que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2015).

Considerando a forma por meio da qual o/a surdo/a organiza o pensamento e a linguagem, bem como a potencialidade do desenvolvimento do/a surdo/a no que tange ao campo visual, o currículo precisa ser desenvolvido em um prisma visual-espacial. Tal entendimento não nega a presença da Língua Portuguesa oral para ouvintes, os quais também fazem parte do público do Curso que ora se propõe. A ideia aqui, já indicada anteriormente, é de que há vantagens na adoção de diferentes línguas, Portuguesa e Libras. Ademais, se o prisma visual-espacial - seja através da Libras, seja através de textos imagéticos - é *essencial* para os/as surdos/as, para os não-surdos/as, ela mostra-se extremamente enriquecedora. Nesse sentido, o uso das tecnologias da informação e da comunicação na educação *online* revela um grande potencial no campo da pedagogia bilíngue, pois nessa modalidade “o pensamento é mapeado por domínio de conceito distintos, estruturado por esquemas de imagem” (GALASSO, 2013, p. 36).

¹⁵ Cummins citado em Quadros (2005, p. 26).

Em que pese a metodologia de um curso *online*, a mediação (FREIRE, 1976, 2005; GOMEZ, ano, p. 121) terá lugar de destaque. Segundo Freire (2005, p. 79), “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Nessa modalidade, conforme Galasso (2013, p. 66), a mediação ocorre através de uma “base tecnológica digital”, a cuja linguagem o homem recorre para se comunicar. As tecnologias, “com suas interfaces interativas, potencializam a participação conjunta de alunos e professores na construção de conteúdos de aprendizagem, ou seja, em um processo autoral” (RICARDO; VILARINHO, 2012, p. 4).

Além disso, procurar-se-á construir o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) pensando do “jeito surdo”, “ou seja, uma maneira de pensar com base em representações imagéticas capazes de se traduzirem na própria Língua de Sinais e em aspectos visuais” (QUADROS, 2015, p. 83)¹⁶

Assim, o desenvolvimento da educação *online* aqui se propõe fundamenta-se em uma metodologia dialógica, na construção coletiva do conhecimento e na constante relação texto-hipertexto/contexto. Considerando que a educação ocorrerá, nomeadamente, num campus virtual, a ideia é tornar esse espaço um “círculo de cultura digital”, numa abordagem sociocultural, interacionista. Segundo Gomez (2004, p. 44),

O círculo de cultura digital é um espaço e uma estratégia de aprendizagem que permite a circulação da palavra e dos textos dos educadores e educandos e, portanto, de poder. A ideia de círculo remete à circularidade dialógica da linguagem na qual o homem e a mulher [*o surdo e o não-surdo*], na convivência, se reconhecem e o identificam como lugar do próprio ser e o do outro.

Desse modo, o “círculo de cultura” proposto se desenvolverá através de um AVA, especialmente desenvolvido para o Curso e considerará a especificidade de seu público: alunos/as surdos/as e não-surdos/as. Para tanto, serão garantidos o respeito ao processo de aprendizado de cada estudante (sistema de aprendizagem semi-adaptativo), a acessibilidade linguística, bem como a interação dialógica entre os diversos sujeitos envolvidos.

Na educação à distância, além de educandos e educadores, há uma série de outros profissionais (coordenadores, administradores, técnicos em informática, técnicos

¹⁶ Quadros e Rodrigues (2015, p. 83) utilizam a expressão “jeito surdo” para fazer alusão não somente às idiosincrasias dos surdos, mas, especialmente, às suas potencialidades, as quais eles chamam de ganhos. No artigo em questão, os autores indicam que, na construção do Curso Letras-Libras (EaD) da Universidade Federal de Santa Catarina, esteve presente a preocupação com o “pensar do jeito surdo”.

administrativos, tradutores e intérpretes de Libras, *designers* educacionais, *web designers*, analistas de sistema) que desenvolverão um trabalho cooperativo/colaborativo para a construção desse “círculo de cultura”.

No que se refere especificamente ao processo de ensino-aprendizagem, além, é claro, da presença do/a aluno/a, destacam-se o/a professor/a-autor/a e o/a professor/a-mediador/a, tradicionalmente denominados de professor-conteudista e tutor, respectivamente. O uso de conceitos diferentes para demarcar papéis assumidos no curso não é gratuito. O ato de recorrer a adjetivos intenciona destacar a dimensão político-pedagógica da autonomia docente no processo de ensino-aprendizagem. É certo que, dentro de uma concepção crítica, tal adjetivação poderia soar como um pleonasmo, já que autoria e mediação fazem parte, necessariamente, da prática docente. Contudo, quer-se aqui, justamente, sublinhar essas características a fim de demarcar a conotação libertadora em contraposição à visão tecnicista e conservadora.

O termo “professor/a-mediador/a” pretende resgatar a visão epistêmica da ação docente e entendê-lo como sujeito articulador do processo formativo. A palavra “tutor” carrega um “peso histórico” (ZUIN, 2006, p. 949) que supõe a existência de alguém que tutela e de outro que é tutelado, possuindo, portanto, uma conotação bancária. A mudança terminológica – de “tutor” para “professor/a-mediador/a” - não pretende estabelecer tão somente um novo léxico. O papel do/a “professor/a-mediador/a” será o de promover o diálogo, a mediação, com os/as alunos/as, através de mídias interativas no círculo virtual de aprendizagem. Algo que, na acepção deste Projeto, precisa estar baseado nos seguintes princípios: “respeito aos saberes dos educandos, na “criticidade”, na “aceitação do novo” (o Curso pretende adotar práticas até então pouco utilizadas nos AVA tradicionais) e no “respeito à autonomia” do/a educando/a (FREIRE, 1997).

Da mesma maneira, pretende-se re-significar a tradicional prática docente na EaD. Desse modo, optou-se pelo uso do termo “professor/a-autor/a”- já empregado por outras instituições -, cujo sentido pretende ampliar seu papel de mero elaborador de materiais didáticos. Segundo Silva (2000, p. 116-117), “(...) o autor se transforma em construtor de espaços visuais e sonoros, universos pré-construídos onde podem e devem ser combinadas linguagens de grafismos, sons e imagens”. A visão aqui adotada é de que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p. 25). Assim, o/a professor/a-autor/a oferecerá aos *designers* educacionais uma série de informações, como textos, vídeos,

bibliografia, *sites* que serão disponibilizados no círculo de cultura virtual (AVA) pelos *web designers*.

A rigor, no Curso *online* em tela, a autoria é coletiva e compartilhada, já que o círculo de cultura digital (AVA) é baseado na colaboração e participação de todos os sujeitos envolvidos no processo pedagógico, direta ou indiretamente. Trata-se, portanto, de um trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar. Assim, a autoria do/a professor/a-autor/a se desdobra e se amplia através de diversas outras: a do/a professor/a-mediador/a, a da equipe técnica, a da coordenação e a dos/as alunos/as.

O/a professor/a-autor/a poderá criar e/ou sugerir recursos para o círculo virtual de aprendizagem que possibilitem a construção do conhecimento de forma interativa e lúdica – tais como a criação de jogos e nuvens de palavras. Desse modo, é necessário que ele conheça as possibilidades e ferramentas do AVA, de forma a contemplar todas suas potencialidades. Mas não somente: o processo de criação de um curso *online* demanda estudar e praticar a pedagogia; não significa apenas a introdução de novas tecnologias. Como já foi apontado neste Projeto, é necessária uma mudança de paradigma que supere a visão instrumental do conhecimento. Isto porque a utilização de ferramentas de ponta na educação pode estar a serviço apenas da reprodução do ensino tradicional, configurando-se, desse modo, apenas como uma alegoria.

Os/as professores/as-autores/as terão como *lócus* privilegiado de formação o seu contexto de trabalho. Para Nóvoa (2013), é fundamental que tal formação ocorra no contexto de atuação dos educadores. Eles contarão, nesse processo, com a equipe do NEO, através da promoção de encontros, atendimentos individuais e coletivos e do diálogo através de diferentes mídias.

Fará parte, ainda, da atuação do/a professor/a-autor/a a formação dos/as professores/as-mediadores/as e o diálogo permanente com esses/as mediadores/as; a interação com educandos/as; o acompanhamento das trilhas de aprendizagem; a comunicação constante com outros/as profissionais envolvidos/as no Curso; entre outras práticas. A sociabilidade na esfera virtual vai, portanto, ganhando força, já que não é somente “reflexão, mas também é ação” (GOMEZ, 2004, p. 45).

4 BASES

4.1 BASES LEGAIS

4.1.1 Bases da Educação Nacional

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional).

4.1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 (define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica).

4.1.3 Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia

- Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005 (trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura).

- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura).

4.1.4 Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura

- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e para a formação continuada).

4.1.5 Educação de surdos

- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências);

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000).

4.1.6 Relações Étnico-Raciais

- Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências).

- Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

- Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).

- Lei 11.645, de 2008 (altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”).

4.1.7 Educação Ambiental

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências);

- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências);

- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 (estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental).

4.1.8 Direitos Humanos

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 (estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos).

4.1.9 Direitos e acessibilidade

- Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991 (dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva);

- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências);

- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências);

- Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências);

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000);

- Decreto nº 6.949 de agosto de 2009 (promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)¹⁷;

- Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 (institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – “Plano Viver sem Limite”);

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências);

¹⁷ De acordo com o §3º do art. 5º, § 3º, “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 2015).

- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

4.1.10 Direitos linguísticos

- Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de junho de 1996, Barcelona.

4.1.11 Educação a distância

- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);

- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino);

- Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 (altera dispositivos do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino).

4.1.12 Núcleo Docente Estruturante de Curso de Ensino Superior

- Resolução CONAES¹⁸ nº 1, de 17 de junho de 2010 (normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências).

4.1.13 Auto avaliação Institucional

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES);

- Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004 (regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

¹⁸ Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior.

4.1.14 Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

4.2 BASES INSTITUCIONAIS

4.2.1 Breve Histórico do INES

O INES, antigo Instituto dos Surdos e Mudos, fundado em 26 de setembro de 1857, é a instituição de referência no atendimento às pessoas com deficiência auditiva no país. Desde sua fundação, em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e em países vizinhos, o INES recebeu estudantes de todo o Brasil e do exterior, configurando-se como referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos/as.

Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. Assim, a conclusão dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos homens frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato.

As questões relativas ao ensino para estudantes surdos/as sempre foram objeto de muita polêmica. Um marco importante foi a repercussão dos resultados do Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado em Milão em 1880, que contou com a presença de representantes de instituições das Américas e da Europa. Neste congresso, ficou deliberada a recomendação de que o método oral, na educação e instrução de pessoas surdas, deveria ser preferido em relação ao método de ensino pelos sinais. Essa indicação foi muito criticada por alguns/mas docentes e estudantes que reconheciam a importância e a legitimidade da comunicação sinalizada.

Somente cem anos mais tarde, já no final dos anos 1980, os surdos passam a liderar o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que

reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta.

Desde meados dos anos 1990, como desdobramento dos novos princípios e diretrizes constitucionais, o INES é reconhecido na estrutura do MEC como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, oferecendo Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação). Tal como registrado no atual Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (INES, 2011, p. 9), o ensino é bilíngue em todos os níveis, em consonância com o supracitado Decreto nº 5.626/05, o que implica o desenvolvimento de formação docente inicial e continuada.

4.2.1.1 Curso Normal Superior

Como parte dos esforços de implementação do Ensino Superior no Instituto, em 21 de outubro de 2004, foi apresentada ao Ministério da Educação a solicitação de autorização para um Curso Superior Bilíngue de Pedagogia, na modalidade de Licenciatura (processo 200410004112). O referido Curso Superior fazia parte do então PDI do INES, apresentado para o quadriênio 2004-2008.

Nesse mesmo ano, o Decreto nº 5.159/04 definiu, pela primeira vez, como competência do INES o oferecimento de Educação Superior, nos seguintes termos:

Art. 35, inciso V - promover a educação de deficientes auditivos, por meio de sua manutenção como órgão de educação básica e de *educação superior*, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico na área de deficiência auditiva (grifos nossos).

Em 2005, entretanto, por meio do Ofício 2122/2005-MEC/SESu/DESUP/CAP, o Ministério da Educação comunica à Dirigente Geral da instituição a realização de diligência de PDI, indicando a necessidade do supracitado curso ser posicionado como Curso Normal Superior, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE nº 133/2001; Resolução CNE/CP nº 1/2002).

Dessa forma, a Portaria nº 2.830, de 17 de Agosto de 2005 autorizou o INES a ofertar o Curso Normal Superior – Licenciatura visando à formação de professores/as para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa

mesma data, o Ministro da Educação, Professor Fernando Haddad, visitou o INES e inaugurou o prédio destinado ao Ensino Superior.

Essa Portaria aprovou ainda o antigo regimento do INES (art. 2º), o qual previa o Instituto Superior de Educação como unidade acadêmica específica e a provava o PDI, pelo período de cinco anos (art. 3º).

Sendo assim, no primeiro semestre de 2006, o INES passou a ofertar duas turmas de 30 estudantes cada, nos turnos diurno e noturno, do Curso Normal Superior. Este curso objetivava promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, formando profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional. Vale registrar que, na época, o INES não possuía cargos efetivos e magistério superior em seu quadro, de tal forma que o primeiro ano letivo foi desenvolvido com professores/as contratados/as.

4.2.1.2 Curso de Pedagogia - Licenciatura¹⁹

Mais tarde, no entanto, a Resolução CNE/CP nº 01/2006, em seu art. 11, permitiu a transformação dos Cursos Normais Superiores em Cursos de Pedagogia, através da elaboração e apresentação de um novo projeto pedagógico. Dessa forma, em setembro do mesmo ano, a Direção do INES estabeleceu uma comissão para analisar e propor a viabilidade de se transformar o Curso Normal Superior em Curso de Licenciatura em Pedagogia, observadas as Diretrizes Nacionais, em Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Tal proposta de transformação elaborada pelo INES possuía, conforme Franco (2009, p. 22), “a grande tarefa de representar, de fato, a possibilidade de exercício da diferença da comunidade surda brasileira”. A autorização do MEC, que transformou o curso em “Pedagogia – Licenciatura”, deu-se através da Portaria n. 942, de 22 de novembro de 2006. Seis anos depois, viriam o reconhecimento oficial deste curso e sua renovação perante o MEC, através das Portarias nº 23 (12 de março de 2012) e nº 286 (21 de dezembro 2012), respectivamente.

Em 2006, o INES publicou no Diário Oficial da União o Edital nº 14/06, que abriu inscrições e estabeleceu normas para o concurso público e nomeação para o provimento

¹⁹ É importante pontuar que a nomenclatura “Curso Bilíngue de Pedagogia – Licenciatura” é utilizada em todos os documentos internos do INES, contudo, no sistema e-mec, consta o seguinte registro: “Curso de Pedagogia – Licenciatura” (código 100547).

de cargos de Professor de Educação Superior, com o objetivo de preencher dez vagas. Nessa ocasião, foram preenchidas oito vagas, em regime de dedicação exclusiva.

O Decreto nº 6.320/07 assim redefiniu os termos de competência do INES para a Educação Superior: Art. 36, inciso VII – “promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda”²⁰.

A Portaria Ministerial nº 323, de 8 de abril de 2009, aprovou o atual Regimento Interno do INES, definindo que o Curso Superior seria oferecido pelo Departamento de Ensino Superior, DESU.

No período de 25 a 28 de maio de 2011, realizou-se a visita de avaliadores *ad hoc*. Nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e das Diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), após a aplicação do Instrumento de Avaliação para Reconhecimento de Curso de Pedagogia, atribuiu-se o grau “3”, que assegura o reconhecimento do Curso de Pedagogia. Com isso, o INES passou a ofertar a primeira experiência de Educação Superior em contexto bilíngue da América Latina, o Curso de Licenciatura Bilíngue de Pedagogia.

Em 2014, foi divulgado o Edital nº 29/13 do INES para provimento de vagas de quadros do Instituto, no qual foram previstas 39 para o magistério superior, das quais 28 (vinte e oito) foram preenchidas.

4.2.1.3 Curso de Pós-Graduação lato sensu

A partir de 25 de agosto de 2012, o INES passa a ofertar o curso de pós-graduação *lato sensu* (400 horas), intitulado "Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção". Esse curso, com duração de 18 meses, visa a qualificar profissionais de educação e de áreas afins para atuarem em qualquer função pedagógica que envolva a educação de surdos, seja em escolas inclusivas, seja em escolas especiais para surdos.

4.2.1.4 Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)

²⁰ O Decreto nº 6.320/07 foi revogado pelo Decreto nº 7.480/11, o qual, por sua vez, foi revogado pelo Decreto nº 7.690/12. Contudo, o conteúdo do inciso citado foi mantido.

Dando continuidade às ações que visam à consolidação e à expansão do Ensino Superior no INES, o Instituto assumiu, a convite do MEC, a responsabilidade de implementar, de acordo com o “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite” (Decreto nº 7.612, de 17 novembro de 2011), o Curso de Pedagogia, na modalidade EaD²¹. A implementação deste curso se dará em 12 polos divididos pelas cinco macrorregiões do país, distribuídos, conforme orientações do MEC, com base em cinco critérios: (1) demanda de docentes de acordo com a quantidade de estudantes surdos/as matriculados/as na Educação Infantil e primeiro segmento do Ensino Fundamental (censo do IBGE 2010); (2) experiência da instituição com Educação a Distância (EaD); (3) experiência do/a coordenador/a de polo com ensino e pesquisa na área da surdez; (4) infraestrutura tecnológica do polo para acolher um curso de EaD; e (5) facilidade de acesso para aulas presenciais nas instituições-polo.

Com base nesses critérios, as seguintes instituições públicas de ensino superior formarão os polos do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**, na perspectiva *online*²²: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Dessa forma, serão implementados dois Polos por região, salvo os três Polos designados a atender a Região Nordeste. Cada Polo terá 30 vagas, totalizando um montante de 360 vagas em todo o país. A forma de seleção dos/as estudantes para o **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** ocorrerá por meio de vestibular, conforme especificado no item 34.3.

4.3 NÍVEIS DE ATUAÇÃO DO INES

Atualmente, o INES oferece a Educação Básica, nos seus três níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e, como já indicando, o Ensino Superior,

²¹ A modalidade de educação é denominada, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e o Decreto nº 5.622/05, que a regulamenta, “Educação a Distância”. A perspectiva aqui assumida em termos metodológicos é da “educação *online*”. Desse modo, serão encontradas referências a essas duas nomenclaturas ao longo deste Projeto.

²² No tópico 7, será esclarecido o significado da perspectiva “*online*”.

através do Curso de Pedagogia – Licenciatura (presencial) e da pós-graduação *lato sensu* (Educação de Surdos: uma perspectiva bilíngue em construção).

A Educação Básica no INES corresponde ao Colégio de Aplicação - CAP, gerido pelo Departamento de Educação Básica do Instituto (DEBASI), o qual possui duas Coordenações, uma Pedagógica e outra de Administração Escolar, com suas respectivas divisões e setores.

A Educação Superior (graduação e pós-graduação) faz parte do Departamento de Ensino Superior (DESU), cuja estrutura é composta pela Coordenação Pedagógica (COPED) e pela Coordenação de Administração Acadêmica (COADA). No âmbito dessa última coordenação, estão presentes dois setores: Divisão de Registro Acadêmico (DIRA) e Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE).

4.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do INES. Estão destacadas a seguir aquelas que possuem relação com o Curso aqui proposto:

- desenvolvimento de uma educação bilíngue em todos os espaços do Instituto;
- oferecimento de Curso de Libras presencial para comunidade interna e externa;
- promoção de formação continuada de profissionais da educação básica através de cursos presenciais e a distância;
- criação de um núcleo de educação online responsável pelas políticas e práticas de educação a distância;
- realização de pesquisas no âmbito da surdez;
- oferecimento de bolsas para alunos/as integrantes de Projetos de Iniciação Científica do INES (PIC/INES);
- realização do Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Libras – ProLibras;
- realização de parcerias com IES para oferecimento de Cursos de Graduação;
- estímulo a atividades relacionadas à produção artística dos/as estudantes surdos/as (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.);
- produção de um Manuário com sinais acadêmicos validados pela comunidade surda;
- produção de um glossário de termos técnicos em Libras para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação

- de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), inclusive por meio de parcerias;
- construção de repositório digital para disponibilização de material produzido pelo INES e por outras instituições nacionais e internacionais;
 - oferecimento de atendimento fonoaudiólogo e otorrinolaringologista a deficientes auditivos;
 - realização de acolhimento, avaliação e orientação à família de filhos/as surdos/as desde o momento de diagnóstico da surdez;
 - ampliação e diversificação da linha editorial do INES, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em Libras em novos suportes, como os *e-books*;
 - estabelecimento de cooperação técnica com municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos.

4.5 GRAU DE CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DO INES

Desde 2011, o INES conta com um Laboratório de Novas Tecnologias, dotado de câmeras digitais e mesas de edição, entre outros itens, que vem sendo utilizado para diversas atividades relacionadas à promoção da acessibilidade:

- gravações nos processos de produção de materiais do INES para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (para o/a aluno/a e de apoio ao/à professor/a), bem como para a área clínica (CDs, DVDs);
- gravações em projetos relacionados à promoção da acessibilidade a textos acadêmicos em Libras (livros, artigos, resenhas);
- gravação de monografias em Libras;
- gravação de conteúdos para a TV INES e, em breve, para o **Curso de Pedagogia** semipresencial, por meio do qual o INES participa do “Plano Viver sem Limite”, da Presidência da República;
- transmissão *online* de eventos do INES (e.g., Congresso, Fórum).
- digitalização e disponibilização de obras raras e publicações;
- constituição de um banco de teses e dissertações relacionadas à Surdez;
- gravação de conteúdos em Libras para a página do INES na internet, como editais e informativos.

Além disso, será construído no INES, assim como nos demais Polos, **Laboratórios de Informática** com as seguintes especificações:

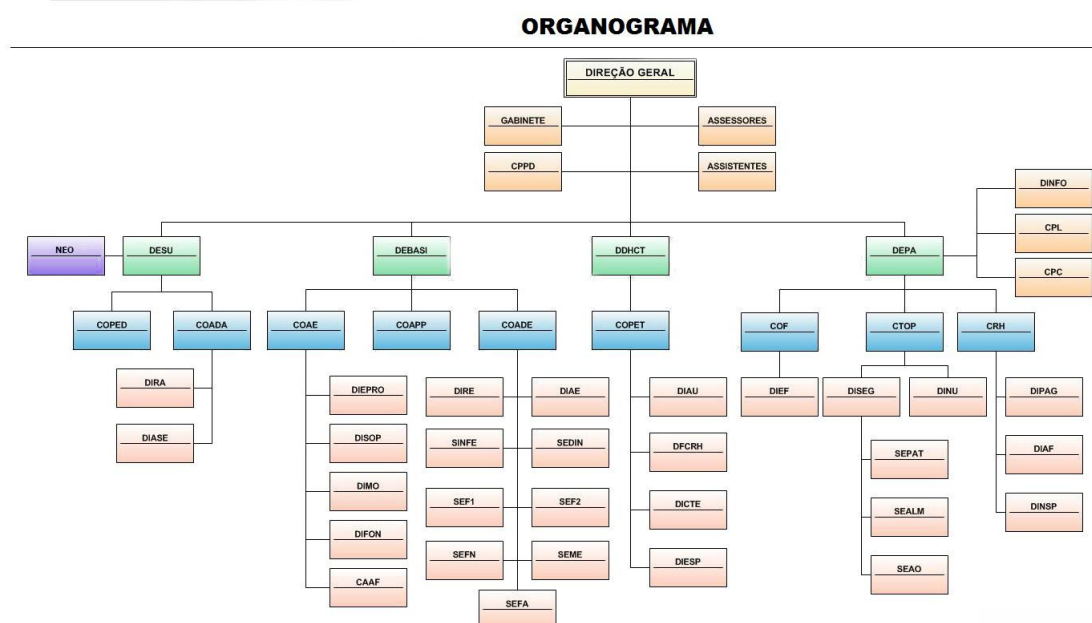
- Medida da sala: 65 m²
- Microcomputadores para laboratório de informática dos Polos e setor administrativo do NEO do INES: Processador - Intel Core i5 (3470) Sistema operacional - Windows 8.1 Pro 64-Bit em Português; Memória RAM2 - 8GB de memória SDRAM DDR3 a 1600 MHz - 2 DIMM; Chipset Intel H61 Express; Placa de Vídeo dedicada com taxa de transferência memória de 80 GB/s ou superior – PCI Express de acordo com o slot de expansão e memória com capacidade de 1GB ou superior; saída DVI e HDMI; adaptador PCI Wireless 300Mbps com antena de 3dBi; armazenamento Unidade de disco rígido SATA de 500 GB; Unidade óptica DVD+/-RW; DVD-ROM, Portas – mínimo 8 portas USB 2.0 externas (2 na parte frontal); 1 RJ-45; 1 VGA; 1 HDMI; painel frontal: entrada de microfone, saída para fone de ouvido; painel traseiro: entrada de microfone e saída para alto-falantes, Chassi. Minitorre (MT): dimensões máximas (A x L x P) (cm) - 36,0 x 18,0 x 42; Slots de expansão - 1 PCI ou mais, 1 PCI Express 2.0 ou superior. Unidade de fonte de alimentação que atenda com eficiência todas as necessidades de consumo de hardware conectados ao equipamento; Monitor - Tela LED *Widescreen* 21,5 polegadas - colorido com entrada DVI e/ou HDMI com os respectivos cabos de conexão, largura máxima de 53 cm e furação VESA *Mount*. Mini teclado USB. Mouse - Mouse óptico US. Alto-falantes: Alto-falantes para *desktop* com alimentação USB. *Webcam* HD 720P ou superior)
- Roteador *Wireless*: Tecnologia: *Wireless*-N; Dual-Band N de 300 + 300 Mbps; simultâneo (2,4 e 5 GHz); Portas *Ethernet* x velocidade 4 x 10/100/1000 Mbps; propício para streaming de vídeos simultâneos em HD.
- Filtros de Linha para Computadores: Tomadas: 4 no padrão NBR 14136; Tensão de operação: 127/220V; Voltagem: Bivolt. Chave Liga/Desliga com função "*Switch Breaker*" – Disjuntor rearmável e LED indicador de funcionamento. Extensão do cabo: mínimo de 1 metro.
- Cadeiras Giratórias com Rodas: Medida do assento da cadeira: 46 cm x 42 cm; Medida do encosto da cadeira: 42 cm x 36 cm; Cor: preta; Cadeira giratória sem braços, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50kg/m³, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno antialérgico em alta resistência a propagação de rasgos, além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, *pilling* padrão 5, peso 280/ 290g/m, mecanismo

relax com bloqueio e regulagem permanente - gás, base em aço com 5 hastes, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto em 7 posições na altura, rodízio duplos em nylon, revestimento em tecido preto, fogo retardante. Altura e profundidade do encosto por manipulo ou alavanca. Regulagem de altura a gás, estrela em aço com capa plástica, nylon, alumínio ou cromada.

Acabamento das capas de proteção e estrutura na cor preta. Revestimento: tecido. OBS: as cadeiras têm a certificação da ABNT 13.962 e garantia de 5(cinco)anos.

5 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DO CURSO

Gráfico – Organograma do INES



Como já mencionado, para desenvolver o projeto de EaD como parte do “Plano Viver sem Limite”, o INES criou o Núcleo de Educação *Online* (NEO) – através da Portaria nº 81 de 23 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de março de 2015.

É importante registrar que a criação de um espaço específico para o desenvolvimento de políticas e ações no âmbito da EaD está prevista no PDI (2012-2016) do INES: “estruturar a área de educação a distância no INES, por meio da *definição de uma unidade específica e da designação de profissionais qualificados que*

assumam a responsabilidade pela formulação de diretrizes e pela construção e gestão de projetos” (INES, 2011, p. 23, grifos nossos).

O Núcleo possui a seguinte composição: I) coordenador do NEO; II) coordenador de Curso – EaD; III) seis professores/as doutores/as com qualificação na área de educação *online*; IV) seis técnicos de informática; V) três técnicos-administrativos; VI) três tradutores/as e intérpretes de Libras; e VII) dois designers educacionais.

O NEO possui as seguintes atribuições:

- assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade *online* de educação, mediante a articulação contínua com todos Setores do INES;
- oferecer cursos e/ou atividades formativas de graduação e de pós-graduação *lato sensu*; Cursos Sequenciais e de Extensão;
- qualificar docentes e técnicos-administrativos para atuarem em educação *online*;
- promover o estudo permanente das disposições legais acerca da educação *online*, tendo em vista a adoção de medidas para as adequações que se fizerem necessárias;
- realizar reuniões com as Coordenações de Cursos com vistas à análise dos resultados obtidos nas atividades formativas; ao levantamento de alternativas e soluções para as fragilidades detectadas e à definição das possibilidades de apoio do NEO/INES;
- avaliar e emitir parecer sobre propostas de cursos de educação *online*, quanto aos aspectos técnico-pedagógico-financeiros, encaminhados à Direção Geral pela direção do departamento proponente.
- manter articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela avaliação institucional interna do INES, com a finalidade de integrar ações;
- propor e desenvolver critérios de seleção dos/as professores/as-mediadores/as, bem como participar de todo esse processo;
- propor e acompanhar o aprimoramento contínuo do material didático dos cursos de educação *online* do INES;
- gerenciar questões relacionadas à infraestrutura tecnológica de apoio aos cursos *online* oferecidos pelo INES;
- manter a interlocução com representantes de órgãos, agências e instituições interessadas nos cursos do INES, oferecidos pela modalidade *online*, especialmente entre o INES e os mantenedores de Polos de apoio presencial, o Ministério da Educação e Instituições de Ensino Superior (IES) interessadas em educação *online*;

- promover a interlocução, para fins de investigação científica acadêmica, com pesquisadores de órgãos, agências e instituições interessadas no desenvolvimento de projetos de pesquisa com estudantes e docentes dos cursos do INES oferecidos na modalidade *online*;
- definir estratégias e instrumentos de acompanhamento das atividades presenciais dos cursos *online*, propondo métricas e métodos de análise de qualidade, especialmente em relação a soluções logísticas e comunicacionais com os Polos de apoio presencial;
- supervisionar e monitorar o funcionamento e as instalações dos Polos de apoio presencial parceiros, tendo em vista a manutenção adequada do espaço acadêmico e o atendimento presencial aos/as estudantes;
- promover ações de agrupamento e articulação dos coordenadores de Polos parceiros do INES, buscando melhorias nas instalações dos Polos e no atendimento às atividades pedagógicas presenciais;
- propor, desenvolver e apoiar ações voltadas para a formação dos/as professores/as-mediadores/as.

6 PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS E METODOLÓGICOS

Considerando o exposto no Marco Conceitual, este Projeto define os seguintes princípios organizacionais e metodológicos: **bilíngüismo, dialogicidade, conectividade, interculturalidade, autonomia, cooperação e solidariedade.**

Acredita-se que esses princípios são fundamentais para que se desenvolver uma educação libertadora, dentro do espaço da virtualidade, para estudantes surdos/as e não-surdos/as.

É necessário destacar que o uso de tecnologias no Curso *online* aqui proposto não é o foco; o aspecto basilar é a **mediação** que ocorre entre sujeitos, através dessas tecnologias, no AVA (círculo de cultura digital). A aprendizagem em rede está pautada no companheirismo, na solidariedade, na troca e na conectividade (GADOTTI, ROMÃO, 2004, p. 14).

O processo de ensino e aprendizagem de um curso *online* guarda algumas especificidades em relação à modalidade de EaD tradicional. Por se tratar de um curso bilíngüe, voltado para estudantes surdos/as e não-surdos/as, busca-se desenvolver uma metodologia própria para atender de forma igualitária a esse público misto.

Cada atividade formativa terá sua estrutura e desenvolvimento previamente estabelecidos pela equipe pedagógica do NEO, responsável pela orientação estratégica e didático-pedagógica do curso. Em um semestre letivo, seis disciplinas serão oferecidas em dois blocos com duração de dez semanas cada. Em cada bloco, portanto, o/a aluno/a se dedicará a três disciplinas. Assim, ao final de 21 semanas, o/a estudante terá cursado todas as atividades oferecidas no semestre.

Tabela – Modelo de calendário letivo com fluxo de dois blocos de disciplinas por semestre.

		Período letivo = 21 semanas																	
		1º mês			2º mês			3º mês			4º mês			5º mês			6º mês		
		1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5	6	7		
Disciplinas	CH																		
A	60							*											
B	60							*											
C	60							*											
D	60																	*	
E	60																	*	
F	60																	*	

Legenda: CH – Carga horária.

* Verificação de notas e preparação para o próximo ciclo.

Para cada ciclo, representado por sete unidades de atividades formativas, os estudantes terão diferentes "modelos avaliativos", por meio dos quais será analisado o domínio de três objetivos, previamente selecionados pelo/a professor/a-autor/a. Os objetivos de cada ciclo serão avaliados através de três indicadores. Assim, a partir de cada indicador, será determinado o conteúdo mais adequado para cada aluno/a, criando uma trilha de aprendizagem específica, um caminho singular.

O/a professor/a-autor/a organizará, com a colaboração de outros/as profissionais do NEO, a atividade formativa em sete unidades, que podem também ser chamadas de módulos. Cada unidade deverá conter os elementos descritos abaixo:

a) Um vídeo de cinco minutos (roteiro com um resumo da unidade)

O/a professor/a-autor/a selecionará os mais importantes pontos discutidos na unidade e elaborará um texto a ser gravado por um apresentador em Libras (com legenda em Língua Portuguesa escrita e com áudio). Para efeito de cálculo, o texto deve

ter por volta de 600 palavras, haja vista que a média de palavras por minuto em uma apresentação gira em torno de 120. Essa apresentação pode conter esquemas, vídeos, animações. Neste roteiro, não é necessário que se apresente todo o conteúdo da unidade; o essencial aqui é que o/a aluno/a seja instigado/a, questionado/a sobre diversos pontos que serão discutidos na atividade formativa.

b) Dois textos-base, com cinco perguntas para cada texto

Esses textos e perguntas serão utilizados para alimentar o fórum de discussão que ocorrerá em cada unidade da atividade formativa. Os textos deverão ser viáveis para a leitura e compreensão de estudantes de graduação ao longo de uma semana, levando-se em consideração que o/a aluno/a estará fazendo outra atividade formativa paralelamente. São recomendados textos entre 5 e 10 páginas, como forma de complementar os conceitos propostos na semana, especialmente, textos que sintetizem um campo (conceitos de estudo) ou que tragam aspectos práticos do assunto tratado na semana. Caso o/a professor/a-autor/a ache necessário, um texto mais extenso poderá ser dividido ao longo de duas ou mais semanas, com atividades de aprofundamento progressivo nos conceitos propostos, sempre levando-se em consideração o caráter intensivo das atividades formativas na modalidade *online*. Um roteiro, com os pontos principais de cada texto, poderá ser feito, caso o/a professor/a-autor/a ache conveniente a construção de um vídeo em Libras de auxílio à leitura. Essa tarefa deverá ser agendada com um intérprete para gravação no estúdio do NEO.

c) Temas para serem propostos nas salas síncronas de construção coletiva

O/a professor/a-autor/a deve selecionar de um a três temas que serão conversados nas salas síncronas de construção coletiva (*chats*), os quais ocorrerão com os/as professores/as-mediadores/as.

d) Quatro atividades em grupo por atividade formativa

A quantidade de estudantes em cada grupo será definida pelo/a próprio/a professor/a-autor/a, tendo em vista a organização presencial dos/as estudantes nos Polos

(30 em cada Polo). Neste caso, serão quatro atividades no total da atividade formativa, sendo distribuídas nas unidades que o/a docente achar mais adequadas.

e) Glossário

O/a professor/a-autor/a desenvolverá também um glossário, com palavras que possam trazer alguma dificuldade aos/às estudantes no desenvolvimento das atividades.

f) Resumo com conteúdo complementar

Além do vídeo a ser proposto com o resumo da unidade, o/a professor/a-autor/a elaborará um outro resumo, com recursos verbais e não verbais, que traga consigo conteúdos complementares a serem explorados pelos/as alunos/as que neles queiram ou necessitem se aprofundar.

g) Três objetivos essenciais (baseadas em todo o conteúdo)

Um ponto muito importante a ser definido pelo autor diz respeito à seleção dos três objetivos essenciais a serem alcançados pelo/a aluno/a em cada unidade. Esses objetivos deverão ser explorados de forma progressiva, complexificando-se com base em todo o conteúdo da atividade formativa. Tal definição precisa ser feita com bastante critério, pois ela guiará a avaliação formativa dos/as alunos/as e o caminho que cada um deles seguirá ao longo da atividade formativa – tal como será abordado no item 21.

h) Vídeo de domínio público de dois minutos

O/a professor/a-autor/a selecionará um vídeo de domínio público de aproximadamente dois minutos para cada unidade da atividade formativa (tal seleção pode ser um trecho de um vídeo maior). Se não contiver legendas, ele será posteriormente legendado e interpretado em Libras pela equipe para melhor acessibilidade de todos/as os/as alunos/as.

i) Nove *sites* para alimentar o mapa mental

Serão selecionados pelo/a professor/a-autor/a nove *sites* que tragam informações interessantes ao entendimento e expansão dos conteúdos trabalhados nas atividades formativas. Esses *sites* serão inseridos no mapa mental.

j) Variedade de recursos (principalmente visuais)

Ao desenvolver a atividade formativa, o/a professor/a-autor/a poderá “dar asas à imaginação” no que diz respeito aos recursos a serem utilizados. Haverá, como já indicado, uma equipe de técnicos capazes de criar desde esquemas visuais a pequenas animações gráficas e jogos.

Espera-se que, com essa proposta metodológica, as atividades formativas, no círculo de cultura digital (AVA), possam romper as suas fronteiras e estabelecerem relações através das redes de conhecimento que vão se tecendo. Na verdade, a atividade formativa, em um círculo de cultura, não é fechada nela mesma. Ela mantém diálogo com outras, formando uma trama na conexão de experiências, imagens, palavras, *sites*, vídeos e contextos geradores. Caberá aos/às professores/as-mediadores/as acompanharem as veredas dos/as estudantes nesse ambiente virtual, avaliá-los/as e orientá-los/as em suas trilhas de aprendizagem.

É necessário lembrar que o presente Projeto propõe que o círculo seja construído a partir de um “jeito surdo”²³. Isso significa, como registrado no Marco Conceitual, organizar o ambiente de aprendizagem tendo como base representações imagéticas que podem ser traduzidas em Libras e em elementos visuais (RODRIGUES, QUADROS, 2015, p. 83). Nesse sentido, é evidente que a presença de profissionais surdos/as é fundamental. Assim, além de docentes surdas, o Curso contará com uma avaliadora técnica surda e uma apresentadora surda, as quais serão responsáveis por manter o trabalho pedagógico focado nas demandas dos/as surdos/as.

No Curso, a Libras constituirá a própria língua de instrução e seus usos aprofundar-se-ão através do oferecimento de cinco atividades formativas do *Núcleo de*

²³ Construir um ambiente de aprendizagem do “jeito surdo”, em um curso oferecido para surdos e não-surdos, de modo algum, pretende excluir esses últimos. Na verdade, dentro de uma perspectiva aditiva, entende-se que os ouvintes só terão ganhos ao trabalharem numa rede em que a experiência educacional é baseada na visualidade.

Estudos Básicos, conforme especificado no item 21. Em todas as atividades letivas, será assegurada a atuação de um tradutor/intérprete de Libras. A Língua Portuguesa constará como obrigatória apenas em sua modalidade escrita.

7 ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Envolvido diretamente no oferecimento da modalidade *online* de educação, o NEO é responsável pela coordenação do processo de elaboração e produção dos materiais didáticos para o **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**.

Antes da indicação do processo de produção do material didático, é necessário esclarecer a concepção de educação *online*. No Marco Conceitual, já foram indicadas algumas características dessa modalidade. Pretende-se aqui apenas salientar a diferença entre educação *online* e a EaD.

Tradicionalmente, a EaD, embora tenha sido atrelada ao uso de novas técnicas, foi reflexo, por muito tempo, da pedagogia utilizada em cursos presenciais. Galasso (2013, p. 22) traz um melhor esclarecimento sobre a questão:

Entendendo o ensino como transmissão [na Era industrial], o professor exercia a função de transmissor, e sua presença era desatrelada do ensino. Abria-se, então, um caminho ideal para o ensino a distância, cujos primeiros registros datam de 1890, também denominados “estudos por correspondência” ou “estudo independente”, quando o material didático era enviado pelo correio e o estudo se realizava por correspondência, sem a presença do professor. Nesse caso, o docente se responsabilizava apenas pelo material didático e pela organização do ensino a distância.

Diferentemente, a denominada “educação *online*”, por sua vez, teria como características a revisão metodológica (agora de abordagem construtivista e conectivista), a atualização do conteúdo e a diversidade de mídias empregadas em seu método. Aqui o envolvimento docente mostra-se muito mais intenso e, qualitativamente, distinto daquele assumido nas práticas de ensino tradicionais que focam na transmissão de conteúdos. Por essa razão que o Projeto em tela adotou o termo “professor/a-autor/a” em substituição ao termo “professor-conteudista”, como já esclarecido.

Além disso, na educação *online*, há a presença de diversos atores no processo, como professores/as-mediadores/as (tradicionalmente, como foi visto, chamados de

“tutores”), desenhistas educacionais, *web designers*, técnicos em tecnologia da informação, técnicos administrativos, entre outros que sejam necessários para o perfeito funcionamento da estrutura de ensino.

Segundo Galasso (ibid, p. 29),

[...] entende-se educação online não apenas como uma evolução ou um sinônimo de ensino a distância. Trata-se de uma modalidade que pode ser vivenciada e exercitada tanto como um modelo de ensino como para potencializar situações de aprendizagem mediadas por encontros presenciais e totalmente a distância ou híbridos, quando os encontros presenciais (b-learning) podem ser combinados com encontros mediados por algum tipo de tecnologia.

Ou seja, a aula *online* não é aula presencial no computador. A rigor, ao pensar no desenvolvimento das aulas do curso *online*, o/a professor/a deve explorar todas as potencialidades proporcionadas pelo ambiente multimídia do computador; a estrutura é completamente diferente da aula presencial, o que impede uma simples transposição de conteúdos.

Isso significa que, para elaboração e produção do material didático em EaD em mídia digital, e posterior potencialização desse recurso, é necessário que profissionais qualificados nas diversas áreas façam parte da **equipe multidisciplinar**. Essa equipe trabalhará de forma coletiva, crítica e criativa, objetivando proporcionar o desenvolvimento da interatividade e promover a qualidade da aprendizagem dos/as alunos/as.

Tendo em vista que, na educação *online*, o/a estudante não estará fisicamente presente no Polo de apoio em todos os momentos, o material didático é o instrumento capaz de manter o diálogo entre docente e estudante. Por isso, o mesmo deve ser pensado e concebido no interior de um projeto pedagógico e de uma proposta curricular definida claramente. Assim, partindo da perspectiva da educação *online* e bilíngue, entende-se que os materiais didáticos deverão estar disponíveis no AVA e nos *links e hyperlinks* tecidos na Internet; portanto, não haverá material impresso. A distinção, feita anteriormente, entre a EaD clássica e a educação online indica que trabalhar com educação a distância é muito mais do que transpor estratégias do ensino presencial para uma plataforma. Destarte, a adoção de módulos impressos não se coaduna com a metodologia interativa – desenvolvida por meio de um círculo de cultura digital – que aqui se propõe. Ademais, é preciso considerar que surdos/as fazem parte do público-alvo do Curso de Pedagogia - Licenciatura (EaD), nesse sentido, o AVA possui

inúmeros recursos imagéticas e tecnológicos que buscam atender as demandas desse público e potencializar seu aprendizado. Objetiva-se utilizar o que há de mais atual em termos de TICs no desenvolvimento de educação *online*, sempre em diálogo com a comunidade surda, criando, assim, um serviço pioneiro, que utilizará os mais modernos recursos tecnológicos aliados às pesquisas pedagógicas que tratem tanto do ensino *online* quanto do ensino de surdos/as.

Para garantir o acesso de todos/as os/as estudantes aos materiais didáticos, os Polos funcionarão nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), de segunda a sábado, e serão equipados com Laboratório de Informática, cujos computadores estarão conectados à Internet.

O AVA terá suporte para animações, infográficos, vídeos, jogos, salas síncronas de construção coletiva, fóruns, “avatares”, mapa mental, dentre outros tipos de recursos que permitam aos/às docentes um leque de atividades e materiais que atendam tanto aos/às usuários/os de Língua Portuguesa quanto aos/às de Libras como primeira língua (L1). Além disso, o ambiente será capaz de fornecer um módulo semi-adaptativo, em que haja a possibilidade de os/as professores/as-mediadores/as sugerirem outras atividades de caráter complementar pré-cadastradas em um banco, de acordo com o desempenho dos/as estudantes.

Os **materiais didáticos** disponibilizados para o curso em tela serão os seguintes: (1) livro-textos, (2) ambiente *online* (e.g., unidades programáticas, atividades de avaliação), (3) vídeo-aulas ou programas-aula, (4) resumos, (5) glossários, (6) objetos de aprendizagem, (7) animações, (8) infográficos e (9) tabelas. Ressalta-se que o conteúdo do Glossário disponível durante todo o curso terá possibilidade de integração ao Dicionário do INES (www.acessobrasil.org.br/libras/).

Todo esse material será produzido, por disciplina, pelo/a **professor/a-autor/a** (pertencente ao quadro de professores/as efetivos/as do INES). Os/as docentes envolvidos/as se encontram em processo de formação continuada, que explora não somente as diferenças nas abordagens de criação de materiais nesse modelo, mas também a forma como os materiais devem ser produzidos, incluindo sua padronização.

Após a criação do material, este será validado pela **Coordenação do Curso**, objetivando evitar a redundância de abordagem dos conteúdos nas diversas atividades formativas. Após validado, a equipe multidisciplinar será envolvida para refinamento dos materiais.

Em primeiro lugar, os **designers educacionais (DEs)** atuam sobre o material verificando a legibilidade e a facilidade de transmissão das ideias por parte dos autores (verificam se os materiais são suficientes para que o/a estudante consiga entender e aprender). Em seguida, são propostos complementos, atividades e outros objetos de aprendizagem para melhorar a qualidade do material. Nesse sentido, os *designers* educacionais são responsáveis por transformar, converter ou adequar conteúdos informativos, curriculares e metodológicos em formatos próprios a sua exibição ou reprodução em Ambientes Virtuais de Aprendizagem e em consonância com os propósitos a que se destinam. Fazem parte dos serviços de *design* educacional:

- *storyboard*: documento a ser entregue pelos **DE's** que contém a descrição sistematizada e detalhada com as orientações necessárias para transformar, converter ou adequar conteúdos a serem reproduzidos em AVA. Este documento apresenta os conteúdos do das atividades formativas, as estratégias de navegação e a articulação de recursos digitais selecionados ou a serem produzidos (imagens, infográficos, elementos de tela, animações, objetos de aprendizagem, ilustrações, gráficos e páginas HTML);
- *roteiro de atividades*: descrição do tema, objetivos e atividades planejadas para a atividades formativas. As atividades serão organizadas em módulos/unidades de estudos e estarão articuladas às ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (fórum, questionário, mapa mental, produções *online*, reuniões *online*);
- *revisão ortográfica*: o *storyboard* e o roteiro de atividades deverão ser devolvidos com a revisão ortográfica realizada.

Uma vez validado pelos *designers* educacionais, o **corretor ortográfico** procederá à segunda revisão acurada dos textos. Em seguida, o material é passado para o **web designer** que inicia a produção do material *web* e todos os seus complementos. Nessa etapa, são produzidos os recursos digitais (em HTML5) considerando os serviços de desenho *web*, diagramação de páginas, produção de imagens e animação, inclusive com *motion design*; direção de arte para criação e produção de personagens, objetos de aprendizagem, cenários, ilustrações, infográficos e jogos. Ao mesmo tempo, o *designer gráfico* elabora a formatação dos materiais para as várias mídias. Em ambos os casos, o ilustrador é acionado para executar as ilustrações necessárias para a composição do material didático.

Após a validação final dos materiais didáticos, os/as tradutores(as)/intérpretes estudarão o material e irão interagir com o/a professor/a-autor/a, a fim de dirimir possíveis dúvidas. Cumpre ressaltar que houve concurso recente para provimento dos

cargos de tradutor(a)/intérprete. Apesar de as vagas não terem sido totalmente preenchidas, o DESU terá condições de proceder ao trabalho de produção do material de EaD.

A última etapa da produção é a gravação dos programas-aulas ou vídeo-aulas, segundo a natureza da atividade formativa, em estúdio próprio, destinado exclusivamente à produção do material para a modalidade EaD.

7.1 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

A elaboração do material didático do Curso é, conforme foi visto, desenvolvida em diversas fases, pois é preciso contemplar o princípio da interatividade nos hiperdocumentos, de modo que o/a estudante, diante do material, possa realizar uma verdadeira imersão dialógica nos conteúdos, trazendo-os para as discussões coletivas. A linguagem que possibilita a mediação entre o ambiente online e o contexto presencial é totalmente digitalizada através de hipermídias, utilizando espaços de comunicação assíncronos (fóruns, *blogs*, jogos, glossários etc.) e síncronos (*chats*, vídeo conferência, mapas mentais), onde o/a estudante tem contato com o conteúdo do curso e pode refletir sobre diferentes perspectivas dos conhecimentos necessários para a sua aprendizagem. A modalidade online a distância obriga a elaboração de um planejamento diferente daquele com o/a qual os/as professores/as estão acostumados. Nesse contexto, todo material didático será produzido digitalmente. Para auxiliar no planejamento e controle de produção das disciplinas, foi desenvolvida uma aplicação no servidor do Núcleo de Educação Online do INES (<http://neo.ines.gov.br/neo/>) onde os/as professores/as-autores/as submetem todo o conteúdo das disciplinas. Nesse processo, cada disciplina é dividida em sete unidades, sendo que cada é representada pelos materiais didáticos já descritos anteriormente. A seguir, é apresentado o fluxo de produção de cada um deles.

a) Um vídeo de cinco minutos (roteiro com um resumo da unidade)

- 1º) Roteiro elaborado pelo professor/a-autor/a
- 2º) Designers educacionais
- 3º) ACERP - Linguagem televisiva
- 4º) Validação do TP por especialistas
- 5º) Gravação do TP apresentador e intérprete
- 6º) Validação dos textos para Libras

- 7º) Videografismo e animação
- 8º) Locução, Sonorização e Legendagem
- 9º) Aprovação do vídeo pelo NEO-INES
- 10º) Vídeo finalizado

b) Texto-base

- 1º) Texto indicado pelo professor/a-autor/a
- 2º) Equipe de tradução: Estudo do texto (leitura individual, levantamento terminológico e leitura coletiva)
- 3º) Consultoria vocabular e conceitual com professores/as da área do conteúdo solicitado
- 4º) Filmagens
- 5º) Videografismo e animação
- 6º) Locução, Sonorização e Legendagem
- 7º) Edição e finalização dos textos
- 8º) Aprovação do vídeo pelo NEO
- 9º) Vídeo finalizado

c) Temas para serem propostos nas salas síncronas de construção coletiva (*chats*)

- 1º) Indicação de três temas pelo/a professor/a-autor/a.
- 2º) Debate no *chat*

d) Quatro atividades em grupo por disciplina

- 1º) Indicação de quatro atividades pelo/a professor/a-autor/a.
- 2º) Disponibilização do material no AVA

e) Glossário

- 1º) Indicação dos termos para o glossário pelo/a professor/a-autor(a)
- 2º) Gravação no estúdio do NEO de vídeo, em Libras, dos termos do glossário
- 3º) Disponibilização do material no AVA

f) Resumo com conteúdo complementar

- A elaboração do vídeo do resumo com o conteúdo complementar seguirá o mesmo fluxo do item “a”.

g) Vídeo de domínio público de dois minutos

- 1º) Escolha do vídeo pelo/a professor/a-autor/a
- 2º) Legendagem do vídeo
- 3º) Disponibilização do vídeo no AVA

h) Nove sites para alimentar o mapa mental

- 1º) Seleção de nove sites
- 2º) Inserção dos sites no mapa mental

i) Variedade de recursos (principalmente visuais) – como já sinalizado, outros recursos podem ser sugeridos pelos(as) docentes, os quais serão criados por uma equipe de desenvolvedores.

8 PRODUÇÃO ACADÊMICA

O acesso dos/das estudantes do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** à Biblioteca ocorrerá por meio do site do INES. Também serão disponibilizados no AVA diversos *links* de acesso às bibliotecas virtuais confiáveis, disponíveis ao público pela rede *www*, tais como: (a) Domínio Público - Pesquisa Básica (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>); (b) Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo (<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temasdiversos-bibliotecaseacervosdigitais.php>); (c) Internet Archive (<http://archive.org/index.php>); e (d) Portal de Periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>).

Além disso, o INES tem acesso às seguintes bases de dados nacionais e internacionais no *Portal de Periódicos da CAPES*: *American Phytopathological Society*; *ASM - American Society for Microbiology*; *Begell House*; *Biological Abstracts*; *Bioone*; *DII - Derwent Innovations Index*; *Elsevier Brinde*; *ESA - Ecological Society Of America*; *HWP - Highwire Press*; *ICE - Institution of Civil Engineers*; *Integrity*; *JCR - Journal Citation Reports*; *MAL - Mary Ann Liebert*; *Portico*; *Proquest*; *RSJ - Royal Society Journals*; *Sage*; *Societies Bases*; *Societies Journals*, *Spie Digital Library*; *Springer Link*; *Web of Science*; e *Wiley Interscience*.

Estará disponível também aos/às estudantes do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** o *link* do **Manuário** (Dicionário Terminológico Bilíngue Português/Libras/Português), que tem sido desenvolvido como uma das linhas de pesquisa do DESU.

O Manuário é voltado, exclusivamente, para o mundo acadêmico e tem como objetivo enriquecer o léxico da Libras e fomentar a ampliação e difusão, por todo o país, da Libras acadêmica, nomeando e registrando em Libras os diversos conceitos referentes às atividades formativas do **Curso Bilíngue de Pedagogia (presencial)**. Esse trabalho, que tem sido desenvolvido com a participação direta de estudantes surdos/as e tradutores(as)/intérpretes, proporcionará aos/às estudantes surdos/as maiores possibilidades de acesso ao conhecimento, além de permitir a expansão das possibilidades de produção acadêmica em Libras (relatórios, artigos, monografia, dissertações etc.).

9 MATRIZ CURRICULAR

A proposta curricular deste Curso considera, além da legislação específica, a história da formação de profissionais da área da educação e as experiências de formação de professores/as para educação bilíngue de surdos/as. Além disso, tem em vista o reconhecimento e a valorização das diferenças e os pressupostos da justiça social, tal como definido no Marco Conceitual (tópico 3).

O currículo está organizado em três núcleos: **Núcleo de Estudos Básicos***, **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos**** e **Núcleo de Estudos Integradores*****, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP 01/2006, art. 6º), conforme Tabela a seguir:

Tabela – Matriz Curricular

PERÍODO	DISCIPLINAS E ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CH	CR 1=20 h
1º P	Libras I*		60	3
	Língua Portuguesa Escrita I*		60	3
	TIC's I*		60	3
	Ciências Sociais e Educação*		60	3
	Estudos Surdos*		60	3
	Estudos Culturais*		60	3

2º P	Libras II*	Nivelamento ou Libras I	60	3
	Língua Portuguesa Escrita II*	Nivelamento ou LP I	60	3
	Concepções sobre infância*		60	3
	Psicologia e Educação*		60	3
	História da Educação de Surdos*		60	3
	Filosofia e Educação*		60	3
3º P	Libras III*	Nivelamento ou Libras II	60	3
	Língua Portuguesa Escrita III*	Nivelamento ou LP II	60	3
	Didática e Avaliação		60	3
	TIC's II*	TIC's I	60	3
	Relações Étnico-Raciais**		60	3
	Legislação Educacional e Políticas Públicas para Educação**		60	3
4º P	Libras IV*	Nivelamento ou Libras III	60	3
	Língua Portuguesa Escrita IV*	Nivelamento ou LP III	60	3
	Teoria da Linguagem I: Linguística, Filosofia da Linguagem, Literatura*		60	3
	Educação Ambiental**		60	3
	Educação Bilíngue I*		60	3
	Investigação Científica e Produção Acadêmica I***		60	3
5º P	Direitos Humanos**		60	3
	Ciências Físicas e Biológicas e Educação**		60	3
	Matemática e Educação**		60	3
	Educação Bilíngue II*	Educação Bilíngue I	60	3
	Teorias do Currículo**		60	3
	Investigação Científica e Produção Acadêmica II***	Investigação Científica e Produção Acadêmica I	60	3
6º P	Libras V*	Nivelamento ou Libras IV	60	3
	Teoria da Linguagem II: Literatura e a Formação do Leitor*	Teoria da Linguagem I	60	3
	Artes e Educação**		60	3
	Letramento em Contextos Bilíngues**		60	3
	Educação Especial**		60	3
	Investigação Científica e Produção Acadêmica III***	Investigação Científica e Produção	60	3

		Acadêmica II		
7º P	Material Didático I: análise e produção (Humanidades, Linguagens e Artes) **		60	3
	Alfabetização e Letramentos**		60	3
	Gestão Escolar I**		60	3
	Educação de Jovens e Adultos**		60	3
	Estágio Supervisionado I – Ed. Infantil *** Obrigatório com surdo em sala de aula		100	5
	Pedagogia em Contextos não Escolares**		60	3
	Optativa 1*** LIBRAS: Conversação ou Corporeidade e Cultura		60	3
	TCC I - Orientação***		60	3
8º P	Material Didático II: análise e produção (Exatas, Físicas e Biológicas) **	Material Didático I	60	3
	Gestão Escolar II**	Gestão Escolar I	60	3
	Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais *** Obrigatório com surdo em sala de aula	Estágio I	100	5
	Optativa 2*** LIBRAS: conversação ou Espaço, Tempo e Educação		60	3
	TCC II - Orientação***	TCC I - Orientação	60	3
9º P	Estágio Supervisionado III – Gestão Educacional *** Obrigatório com surdo no ambiente escolar	Estágio II	100	5
	Optativa 3*** LIBRAS: conversação ou Psicologia e Cognição		60	3
Extra-curricular	Atividades Complementares		120	6
TOTAL	51 Atividades Formativas		3.300	165

No **Núcleo de Estudos Básicos**, fluirão atividades formativas que irão organizar, discutir e refletir sobre as complexas noções de linguagem, discurso e especificidades linguísticas especialmente relacionadas com o particularizado caráter bilíngue do Curso.

Para o/a discente ainda irá tornar-se imprescindível a apropriação dos fundamentos da educação, nos quais constarão conteúdos sobre a futura profissão do licenciando em seus aspectos sociais, linguísticos, políticos, históricos, antropológicos, culturais, econômicos e éticos. Fundamental-se-ão, assim, também abordagens teóricas que têm procurado compreender como a formação do pedagogo vem se constituindo,

consideradas inclusive diferenças de classe, gênero, etnia, língua e outras, todas culturalmente posicionadas.

Os estudos sobre a sala de aula como centro do trabalho escolar, ensino e aprendizagem constituem duas faces de uma mesma moeda. Assim, a compreensão de experiências que emergem em rituais escolares e rotinas do próprio cotidiano constitui-se em conhecimento crucial para futuros pedagogos. As atividades formativas que integram o **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos** levarão os/as futuros/as pedagogos/as a aprofundarem conhecimentos relacionados com o próprio trabalho docente, ainda diversificando conteúdos sobre a linguagem humana em sua modalidade escrita e demais saberes transversais que, a seus modos, estarão também relacionados à construção do projeto da própria prática pedagógica que se querará construir.

Ainda nesse núcleo, verterão atividades formativas que fertilizarão diálogos entre Metodologias e correspondentes Fundamentos, privilegiando-se relações entre conhecimentos já então construídos e abordagens concernentes ao ensino-aprendizagem. Considerado a identidade institucional bilíngue de tal Curso, serão então postos igualmente em cena conteúdos aprofundados de âmbito discursivo, que irão também enfocar contraposições entre organizações sistêmicas da Libras e da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Ao longo do Curso, estarão incorporadas atividades formativas próprias do **Núcleo de Estudos Integradores**. Estão previstos no currículo os Estágios curriculares (que proporcionam a participação em atividades práticas e vivências em diferentes áreas do campo educacional) e atividades que integram a pesquisa e o trabalho científico. Além disso, por meio das optativas, os/as estudantes poderão diversificar as possibilidades de aprofundamento de estudos curriculares conforme suas escolhas e, também, segundo áreas de pesquisa.

Embora não estejam explicitadas na matriz curricular exposta anteriormente, a participação em atividades de comunicação e expressão cultural, em Seminários, projetos de iniciação, monitoria e extensão, orientados por professores do Curso de Pedagogia Bilíngue do DESU/INES, compõem o Núcleo de Estudos Integradores e fazem parte das atividades complementares.

11 ATIVIDADES FORMATIVAS OBRIGATÓRIAS

As atividades formativas obrigatórias são constituídas por: (a) desdobramentos de áreas consideradas essenciais na formação do pedagogo, situando-se primordialmente no campo das ciências do homem, englobando os estudos ambientais e as ciências humanas e sociais em geral; (b) saberes específicos do campo educacional e, particularmente, de sistematizações de conhecimentos teóricos e de práticas pedagógicas específicas; e (c) saberes específicos da educação bilíngue para surdos, os quais perpassam todo o currículo.

Essas distinções não devem se traduzir em separações ou tempos recortados no processo de formação do pedagogo; elas estabelecem apenas um modo de escolha da distribuição das atividades formativas em uma sequência temporal de períodos do curso. Os conjuntos distintos de atividades formativas se entrelaçam durante todo o curso e fertilizam um contínuo diálogo entre as teorias educacionais e a experiência pedagógica. Nesse sentido, em todos os grupos das atividades formativas obrigatórias, sejam elas da fundamentação, da profissionalização ou da educação bilíngue para surdos, encontra-se presente a indissolúvel relação teoria e prática, fazendo de cada uma delas lugares de encontros de saberes e fazeres educacionais.

12 ATIVIDADES FORMATIVAS OPTATIVAS

As atividades formativas optativas do currículo terão caráter de aprofundamento e diversificação dentro das áreas de atuação profissional do/a licenciado/a em Pedagogia, seja na esfera da docência, da gestão ou mais especificamente da educação de surdos. Assim, ter-se-á um diversificado elenco de atividades formativas optativas: as temáticas, oferecidas com a nomenclatura de Tópicos Especiais e outras de Ênfase.

Os **Tópicos Especiais** são optativas temáticas, focadas em alguma questão ou objeto específico da área. As atividades formativas optativas Tópicos Especiais não possuem ementas necessariamente vinculadas ou desdobradas das obrigatórias; não as ampliam, apenas as particularizam. Sua oferta pode decorrer do interesse de um docente ou de um grupo de pesquisa em partilhar estudos. No currículo do Curso de Pedagogia-Licenciatura (EaD), são três os tópicos especiais: “Corporeidade e Cultura”; “Espaço, Tempo e Educação” e “Psicologia e Cognição”.

As **optativas de Ênfase** serão aprofundamentos e desdobramentos de atividades formadoras obrigatórias ou especialidades no campo pedagógico; nelas, o/a estudante poderá aprofundar sua formação em uma função pedagógica específica, seja no campo dos fundamentos, seja nas habilidades profissionais. As optativas de ênfase possuem um caráter mais genérico e ampliam, na sua ementa, as questões presentes nas atividades formadoras obrigatórias a elas vinculadas. Essa categoria “optativas” também pode oferecer estudos na área específica do Curso, a saber, a educação bilíngue para surdos/as. No caso do currículo aqui proposto, está presente a disciplina “Libras: conversação”, a qual, além de aprofundar os estudos sobre o tema, foca na perspectiva do Curso.

Assim, as atividades formativas optativas permitem diversificar as possibilidades de aprofundamento dos/as alunos/as, segundo suas escolhas e, também, segundo áreas de pesquisa. Nessa categoria de atividades formativas, o/a estudante deverá cursar, pelo menos, 180 horas.

13 EMENTAS, OBJETIVOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA DAS ATIVIDADES FORMATIVAS

13.1 ATIVIDADES FORMATIVAS DO PRIMEIRO PERÍODO

Ciências Sociais e Educação

Ementa: Introdução aos conceitos da sociologia. Antropologia e educação. Cultura e Educação. História e Educação. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos sociológicos, antropológicos, historiográficos consagrados pelo “estado da arte” contemporâneo. Relações étnico-raciais e perspectivas histórico-sociais da cultura afro-brasileira na composição cultural do Brasil. Vertentes teóricas e princípios de análise das Ciências Sociais. Conceitos de identidade, etnocentrismo, colonialismo, relativismo cultural, hibridismo e interculturalidade. Educação em diferentes contextos socioculturais.

Objetivos:

- promover reflexões articulando a educação com os referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais;

- analisar os temas: política educacional; relações entre Estado e sociedade; papel dos movimentos sociais; direitos humanos como desdobramento das relações sociais; escola pública a partir da teoria política; tecnologia da informação e comunicação; diferenças socioculturais, principalmente as de idade, gênero, etnia e classes, bem como as das representações (artísticas, literárias, míticos etc.);
- identificar os aspectos que compõem a pluralidade étnico-racial do Brasil e as relações entre trabalho e educação.

Conteúdo Programático:

- Conceitos básicos de Ciências Sociais e História.
- Antropologia e educação.
- Cultura e Educação.
- História e Educação.
- Tendências teóricas e tradição de pesquisas em Ciências Sociais e História.
- Identidade. Etnocentrismo. Colonialismo. Relativismo Cultural. Hibridismo, Interculturalidade e Sujeitos Sociais.

Bibliografia básica:

ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA. 2001.

TRINDADE, A. L. e SANTOS, R. (Org.) *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Z.Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade – Vol. I*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

Estudos Culturais

Ementa: Cultura como uma organização de significados e campo de luta. Direitos humanos. Cultura no mundo contemporâneo. Relações étnico-raciais e perspectivas histórico-sociais da cultura afro-brasileira. Produção cultural e construção de uma sociedade equânime. Cultura nos dias atuais. Relações entre cultura, significação, identidade e poder.

Objetivos:

- apresentar a tradição dos Estudos Culturais;
- debater questões sobre Cultura e Sociedade;
- analisar a perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Culturais e suas implicações para o campo da Educação.

Conteúdo Programático:

- Cultura e sociedade;
- Formação dos Estudos Culturais;
- Estudos Culturais Contemporâneos;
- Estudos Culturais e direitos humanos;
- Estudos Culturais no Brasil;
- Cultura, Significação, Identidade e poder.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVA, T. (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

TRINDADE, A. L. e SANTOS, R. (Org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar:

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2007.

BAUMAN, Zigmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

PERLIN, Gladis. *Identidades Surdas*. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SILVA, Tomaz T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Estudos Surdos

Ementa: Estudos Culturais e Estudos Surdos. Conceitos de cultura. Cultura surda. Identidade cultural. Tradução cultural. Etnocentrismo, estereótipos. Contato surdo-surdo. Artefatos culturais: Línguas de Sinais, história cultural, Literatura Surda, Pedagogia Visual.

Objetivos:

- estudar o campo denominado Estudos Surdos em articulação com os Estudos Culturais;
- refletir sobre cultura surda desdobrada em seus artefatos como identidade, língua, história, literatura, pedagogia visual.

Bibliografia Básica:

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Trad. M. Ávila, E. L. de Lima Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PERLIN, Gladis. *Identidades Surdas*. In C. Skliar (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice. M. de & KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*.

SILVA, T.T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUADROS, Ronice. M. de. *Estudos Surdos III – Série de Pesquisas*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice. M. de & STUMPF, Marianne R. *Estudos Surdos - Série de Pesquisas*. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro, 2009.

QUADROS, Ronice. M. de & PERLIN, Gladis. *Estudos Surdos II – Série de Pesquisas*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007.

Libras I

Ementa: Estudo da Linguagem: Línguas, Gestos e Mímicas. Verdades e Mitos sobre Língua de Sinais. Sistema fonético e fonológico da Libras. História da Educação de Surdos. História do INES e da constituição de associações de surdos e suas lutas.

Objetivos:

- analisar informações básicas sobre aspectos linguísticos e educacionais da Língua Brasileira de Sinais – Libras com incentivos à Pesquisa;
- ler criticamente e discutir temas ligados à educação de surdos.

Conteúdo Programático:

- Estudo da Linguagem: Línguas, Gestos e Mímicas;
- Verdades e Mitos sobre Língua de Sinais;
- Sistema fonético e fonológico da LIBRAS;
- História da Educação de Surdos: História do INES e da constituição de associações de surdos e suas lutas, contextualizando com o resto do mundo.

Bibliografia Básica:

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: a aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In Skliar, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

ESTELITA, M. ELiS – Escrita das Línguas de Sinais. IN: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). *Estudos Surdos II – Série Pesquisas*. 212-237. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto. Curso Básico*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FENEIS. Revista da FENEIS N° 06, Rio de Janeiro/RJ. N° 06.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, LODI & PEREIRA. *Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3)*. São Paulo /SP: TEC ART, 1993.

Língua Portuguesa Escrita I

Ementa: Linguagem acadêmica. Gêneros acadêmicos. Normas técnicas da ABNT. Técnicas de leitura e síntese.

Objetivos:

- trabalhar a redação dos gêneros acadêmicos: fichamento, diário de leitura e resumo;
- analisar as principais mudanças do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.

Conteúdo Programático:

- A síntese e os seus domínios
- Leitura e apreensão das ideias principais do texto
- Diário de leitura
- Fichamento
- Compreensão global do texto a ser resumido ou fichado
- Resumo

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

Bibliografia Complementar:

FAVORITO, Wilma; SILVA, Ivani Rodrigues. *Surdos na escola: letramento e bilinguismo*. Coleção Linguagem e Letramento em Foco. Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL / UNICAMP, 2009.

FERREIRO, E. O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar. In: *Reflexões sobre a Alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Alice. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos In: SKLIAR, Carlos (Org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. 2 v.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: prática de fichamento, resenha, resumo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

TIC's I

Ementa: Aspectos teóricos e metodológicos do uso das tecnologias na educação. Implicações do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na Educação de Surdos. TIC's e seu auxílio nos processos de ensino e aprendizagem (presencial ou distância). Papel do professor como mediador de aprendizagens. Relação do docente e do discente no contexto do ensino baseado em tecnologias da informação e comunicação. Ensino e atividades didáticas assistidas por computador. Educação Compartilhada e Inovações Tecnológicas. Tecnologias associadas à surdez ao longo da história. Práticas da utilização dos recursos tecnológicos em sala de aula. Alternativas metodológicas para inserção das tecnologias educacionais como instrumentos ao fazer pedagógico bilíngue.

Objetivos:

- situar o aluno quanto ao momento histórico contemporâneo das TIC's através de um breve histórico;
- diferenciar o ensino com mídias de massa clássicas do ensino com as mídias digitais online e personalizáveis;
- introduzir o aluno nas técnicas de produção de recursos didáticos em mídias digitais.

Conteúdo Programático:

- O que é tecnologia?
- A sociedade e os artefatos que produzimos ao longo de nossa história;
- TIC's na sociedade, breve histórico e aspectos contemporâneos das mídias digitais e sua utilização na produção de recursos didáticos;
- Cibercultura na sociedade contemporânea;
- O professor mediante as tecnologias e o que muda em sua docência;

- A utilização de recursos didáticos, mídias digitais e construção do conhecimento;
- A informática na educação antes e depois da Web 2.0.

Bibliografia Básica:

BONILLA, M. H. *Escola aprendente: para além da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LEVY, P. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013.

PETERS, O. *Didática da educação a distância*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

RAMAL, A. C. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Fernanda C. A. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

PALLOFF, RM & PRATT, K. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PEREIRA, Alice T. *AVA em diferentes contextos*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

13.2 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SEGUNDO PERÍODO

Concepções sobre Infância

Ementa: Estudos sobre criança e cultura. Concepções de criança e sociedade. Historicidade da Educação Infantil no Brasil. Articulações de cunho teórico-

epistemológico relacionadas com aquisição de linguagem, construção da identidade e construção do conhecimento no cotidiano infantil e na escola.

Objetivos:

- refletir sobre a relação entre cultura e criança, encarando a infância como uma construção social;
- identificar e analisar as diferentes fases da Educação Infantil na história do sistema educacional brasileiro;
- analisar a relação entre aquisição de linguagem e construção de conhecimento.
- Refletir sobre a relação entre educação bilíngue e construção da identidade por parte de crianças surdas;
- Discutir sobre sociedade de consumo e a influência da mídia na formação da criança.

Conteúdo Programático:

- Infância, cultura e sociedade. A produção do conceito de infância: aspectos sociais e históricos.
- A educação de crianças menores no Brasil (creches e pré-escola). 'Historicização' e problematização.
- Aquisição de linguagem e construção do conhecimento na infância.
- Apropriações do conhecimento na sala de aula.
- Linguagem, cultura e identidade: o bilinguismo na educação de crianças surdas.
- Identidade social e infância: mídia, sociedade de consumo e criança.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

KRAMER, S. *Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2003.

QUADROS, R.M. *Educação de Surdos - a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

VIGOTSKI, Lev; LURIA, Alexander; LEONTIEV, Alexei. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2006.

Bibliografia complementar:

GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

MOURA, M C (et al.). *Língua de Sinais e Educação do Surdo*. São Paulo: Tec Art, 1999.

MALTA, C. (et al.). *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

Filosofia e Educação

Ementa: Paradigmas do conhecimento. Relação entre filosofia, educação e ideologia. Múltiplas abordagens da educação. Relações de saber-poder em Foucault: subjetivação e governamentalidade.

Objetivos:

- apresentar os diferentes paradigmas do conhecimento relacionando-os aos modelos educacionais;
- debater a relação entre os discursos filosóficos e os processos de subjetivação presentes na educação.

Conteúdo Programático:

- Paradigmas do conhecimento: funcionalismo, marxismo, estruturalismo e pós-modernidade.
- Filosofia e ideologia: discursos sobre educação.
- Múltiplas abordagens da educação.
- Relações de saber-poder em Foucault: subjetivação e governamentalidade na educação.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MORIN, Edgar. *Os setes saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, 1986

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

MORAES, Marcia. *Fundamentos histórico-filosóficos da educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

SILVA, T. T (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

História da Educação de Surdos

Ementa: Aproximações entre a história da Educação Geral e a história da Educação de Surdos. Percursos históricos da educação de surdos. Produção bibliográfica referente à história da Educação de Surdos. Políticas Públicas Educacionais para sujeitos surdos em diversos contextos.

Objetivos:

- identificar aproximações da História da Educação Geral com a da Educação de Surdos;
- analisar fontes documentais da história da Educação de Surdos;
- analisar narrativas sobre a história da Educação de Surdos e do INES;
- analisar as políticas públicas educacionais para sujeitos surdos em vários contextos históricos.

Conteúdo Programático:

- Registros de temas referentes à Educação de Surdos em diversos pensadores.
- Os pioneiros da educação de surdos na Europa.
- O Império brasileiro e a criação de uma Escola para Surdos.
- O debate educacional travado nos Institutos nos séculos XVIII e XIX.
- Os Congressos de Educação de Surdos.
- Narrativas na perspectiva histórica da educação de surdos: revisão bibliográfica.
- Educação de Surdos no Brasil nos séculos XX e XXI

Bibliografia Básica:

AIPEDA. Rio de Janeiro, 2004.

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina. O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma educação especial. In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (orgs.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GÓES, M.C.R.. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados/Unicamp, 2002.

_____. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia complementar:

COUTO-LENZI, Álpia. Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos. Associação Internacional “Guy Perdoncini” para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva.

ROCHA, Solange Maria. *Histórico do INES*. Rio de Janeiro: Espaço/INES, Edição Comemorativa dos 140 anos, 1997.

_____. Tensões atuais no campo da educação de surdos: escola para todos ou escola para surdos – contribuições para um possível diálogo. In: *Espaço/INES*, n. 24, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2007.

_____. *Memória e História: a indagação de Esmeralda*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.

Libras II

Ementa: Sistema morfológico da LIBRAS. Variação linguística. Abordagens educacionais: Oralismo. Comunicação total e Bilinguismo. Processo de Aquisição de Linguagem.

Objetivos:

- conhecer os aspectos mais relevantes de gramática da LIBRAS.
- utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da LIBRAS nos textos produzidos pelos alunos surdos.

Conteúdo Programático:

- Libras? Que Língua é essa?
- Sistema morfológico da LIBRAS;
- Libras no universo da variação linguística;
- Abordagens educacionais: Oralismo, Comunicação total e Bilinguismo.
- Processo de Aquisição de Linguagem.

Bibliografia Básica:

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica?* Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

ESTELITA, M. (2007) ELiS – Escrita das Línguas de Sinais. IN: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). *Estudos Surdos II – Série Pesquisas*. 212-237. Petrópolis, RJ: Arara Azul.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FENEIS. Revista da FENEIS nº 06, Rio de Janeiro/RJ.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, LODI & PEREIRA. *Língua de sinais e Educação do Surdo* (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP: Tec Art, 1993.

Língua Portuguesa Escrita II

Ementa: Resumos e resenhas. Escolhas linguísticas e a organização retórica. Especificidades da escrita acadêmica. Formas de menção a autores. Atribuição de atos. Procedimentos de inserção de vozes no texto. Organizadores textuais. Mecanismos linguísticos.

Objetivos:

- analisar e produzir gêneros acadêmicos;
- discutir as diferenças entre resumo e resenha;
- praticar a escrita argumentativa e impessoal.

Conteúdo Programático:

- Diferenças entre resumo e resenha;
- Plano global de uma resenha (prototípica);
- Mecanismos de conexão;
- Expressão de subjetividade do resenhista;
- Inserção de vozes no texto.

Psicologia e Educação

Ementa: Psicologia e educação. Processos de formação na comunidade escolar.

Objetivos:

- apresentar e avaliar criticamente a atuação da psicologia na educação;
- abordar os temas atuais que evocam a atuação dos profissionais da área psicológica na educação especialmente aquelas relacionadas ao ensino e à aprendizagem;
- debater os processos de construção da subjetividade na educação dando ênfase aos discursos e práticas acerca da surdez.

Conteúdo Programático:

- A Psicologia na educação: formação do professor; visões sobre os alunos e sobre as famílias.
- Relação entre comunidade escolar e equipe multidisciplinar.
- Críticas à psicologização e medicalização da educação: discursos sobre aprendizagem e a produção do fracasso escolar; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e outros supostos transtornos.
- Práticas psicológicas e surdez: a construção de subjetividades surdas.

Bibliografia Básica:

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KRAMER, Sonia. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

LAMPREIA, C. A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, nº 24 p. 105-114, jan.-mar. 2007.

SKLIAR, C. B. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

VYGOTSKY, Lev. *Formação social da mente*. [Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, Lev; LURIA, Alexander; LEONTIEV, Alexei. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2006.

Bibliografia complementar:

GALVÃO, Izabel. *Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KUPFER, M.C. M. Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância, *Revista de Psicologia, USP*, 2000, vol.11, n.1, p. 85-105

LAMPREIA, C. A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. *Estudos de Psicologia, Campinas*, n. 24 p. 105-114, janeiro - março 2007.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

SOUZA, Solange Jobin e. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. São Paulo: Papyrus, 1995.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZONTA, Celso; MEIRA, Marisa Eugênia. *Fundamentos psicossociais da educação*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

13.3 ATIVIDADES FORMATIVAS DO TERCEIRO PERÍODO

Didática e Avaliação

Ementa: Concepção de Didática e Pedagogia. Elementos do processo didático. Didática e a relação forma-conteúdo. Relação prática pedagógica<>didática. Dimensão técnica da prática docente. Formulação de objetivos de ensino. Aspectos da avaliação.

Objetivos:

- diferenciar pedagogia de didática;
- analisar possíveis desenvolvimentos do processo pedagógico;
- identificar as diferenças entre as Tendências Pedagógicas;
- comparar e aplicar diversos tipos e recursos de aula;
- analisar aspectos da avaliação e sua aplicabilidade.

Conteúdo Programático:

- Educação, Pedagogia e Didática;
- Didática e democratização do ensino;
- Abordagens didáticas e tendências pedagógicas;
- A construção do conhecimento e a comunicação didática;

- A avaliação da aprendizagem.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

McLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. [Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

McLAREN, Peter; LEONARD, Peter; Gadotti, Moacyr. *Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação*. [Trad. Marcia Moraes]. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

SOARES, Magda. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2004.

Bibliografia Complementar:

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

MORAES, Marcia. *Didática I*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima, 2006.

MORAES, Marcia. *Didática II*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Legislação Educacional e Políticas Públicas para Educação

Ementa: Constituição, Estatutos, Leis, Decretos, Resoluções. Políticas públicas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Formação de Professores. Educação democrática de qualidade. Problemas ambientais. Políticas públicas educacionais brasileiras direcionadas às pessoas surdas.

Objetivos:

- conhecer, discutir e analisar a legislação educacional brasileira de forma contextualizada;

- analisar o processo de construção, implementação e análise /avaliação de políticas públicas;
- discutir e analisar a relação entre concepções sobre surdez e políticas educacionais voltadas para pessoas surdas;
- estabelecer vinculações entre educação e cidadania.

Conteúdo Programático:

- Políticas públicas: definição, formulação, implementação e análise/avaliação.
- Legislação Educacional Brasileira: alicerces históricos e leitura crítica contextualizada da legislação em vigor.
- Políticas Públicas para a Educação de Surdos (1990-dias atuais): Programas de capacitação em serviço; programas de capacitação inicial; programa de Certificação de Proficiência em Libras. Programas de Criação e Distribuição de Material Didático, Paradidático, Glossários e Dicionários; PNE 2011-2020; educação inclusiva e Escolas para Surdos; programas e ações no sentido da educação bilíngue: formação e especialização de professores, intérpretes e gestores; criação e manutenção de escolas e classes bilíngues.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF 1996.

Leis, decretos, resoluções e demais documentos legais, em vigor, relacionados à Educação Brasileira em geral e, em especial, à Educação de Surdos. Documentos disponíveis *online*.

PILETTI, Nelson. *Estrutura e funcionamento do ensino fundamental*. São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia complementar:

INES. *Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos*, Rio de Janeiro: INES, 1997.

MAIA, Rosária Correa. *Direitos das pessoas surdas*. Rio de Janeiro: INES, 2009.

MORAES, Marcia. *Estrutura e funcionamento do ensino*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOUZA, R. M. de Situação bilíngue nacional – os cidadãos surdos. In: INES (Org.). *Anais do Seminário Surdez, Cidadania e Educação: refletindo sobre os processos de exclusão e inclusão*, Rio de Janeiro, 1998.

Libras III

Ementa: Estruturação da Libras. Sistema sintático da Libras. Educação de Surdos: Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Bilíngue.

Objetivos:

- comparar Libras e Português;
- analisar a importância do uso de duas línguas: Libras como L1 e Português como L2, valorizando o ensino bilíngue para Surdos.

Conteúdo Programático:

- Estruturação da Libras: Sistema sintático da Libras;
- Educação de Surdos: Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Bilíngue, seus conceitos, princípios, filosofias, metodologias, estratégias pedagógicas e políticas públicas e legislação.

Bibliografia Básica:

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

Bibliografia complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica?* Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

ESTELITA, M. (2007) *ELiS – Escrita das Línguas de Sinais*. IN: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). *Estudos Surdos II – Série Pesquisas*. 212-237. Petrópolis, RJ: Arara Azul.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FENEIS. Revista da FENEIS nº 06, Rio de Janeiro/RJ.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, LODI & PEREIRA. *Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3)*. São Paulo /SP: TEC ART, 1993.

Língua Portuguesa Escrita III

Ementa: Diário de pesquisa. Planos globais de textos acadêmicos e suas diferentes partes. Mecanismos de argumentação e de escrita objetiva e impessoal. Gêneros acadêmicos/científicos. Organização da bibliografia, de acordo com as normas ABNT e da Instituição, será apresentada e exemplos serão feitos com os alunos. Usos de citações.

Objetivos:

- elaborar e manter um diário de pesquisa;
- planejar, de forma global, textos acadêmicos e suas diferentes partes;
- praticar a escrita argumentativa e impessoal;
- organizar bibliografia e citações.

Conteúdo Programático:

- Diário de pesquisa
- Planejamento de gêneros e desenhos de planos globais prototípicos
- Argumentação
- Uso de citações no texto
- Organização bibliográfica

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

Bibliografia Complementar:

FAVORITO, Wilma; SILVA, Ivani Rodrigues. *Surdos na escola: letramento e bilinguismo*. Coleção Linguagem e Letramento em Foco. Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL / UNICAMP, 2009.

FERREIRO, E. *O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar*. In: Reflexões sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Alice. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos In. SKLIAR, Carlos (Org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. 2 v.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica; prática de fichamento, resenha, resumo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

TIC's II

Ementa: Aplicação pedagógica de recursos de interatividade. Requisitos de interfaces para ensino/aprendizagem. Ambientes virtuais de aprendizagem. Aspectos da comunicação mediada por computador. Arquiteturas de ambientes virtuais de aprendizagem e considerações sobre estilos cognitivos, hipermídia adaptativa e usabilidade. Avaliação pedagógica. Processos de produção de material didático para TIC na Educação. Organização do trabalho pedagógico para utilização de TIC em aula. Planejamento pedagógico e ferramentas didáticas. Ferramentas de comunicação e interação síncronas e assíncronas. Estratégias de interatividade e motivação via internet.

Objetivos:

- realizar um contraponto crítico aos discursos utópicos e otimistas sobre as TICs vistos na disciplina TIC's I;
- introduzir o tema da cibercultura sob o ponto de vista ideológico e sua influência no discurso educacional contemporâneo;
- apresentar alguns conceitos básicos sobre a mídia-educação e suas práticas. Analisar casos polêmicos de inserção de novas tecnologias em ambientes educacionais e o questionamento sobre sua eficácia.

Conteúdo Programático:

- A internet, o computador e as noções religiosas de transcendência do corpo. Os futuros imaginários e a ficção científica e empresarial;
- Relações com a cibercultura;
- Aspecto histórico: a contracultura estadunidense e a cibercultura nascente dos anos 70 e 80 até o corporativismo na cibercultura contemporânea dos anos 90 e 2000;
- Os fundamentos da cultura hacker sob o ponto de vista da ideologia liberal e neo-liberal;
- As heranças da cultura hacker nos movimentos da Educação Aberta contemporânea;
- A proposta da crítica sobre os meios de comunicação como alternativa para a educação com as mídias. Apresentação do professor sobre a AMI;

- Apresentação e discussão sobre alfabetismo visual e alguns de seus princípios básicos.
- Oficina de criação digital a partir de conceitos do alfabetismo visual. Planejamento e aplicação de prática educacional.

Bibliografia Básica:

BONILLA, M. H. *Escola aprendente: para além da Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LEVY, P. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013.

PETERS, O. *Didática da educação a distância*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

RAMAL, A. C. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Fernanda C. A. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

PALLOFF, RM & PRATT, K. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PEREIRA, Alice T. *AVA em diferentes contextos*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

Relações Étnico Raciais

Ementa: Educação para as relações étnico-raciais: finalidade e aplicações. História social dos negros e dos indígenas no Brasil. A questão da identidade. Diversidade e desigualdade na sociedade brasileira contemporânea. Raízes multiculturais da nação brasileira. Conceito de minorias. Discriminação, preconceito, racismo e violência. Ética, cidadania e direitos humanos.

Objetivos:

- analisar as relações histórico-sociais dos grupos étnico-raciais na sociedade brasileira;
- refletir sobre a desigualdade, o preconceito e a exclusão que caracterizam as relações sociais no Brasil;
- identificar os aspectos que compõem a pluralidade étnico-racial do Brasil;
- compreender o papel das ações afirmativas e outras políticas de inclusão vigentes.

Conteúdo Programático:

- A colonização e a escravidão ontem e hoje
- O mito da democracia racial
- Cidadania e exclusão social
- Racismo cordial e preconceito velado – a marca da cultura brasileira
- Minorias – As representações dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos pobres e dos LGBT na sociedade brasileira
- Os movimentos sociais das “minorias” no Brasil: a busca por igualdade de direitos
- Políticas de ações afirmativas – o reconhecimento das identidades
- Relações Étnico-Raciais como parte das práticas pedagógicas na Educação Básica

Bibliografia Básica:

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004. D.O.U., 19 de maio de 2004.

McLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. [Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

TRINDADE, Azoilda. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Bibliografia complementar:

BENTO, Maria Aparecida. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORAES, Marcia. **Ser humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

13.4 ATIVIDADES FORMATIVAS DO QUARTO PERÍODO

Educação Ambiental

Ementa: Equidade sócio-ambiental - relações entre sociedade e natureza. Proteção do meio ambiente. Educação e defesa da natureza. Conferências sobre meio ambiente.

Objetivos:

- analisar a questão ambiental e seus desdobramentos educativos;
- identificar as práticas educativas adotadas em escolas à luz da dimensão ambiental;
- analisar problemas ambientais e seus reflexos na vida social;
- reconhecer a educação ambiental como ato político;
- elaborar projeto de educação ambiental.

Conteúdo Programático:

- História da Educação Ambiental no Brasil e no Exterior
- Conferências internacionais sobre o meio ambiente;

- Cidadania, consumo e meio ambiente: legislação ambiental;
- Educação Ambiental e escola: pedagogia para as práticas de desenvolvimento sustentável;
- Projeto de educação ambiental para escolas de Educação Básica.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília, 2001. p. 55-64. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília: MMA/ME, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, I. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

PENTEDADO, Heloísa. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JÚNIOR, L.A. Educação ambiental como política pública. **Educação & Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=en&nrm=iso>.

TALOMI, Jandira. **Educação ambiental: da prática à cidadania**. São Paulo: Escrituras, 2004.

Educação Bilíngue I

Ementa: Educação bilíngue em seus aspectos políticos, culturais e pedagógicos.

Objetivos:

- Perceber a diversidade linguística no Brasil e no mundo, considerando os conceitos de plurilinguismo, multiculturalismo e bidialetarismo e suas possíveis relações com a construção de identidade e afirmação da cultura surda.
- Conceituar bilinguismo e conhecer os tipos de bilinguismo existentes na educação de surdos.
- Desconstruir mitos e preconceitos que permeiam a educação bilíngue em contextos de minorias linguísticas
- Conhecer diferentes contextos educacionais com aprendizes surdos relacionando-os com os pressupostos filosóficos e questões linguísticas que os fundamentam de maneira a serem capazes de refletir e atuar sob esses contextos.

Conteúdo/Programa:

- A diversidade linguística no mundo e no Brasil: plurilinguismo, multiculturalismo, bidialetalismo.
- Mitos e preconceitos no campo da educação bilíngue em contextos de minorias linguísticas
- Tipos de bilinguismo
- Modelos e programas de educação bilíngue em contextos multiculturais
- Os diferentes contextos educacionais com aprendizes surdos: pressupostos filosóficos e implicações linguísticas

Bibliografia Básica:

FERNANDES, S. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial** v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009, Santa Maria. (Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>)

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

QUADROS, R. de. **Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SIGNORINI, I. (org.) **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

Bibliografia complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 1 ed. , 2 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MAHER, T. M. “O dizer do sujeito bilíngue: aportes da Sociolinguística”. In: Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos, Rio de Janeiro: INES, 1997.

SKLIAR, C. B. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999. v. 1 e v.2.

SOUZA, R. M. de Situação bilíngue nacional – os cidadãos surdos. In: INES (org.). Anais do Seminário Surdez, Cidadania e Educação: refletindo sobre os processos de exclusão e inclusão, Rio de Janeiro, 1998.

SVARTHOLM, K. Bilinguismo dos surdos. In: SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2.

Investigação Científica e Produção Acadêmica I

Ementa: O gênero acadêmico e suas modalidades: ensaio, artigo, relatório, projeto de pesquisa. O texto acadêmico e seus componentes: título, resumo, introdução, materiais e métodos, desenvolvimento, resultados, conclusão, referências bibliográficas.

Objetivos:

- analisar considerações filosófico-metodológicas da pesquisa científica.
- Identificar os diferentes tipos de pesquisa;
- discutir a pesquisa como parte do contexto social;
- distinguir metodologia e método;
- realizar revisão bibliográfica.

Conteúdo Programático:

- Tipos de Conhecimento;
- Pesquisa e Método Científico (Metodologia e Método);
- Paradigmas da pesquisa científica: pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa
- Questões éticas no desenvolvimento de pesquisas;
- Tipos de pesquisa segundo objetivos;

- Tipos de pesquisa segundo procedimentos de coleta; Tipos de pesquisa segundo fontes de informação;
- Busca, recuperação, seleção e registro da informação científica.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

BAUER, Martin; GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* [Trad. Pedrinho Guareshi]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia complementar:

CARRANCHO, Angela. *Metodologia da pesquisa aplicada à educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação* / 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTO-LENZI, Álpia. *Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos*. Associação Internacional “Guy Perdoncini” para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva, AIPEDA. Rio de Janeiro, 2004.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2004.

Teoria da Linguagem I: Linguística, Filosofia da Linguagem, Literatura

Ementa: Estabelecimentos de relações entre Linguagem e fenômenos a ela relacionados como: comunicação, pensamento, consciência/inconsciente, identidade, cultura, língua, escrita, discurso, poder. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos linguísticos, consagrados pelo “estado da arte” contemporâneo. Introdução às principais vertentes teóricas e principais princípios de análise da Linguística. Discussão das críticas pós-estruturalistas/desconstrucionistas à Linguística e seus desdobramentos. Noções básicas sobre Gêneros Textuais e Literários.

Objetivos:

- identificar e interpretar os conceitos mais básicos para o estudo da linguagem. Identificar e descrever as principais problemáticas tratadas pelas teorias e filosofias da linguagem;
- oferecer perspectiva panorâmica sobre as questões dos estudos da linguagem na atualidade.

Conteúdo Programático:

- Linguagem e Comunicação;
- Linguagem e Pensamento;
- Linguagem, Identidade e Cultura;
- Língua e Linguagem;
- Linguagem e Escrita;
- Discurso e Poder;
- Introdução à Linguística: Conceitos Básicos, Vertentes Teóricas, Princípios de Análise;
- Desconstrução das Teorias Linguísticas: Filosofia da Linguagem, Pós-estruturalismo, Gramatologia, Pensamento Sistêmico;
- Gêneros Textuais e Literários.

Bibliografia Básica:

BAJARD, E. *Ler e Dizer*. São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

VYGOTSKY, L.S.A. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar:

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, 1986.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade – Vol. I*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

ZUNTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Libras IV

Ementa: Estruturação da Libras: a semântica e a pragmática. Introdução a Escrita de Sinais. Educação bilíngue para surdos: concepções e práticas pedagógicas. Contextos de escolarização de pessoas surdas: escola de surdos; classe especial; escola regular. Os profissionais que atuam na educação de surdos.

Objetivos:

- sensibilizar a importância do uso de duas línguas, a Libras como L1 e o Português como L2, valorizando o ensino bilíngue para Surdos;
- utilizar Libras, sempre que se fizer necessário, para a compreensão dos conceitos e conteúdos curriculares.

Conteúdo Programático:

- Estruturação da Libras: A semântica e a pragmática;
- Introdução a Escrita de Sinais;
- Educação bilíngue para surdos: concepções e práticas pedagógicas;
- Contextos de escolarização de pessoas surdas: escola de surdos; classe especial; escola regular;
- Os profissionais que atuam na educação de surdos: a formação do Pedagogo bilíngue Surdo e Ouvinte, a formação do intérprete, a atuação do intérprete em sala de aula, a relação professor-intérprete; o intérprete “genérico” e o intérprete educacional e a atuação assistente educacional surdo.

Bibliografia Básica:

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____ (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

Bibliografia complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FENEIS. Revista da FENEIS Nº 06, Rio de Janeiro/RJ.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, LODI & PEREIRA. *Língua de sinais e Educação do Surdo* (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo: TEC ART, 1993.

Língua Portuguesa Escrita IV

Ementa: Consolidação de estruturas linguísticas e funcionais abordadas nos níveis anteriores. Trabalho orientado para uma prática integrada das duas habilidades: compreensão e produção escrita. Ênfase na dissertação, fazendo uso das formas adequadas a paráfrases, exposição de ideias e seleção de argumentos. Prática com textos relacionados a temática do bilinguismo e orientado por gêneros acadêmicos.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

Bibliografia Complementar:

FAVORITO, Wilma; SILVA, Ivani Rodrigues. *Surdos na escola: letramento e bilinguismo*. Coleção Linguagem e Letramento em Foco. Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL / UNICAMP, 2009.

FERREIRO, E. *O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar*. In: Reflexões sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Alice. *Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos*. In. SKLIAR, Carlos. Org. Atualidade da educação bilíngue para surdos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica; prática de fichamento, resenha, resumo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

13.5 ATIVIDADES FORMATIVAS DO QUINTO PERÍODO

Ciências Físicas e Biológicas e Educação

Ementa: Conceitos cruciais das ciências físicas e biológicas atrelados a uma visão de mundo onde situa-se o cidadão contemporâneo.

Objetivos:

- caracterizar o conhecimento científico em uma realidade histórica e contextualizada;
- atualizar conceitos que são desenvolvidos em ciências naturais nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil;
- conhecer e apresentar alternativas metodológicas para o ensino de ciências naturais na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental

Conteúdo Programático:

- Conceito de Ciência; conhecimento/conhecimento científico / conhecimento cotidiano;
- Conhecimento científico e formação do professor em ciências;
- Ensinar Ciências: planejamento, fontes bibliográficas, avaliação.

Bibliografia Básica:

CHALNERS, A.F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

FOUREZ, G. *A Construção das Ciências: introdução à Filosofia e à Ética das Ciências.* São Paulo: Unesp, 1995.

GIL-PÉREZ, D. e CARVALHO, A. M. P. *Formação de professores de ciências.* São Paulo: Cortez, 2009.

SKLIAR, C. B. *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre, Mediação, 1998.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística.* Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

LOPES, A. R. C. *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. RJ: EDUERJ, 1999.

MORAES, A. C. R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: HUCITEC, 2002

VYGOTSKY, L. *Formação social da mente*. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEISSNAN, H. *Didática das Ciências Naturais*. Rio Grande do Sul: Artes Médicas.

Direitos Humanos

Ementa: História dos Direitos Humanos. Perspectivas filosóficas e sociais dos direitos humanos. Documentos precursores dos direitos humanos. Direitos Humanos e legislação. Preconceito, discriminação étnico-racial e práticas opositoras aos Direitos Humanos. Educação e direitos humanos.

Objetivos:

- analisar os direitos humanos como desdobramento das relações sociais;
- relacionar legislação de direitos humanos e práticas sociais;
- analisar a relação mídia e direitos humanos;
- práticas pedagógicas e direitos humanos.

Conteúdo Programático:

- Fundamentos histórico-filosóficos dos Direitos Humanos: Cidadania e Democracia; Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Tipos de Direitos Humanos: civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais.
- Legislação Brasileira e Internacional sobre os Direitos Humanos;
- Direitos Humanos e Mídia;
- Práticas sociais opositoras aos e defensoras dos Direitos Humanos

Bibliografia Básica:

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei Nº11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CANDAU, Vera e SACAVINO, Susana (Orgs.). *Educar em Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 2001.

McLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. [Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

Bibliografia complementar:

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. *Educação em direitos humanos e formação de professores/as*. São Paulo: Cortez, 2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MORAES, Marcia. *Ser humana: quando a mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). *Educação em direitos humanos : fundamentos teóricos-metodológicos*. Pernambuco: Ed. Universitária, 2007.

Educação Bilíngue II

Ementa: Refletir sobre as representações hegemônicas e contra-hegemônicas no universo da surdez e discutir acerca das especificidades linguísticas, culturais e pedagógicas de aprendizes surdos usuários de língua de sinais.

Objetivos:

- Perceber a surdez como diferença linguística e cultural.
- Refletir sobre a situação das pessoas que, por serem surdas, possuem impedimento sensorial para aquisição de uma língua oral de maneira natural e que se encontram em

situação de minoria linguística diante da família, da escola e da sociedade majoritária ouvinte.

- Ser capaz de distinguir e utilizar adequadamente os conceitos de linguagem, língua e identidade, relacionando as questões de formação de identidade surda.
- Considerar a importância da interculturalidade na organização de diferentes contextos bilíngues com aprendizes surdos.
- Refletir sobre as atuais políticas linguísticas e educacionais que fundamentam a educação de surdos no Brasil
- Conhecer e refletir sobre a função do intérprete em diferentes contextos educacionais com aprendizes surdos
- Conhecer as implicações da pedagogia visual na educação de surdos, compreendendo a importância desta concepção na construção curricular e na aquisição de conhecimentos por aprendizes surdos.

Conteúdo Programático:

- A surdez como diferença linguística e cultural.
- Os surdos como minoria linguística na sociedade, na escola e na família.
- Linguagem e identidade.
- Contextos bilíngues de ensino e interculturalidade.
- Políticas e planejamentos linguísticos e a educação de surdos
- O intérprete educacional nos contextos de ensino com aprendizes surdos.
- Os surdos e a dimensão visual na construção de conhecimentos.
- Pedagogia visual (Estudos Surdos) e currículo.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, S. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

Bibliografia complementar:

Investigação Científica e Produção Acadêmica II
--

Ementa: Gêneros acadêmicos e seus componentes. Redação de gêneros de acordo com ABNT.

Objetivos:

- apresentar aos alunos as particularidades linguísticas e retóricas dos gêneros acadêmicos resumo, resenha, ensaio, artigo, relatório, projeto de pesquisa e monografia;
- desenvolver habilidades textuais ligadas ao estilo acadêmico-científico.

Conteúdo Programático:

- O gênero acadêmico e suas modalidades: ensaio, artigo, relatório, projeto de pesquisa.
- O texto acadêmico e seus componentes: título, resumo, introdução, materiais e métodos, desenvolvimento, resultados, conclusão, referências bibliográficas.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

BAUER, Martin; GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia complementar:

CARRANCHO, Angela. *Metodologia da pesquisa aplicada à educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação / 2 ed.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTO-LENZI, Álpia. *Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos*. Associação Internacional “Guy Perdoncini” para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva, AIPEDA. Rio de Janeiro, 2004.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

Matemática e Educação

Ementa: Subsídios teóricos e práticos do ensino e da aprendizagem da Matemática. Problematização dos conteúdos e das práticas cotidianas. Novos enfoques para o ensino da disciplina. Conceitos de Numeração, Espaço, Forma e Tempo, Grandezas e Medidas, e Tratamento da Informação.

Objetivos:

- discutir conceitos que possibilitem a compreensão da Matemática e de seus processos de ensino e aprendizagem;
- desenvolver metodologias investigativas e reflexivas, tendo em vista que a atividade profissional é um campo de produção do conhecimento que envolve aprendizagens;
- oferecer suportes teórico e prático à ação pedagógica, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem da Matemática;

Conteúdo Programático:

- Sistema de Numeração;
- Espaço, Forma e Tempo;
- Grandezas e Medidas;
- Tratamento da Informação.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRENELLI, R. P. *O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas*. Campinas: Papyrus, 2006.

CHATEAU, L. *O jogo e a criança*. Tradução Guido de Almeida. São Paulo: Summus Editorial, 1987.

KAMII, Constance. *A Criança e o Número: implicações da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

KRAMER, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia complementar:

BERLINGHOFF, William P. *A matemática através dos tempos: um guia fácil e prático para professores e entusiastas*. São Paulo: Blucher, 2010.

GRANJA, Carlos Eduardo. *Atividades experimentais de matemática nos anos finais do ensino fundamental*. São Paulo: SM, 2012.

KAMII, Constance. *A Formação do Símbolo na Criança. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MADALENA, Silene Pereira. *A criança surda e a construção do conceito de número*. Brasília: MEC, 1997.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Teorias do Currículo

Ementa: Fazem parte desta disciplina estudos sobre as diferentes teorias de currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo como seleção da cultura: condicionantes e influências. Organização do conhecimento escolar: transposição didática, disciplinas e integração curricular. Currículo e cultura. Distribuição desigual de saberes na escola: sexualidade, gênero, etnia/raça e classe social. Políticas de currículo: pensamento, propostas e práticas curriculares.

Objetivos:

- discutir os principais marcos teóricos do pensamento curricular;
- analisar os processos de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e as políticas de currículo.

Conteúdo Programático:

- Conhecimentos científicos, escolares e cotidianos;
- Currículo e Desenvolvimento Humano;
- Currículo e Sociedade
- Os estudos Culturais e a Educação;
- Diversidade e Currículo;
- Currículo e os sujeitos da ação educativa;

- Conhecimentos escolares e competências: seleção e distribuição.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org). *Alienígenas na sala de aula - uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia complementar:

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MORAES, Marcia. *Didática I*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2006.

MORAES, Marcia. *Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima, 2005.

MOREIRA, A. F. & SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Territórios contestados - o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 1999.

13.6 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SEXTO PERÍODO

Artes e Educação

Ementa: Oferecer teoria e prática sobre arte e arte-educação. Conhecer e identificar artistas, suas histórias e leituras de mundo. A imaginação e a arte no desenvolvimento infantil. Arte-educação no Brasil norteando a formação do professor de artes. Perspectiva bilíngue e cultura surda no contexto artes e nos movimentos sociais.

Objetivos:

- instrumentalizar o aluno para a construção do seu conhecimento, possibilitando uma reflexão sobre a formação e educação no campo das artes partindo dos pressupostos teórico se práticos do processo ensino-aprendizagem;
- oferecer oficinas para práticas de atividades com artes visuais, jogos infantis e literatura infanto-juvenil;
- conhecer e identificar os principais movimentos de arte no Brasil e no mundo;
- problematizar a arte educação no Brasil, a arte e cultura surda neste cenário.

Conteúdo Programático:

- História da Arte e concepções estéticas: artes visuais, cinema e literatura. Arte em ambientes não formais, museus, mostras infantis e cineclubes;
- Arte e Imaginação: processo criativo; Arte na escola;
- Referencial curricular nacional para a educação infantil: Artes. De qual Arte estamos falando?
- Arte-educação no Brasil;
- Roda de debates: o ensino e a prática das Artes na perspectiva bilíngue: artes e cultura surda.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da Arte: memória e história*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação: leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae (org.). *Ensino da arte: memória e história*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FUSARI, Maria Felisminda. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 2001.

RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

Bibliografia complementar:

BARBIERI, Stela. *Interações: onde está a arte na infância?* São Paulo: Blucher, 2012.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

GÓES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados/Unicamp, 2002.

SANTAELLA, Lucia. *Arte e cultura: equívocos do elitismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

SKLIAR, C. (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças* Porto Alegre: Mediação, 2005.

Educação Especial

Ementa: Educação Especial: Paradigmas e representações sobre a educação do surdo. Marcos conceituais, políticos e normativos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Diversidade, diferença e bilinguismo: implicações no cotidiano escolar. Práticas pedagógicas inclusivas: acessibilidade na comunicação e informação; as adequações curriculares, metodológicas e organizacionais do sistema escolar. A proposta de Atendimento Educacional Especializado. A formação de professores no contexto da educação inclusiva.

Objetivos:

- apresentar e discutir criticamente os principais referenciais teóricos metodológicos, os marcos históricos e epistemológicos da constituição da Educação Especial;
- analisar os avanços, contradições e limites das proposições políticas e experiências de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto educacional internacional e nacional;
- analisar o processo de avaliação das necessidades específicas, as adequações curriculares, as ações de gestão escolar e os planos para o atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino;

Conteúdo Programático:

- Reflexões teóricas sobre a proposta da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- O atendimento educacional especializado no contexto regular de ensino: uma análise crítica;

- Currículo, diversidade e cultura escolar;
- Tendências e pesquisas em educação especial: limites e desafios

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Volume 1: Deficiência auditiva Volume 2: A educação de surdos Volume 3 : Língua Brasileira de Sinais Brasília: MEC, 1997.

KRAMER, Sonia. *Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

TRINDADE, Azoilda; SANTOS, R. (Org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia complementar:

BUENO, J. G. S. *A educação especial nas Universidades Brasileiras*. In: MEC/SEESP, Brasília, 2002.

FERREIRA, C.; RAMOS, M.I. (Orgs.). *Psicomotricidade: educação especial e inclusão social*. Rio de Janeiro: WAK, 2009.

MAZZOTTA, M, J. *Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Solange Maria. Tensões atuais no campo da educação de surdos: escola para todos ou escola para surdos – contribuições para um possível diálogo. *Espaço/INES*, n. 24, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Investigação Científica e Produção Acadêmica III

Ementa: A estrutura da monografia (Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise de Dados e Referências). Particularidades linguísticas do texto acadêmico

(Língua Portuguesa e Libras) Aspectos organizacionais de uma monografia de acordo com os manuais vigentes do curso.

Objetivos:

- Estruturar uma monografia (escrita ou em vídeo).
- Analisar os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.
- Identificar e analisar as escolhas linguísticas particulares do contexto acadêmico, tanto em Libras, como em Língua Portuguesa.

Conteúdo Programático:

- Estrutura da monografia
 - Parte pré-textual (capas, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, resumo, sumário, listas de abreviaturas, figuras, quadros e tabelas)
 - Parte textual (introdução, desenvolvimento em diferentes capítulos, análise e discussão dos resultados, considerações finais)
 - Parte pós-textual (referências bibliográficas, anexos, apêndice)
- Aspectos gerais da apresentação da monografia em Língua Portuguesa e em Libras
 - Utilização do papel, margem, paginação, parágrafo e outras características ligadas à formatação
- Escolhas linguísticas ligadas à linguagem acadêmica
 - Uso da terceira pessoa
 - Citações diretas e indiretas
 - Vocabulário/sinais acadêmicos

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica e científica impressa. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6028. Informação e documentação – Resumo - Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10520. Informação e documentação – Apresentação de citação em documentos. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15287. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2005.

BAUER, Martin; GASKEL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático [Trad. Pedrinho Guareshi]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARRANCHO, Angela. *Metodologia da pesquisa aplicada à educação*. Rio de Janeiro: Waldyr Lima Editora, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação* / 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTO-LENZI, Álpia. *Cinquenta Anos: uma parte da história da educação de surdos*. Associação Internacional “Guy Perdoncini” para o estudo e a pesquisa da deficiência auditiva, AIPEDA. Rio de Janeiro, 2004.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

Letramento em Contextos Bilíngues

Ementa: Análise crítica dos principais modelos de aquisição/aprendizagem de língua estrangeira e segunda língua. Concepções de linguagem subjacentes a cada modelo. Processos de ensino e aprendizagem de leitura e escrita em língua portuguesa como segunda língua para surdos.

Objetivos

- Conhecer o conceito de primeira e segunda língua;
- Refletir sobre as propostas metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa como L2;
- Debater sobre os desafios do professor na realidade de sala de aula;

- Conhecer as competências linguísticas e pedagógicas necessárias para o ensino de LP como L2;
- Refletir sobre crenças relativas ao ensino de Língua Portuguesa como L2;
- Realizar a análise das necessidades de um grupo, avaliando o perfil do aluno, as estratégias de aprendizagem e questões ligadas à motivação.

Conteúdo/Programa:

- Aquisição da linguagem
 - Primeira língua
 - Segunda língua
- Processo de ensino-aprendizagem de línguas;
- Metodologias de ensino de LP como L2
 - Percurso histórico
 - Crenças existentes
 - Desenvolvimento das metodologias
- Competência linguística;
- Análise de necessidades.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Sueli. Letramentos na educação bilíngue para surdos. IN: BERBERIAN, Giselle Massi; ANGELIS, Cristiane C. Mori-de (Orgs.). *Letramento: referências em saúde e educação*. São Paulo: Plexus, 2006.

KRAMER, S. *Por entre as pedras – arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

LÉVY, P. A Leitura, ou a atualização do texto. In: *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia complementar:

DORZIAT Ana; FIGUEIREDO, Maria Júlia Freire. Problematizando o ensino de língua portuguesa na educação de surdos. *Revista Espaço: INES*, Rio de Janeiro.

FERNANDES, S. É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FREIRE, A. M. da F. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos. In: SKLIAR, C. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, C. B. (org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdo: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Libras V

Ementa: Tipos de Classificadores na Libras. Práticas pedagógicas com alunos surdos: Introdução ao ensino e aprendizagem de conceitos nas áreas disciplinares.

Objetivos:

- conhecer os aspectos mais relevantes de gramática da Libras;
- utilizar os conhecimentos adquiridos para compreender a interferência da Libras nos textos produzidos pelos alunos surdos.

Conteúdo Programático:

- Tipos de Classificadores na Libras;
- Práticas pedagógicas com alunos surdos: Introdução ao ensino e aprendizagem de conceitos nas áreas disciplinares;
- Pesquisas orientadas acerca de tópicos escolhidos pelos alunos: seminários nas turmas e entre turmas: painel de discussões e confecção de material didático para surdos com base na noção de construção visual do conhecimento.

Bibliografia Básica:

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In Skliar, Carlos (Org). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

Bibliografia complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *Libras em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

FENEIS. *Revista da FENEIS*. nº 06, Rio de Janeiro/RJ.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MOURA, LODI & PEREIRA. *Língua de sinais e Educação do Surdo* (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo: TEC ART, 1993.

Teoria da Linguagem II: Literatura e a Formação do Leitor

Ementa: Estabelecimento do conceito de Literatura como escrita criativa/ficcional. Reflexões a partir das práticas de escrita criativa. O lugar do fazer literário: juízo estético versus razão pura. Reflexões sobre a necessidade da arte e da ficção. Noções básicas instrumentais/operacionais de conceitos literários, consagrados pelo “estado da arte” contemporâneo. Introdução às principais vertentes teóricas e principais princípios de abordagem de temas literários. Interfaces entre literatura e educação: aproximações e impasses. A questão do imaginário. Literatura e identidade. Os Gêneros Literários. Conceito de Texto. Conceito de Literatura Infantil. Literatura Infantil no Ocidente e no Brasil. Gêneros literários dedicados à infância: a fábula; o conto de fadas; conceitos de lenda, mito e rito; os ditos populares; teatro para crianças; poesia para crianças.

Produções textuais em Português e em Libras: suas interfaces. Trabalhando com textos em sala de aula.

Objetivos:

- Identificar e interpretar os conceitos mais básicos para os estudos literários;
- Identificar e descrever as principais problemáticas tratadas pelas teorias e estudos;
- Oferecer perspectiva panorâmica sobre as questões dos estudos literários na atualidade;
- Refletir sobre a literatura infantil, a formação do leitor e as aproximações e afastamentos entre literatura e ensino/aprendizagem.

Conteúdo Programático:

- Conceito de Literatura, Texto e Ficção;
- Literatura e oralidade;
- A Literatura, a questão do imaginário e o conhecimento científico e filosófico;
- Literatura, identidade e poder;
- Usos utilitários da literatura;
- Gêneros Textuais e Literários;
- Gêneros Literários e a Formação do Leitor;
- Literatura infantil e seus usos pedagógicos;
- O Brincar e o Aprender;
- A fábula; o conto de fadas; conceitos de lenda, mito e rito; os ditos populares; teatro para crianças; poesia para crianças.

Bibliografia Básica:

ARIES, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AYALA, M. e AYALA, M.I.N. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CADEMARTORI, L. *O que é literatura infantil?* Coleção Primeiros Passos - N.163. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COELHO, N.N. *Literatura infantil – teoria, análise, didática*. São Paulo: Ática, 2009.

FERREIRO, E. *O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar*. In: Reflexões sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

ABRAMOVICH, F. *Literatura infantil – gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 2004.

BAJARD, E. *Ler e Dizer*. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, H. P. (Org.). *Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

INES. *Contando Histórias em Libras – produções do DDHCT-INES*.

KAERCHER, G. E. E por falar em Literatura. In: *Educação Infantil: Pra quê te quero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2008.

SERRA, E.D. *30 anos de literatura para crianças e jovens – algumas leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

13.7 ATIVIDADES FORMATIVAS DO SÉTIMO PERÍODO

Alfabetização e Letramentos

Ementa: Conceitos histórico-sociais e antropológicos de alfabetização e letramento. Oralidade, leitura e escrita no processo de alfabetização. Usos e funções sociais da escrita. Aprendizagem inicial da língua escrita na Educação Infantil e anos iniciais do

Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Matrizes teóricas dos processos de aprendizagem de língua escrita. Letramento digital e letramento visual.

Objetivos:

- entender as representações sociais da escrita na sociedade, estabelecendo relações entre língua, cultura, política e sociedade.
- refletir sobre a prática pedagógica docente, relacionando-a aos diferentes métodos de alfabetização e letramento;
- compreender diferentes concepções teóricas sobre alfabetização e letramento, relacionado-as aos processos de aquisição de leitura e escrita;
- abordar aspectos metodológicos de intervenção para o trabalho de letramento com crianças surdas.

Conteúdo Programático:

- Concepções de letramento e níveis de alfabetismo;
- Alfabetização como processo discursivo;
- Alfabetização na perspectiva inclusiva;
- Analfabetos, semi-analfabetos e iletrados;
- Multiletramentos, letramentos digitais;
- Avaliações na alfabetização;
- Letramentos do professor.

Bibliografia Básica:

BOTELHO, Paula. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GNERRE, Maurizio. *Leitura, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SKLIAR, C. (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2008.

VYGOTSKY, L.S.A. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO, E. L. *Absurdo ou lógica?* Os surdos e sua produção linguística. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?* Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

INES. *Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos*, Rio de Janeiro: INES, 1997.

KLEIMAN, Ângela (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Mercado das letras, 1995.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Educação de Jovens e Adultos

Ementa: EJA no Brasil e no mundo a partir do contexto histórico; Legislação Federal; Desenvolvimento histórico das políticas públicas e educacionais no Brasil; A educação na ordem constitucional brasileira; A LDB e as políticas para a EJA; Intersetorialidade da EJA; A estrutura curricular didática e administrativa da EJA; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; Resoluções do CNE; EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento; A formação dos profissionais da educação em EJA; Elementos necessários para a construção do Projeto de Intervenção Local. Concepção de alfabetização. O processo histórico da alfabetização de jovens e adultos. A natureza simbólica da linguagem. Processos metodológicos; ler, escrever e a função da escrita. A prática da leitura e produção de texto. O surdo e a escolarização tardia.

Objetivos:

- conhecer o contexto histórico e as especificidades dos sujeitos e da educação de jovens e adultos;
- conhecer e analisar conceitos de educação de jovens e adultos, apontando seus desafios teórico-metodológicos;
- aprofundar o conhecimento da legislação Federal da educação de jovens e adultos: Lei de Diretrizes Básica Nacional- LDBN; Parâmetros Curriculares da Educação de jovens

e Adultos – PNE; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; Financiamento e gestão;

- conhecer e analisar propostas curriculares e materiais pedagógicos para a EJA;
- conhecer experiências bilíngues de educação de jovens e adultos surdos.

Conteúdo Programático:

- EJA no Brasil e no mundo a partir do contexto histórico; Legislação Federal; Desenvolvimento histórico das políticas públicas e educacionais no Brasil;
- A educação na ordem constitucional brasileira; A LDB e as políticas para a EJA; Intersetorialidade da EJA;
- A estrutura curricular didática e administrativa da EJA;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA;
- Resoluções do CNE;
- EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento;
- A formação dos profissionais da educação em EJA;
- Elementos necessários para a construção do Projeto de Intervenção Local;
- Concepção de Educação de jovens e Adultos;
- O processo histórico da alfabetização de jovens e adultos. Educação de jovens e Adultos Surdos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF 1996.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Victor Civita. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/eja/>> - disponibiliza vários textos, reportagens, planos de aula e vídeos relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 1999.

MOREIRA, Aantonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Paula. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOTELHO, Paula. *Segredos e silêncios na educação dos surdos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MORAES, Marcia. *Estrutura e funcionamento do ensino*. Rio de Janeiro: CCAA, 2009.

MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

Estágio Supervisionado I – Educação Infantil

Ementa: O aluno-pesquisador e a contribuição do campo de estágio. A ação docente numa perspectiva crítico-reflexiva com alunos surdos. A construção de um projeto de atuação pedagógica com crianças de 0 a 6 anos. Elaboração de planejamento e relato da experiência docente.

Objetivo:

- favorecer a construção do olhar do estagiário no sentido de perceber as várias dimensões (física, filosófica, pedagógica, dentre outras) presentes no seu eixo temático de interesse numa instituição de educação infantil com escolarização de surdos- seja ela, creche ou pré-escola, contribuindo para a sua formação docente e fornecendo subsídios teóricos e práticos para a sua atuação em instituições de educação infantil.

Conteúdo Programático:

- Formando o professor-pesquisador: a observação do cotidiano nas instituições de educação infantil que escolarizam surdos;
- O relato de observação e a construção de um projeto;
- Vivendo o cotidiano nas instituições de educação infantil;
- O relato da prática e autoavaliação crítica.

Bibliografia Básica e Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; COX, Maria Inês (Org.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CONFORTO, Simone Ferreira. *Prática escolar e diferença*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MONTEIRO, André Jacques (Org.). *Práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade*. Rio de Janeiro: IBC, 2014.

MORAES, Marcia. *Didática II*. Rio de Janeiro: CCAA, 2007.

NOGUEIRA, Clélia Maria. *Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba: CRV, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, João Batista; CHADWICK, Clifton. *Aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2007.

XAVIER, Maria Luisa; ZEN, Maria Isabel. *O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Gestão Escolar I

Ementa: Instituições e sistemas de ensino. Teorias da organização. Gestão democrática.

Objetivos:

- compreender a estruturação dos sistemas de ensino e sua evolução no Brasil, diferenciá-la de outras experiências, assim como identificar a conjuntura política/colonialista em que se origina;

- identificar legislações, diretrizes, convenções, programas, fundos e parâmetros que organizam ou subsidiam a oferta de ensino no âmbito dos sistemas de ensino e no âmbito institucional, assim como analisá-los no contexto em que são produzidos e sob a luz de correntes distintas;
- discutir princípios e definições de Gestão Democrática tendo em vista a compreensão do trabalho coletivo, descentralizado e instrutivo, assim como problematizar sua relação com teorias da organização do trabalho.

Conteúdo Programático:

- Colonialismo e Educação Jesuítica;
- Estrutura, organização e oferta de ensino no Império;
- Estrutura, organização e oferta de ensino na República;
- Políticas Públicas (legislação, financiamento da educação, programas, etc);
- Teorias da Organização do Trabalho;
- Gestão democrática: princípios, definições, práticas

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Marcia Angela (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAMER, S. *Por entre as pedras – arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2006.

PIRON, Claude. *O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso*. [Trad. Ismael Mattos Ávila]. Campinas, SP: Pontes, 2002.

VALERIEN, Jean. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar:

BRASIL. MEC. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais* Brasília: MEC, 2004.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Licínio. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000.

LOBO, Carla Marina. *Educação infantil: caminhos percorridos no cotidiano da prática docente*. Niterói, RJ: Intertexto, 2005.

TOMMASI, L. de. WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, 2000.

Material Didático I: Análise e Produção (Humanidades, Linguagem e Artes)

Ementa: Os processos histórico e social da construção do conhecimento das diversas linguagens. Perspectivas pedagógicas em educação. Recursos didáticos para o ensino das diversas linguagens. Análise de propostas curriculares. Orientações teóricas - metodológicas na produção de material didático. O lugar da língua materna no material didático de ensino de língua adicional. Produção e avaliação de material didático.

Objetivos:

- identificar e refletir acerca das perspectivas teóricas no ensino das diversas linguagens;
- conhecer e analisar diferentes recursos didáticos utilizados no ensino das diversas linguagens;
- promover a produção de Materiais Didáticos

Conteúdo Programático:

- A construção do conhecimento nas diversas linguagens: perspectivas teóricas;
- Cultura Científica e Cidadania;
- Criatividade, método e tendências atuais em procedimentos didático-pedagógicos;
- Referenciais curriculares para o ensino das diversas linguagens;
- Pedagogia visual, Libras e o conteúdo curricular das diversas linguagens;
- Análise e produção de material didático.

Bibliografia Básica:

CITELLI, Adilson (Org.). *Outras linguagens na escola: publicidade, cinema e tv, rádio, jogos, informática*. São Paulo: Cortez, 1999.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008.

QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

SOUZA, Solange Jobim. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas: Papirus, 1994.

Bibliografia complementar:

FREIRE, Alice M. da Fonseca. Aquisição do português como segunda língua: uma proposta de currículo para o Instituto Nacional de Educação de Surdos In. SKLIAR, Carlos (Org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MORIN, Edgar. *Os 7 Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RUDE, Teresa Siqueira. *Criação de material didático em Libras*. Rio de Janeiro: INES, 2013. (DVD)

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

Optativa I (a) - Corporeidade e Cultura
--

Ementa: Corpo, disciplina, gênero e sexualidade sob a ótica histórica, filosófica, antropológica e sociológica. Consciência corporal. Relações do “eu” e do grupo. Identidade cultural e dinâmicas de seu movimento no espaço.

Objetivos:

- analisar os conceitos de corporeidade e as relações do corpo com a cultura formada;

- debater sobre os conteúdos propostos, ambiente de diálogo cujo foco será a construção do conhecimento e espaços de novos saberes;
- conhecer e refletir acerca do corpo na perspectiva histórica, filosófica, antropológica e sociológica;
- analisar problemas ambientais e seus reflexos na vida social;
- analisar o papel do corpo na cultura na qual inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões.

Conteúdo Programa:

- Corporeidade, identidade e afetividade;
- O corpo na vida cotidiana: questões culturais;
- A corporeidade no pensamento filosófico; Reflexões sobre o homem: conceitos antropológicos;
- Corpo – imagem corporal e percepção corporal;
- Motricidade humana;
- Sexualidade e corpo: corporeidade e gênero.

Bibliografia Básica:

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. [Trad. M. Ávila, E. L. de Lima Reis, G. R. Gonçalves]. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade* – Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 2005.

Bibliografia complementar:

CAMINI, Patrícia. *Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade*. Erechim: Edelbra, 2012.

FREIRE, Ana Maria. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anais, Genebras, Apolônias e Gracias até Severinos, 1534-1930*. São Paulo: Cortez, 1993.

HALL, S. *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORIN, Edgar. *Os setes saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, Wagner. *Corpo em movimento na educação infantil*. São Paulo: Telos, 2012.

Optativa I (b) – Libras conversação

Ementa: Práticas comunicacionais em Libras. Entraves à comunicação em Libras. Competência comunicativa em Libras. Diálogos e debates em Libras.

Objetivos:

- aperfeiçoar o conhecimento da Libras;
- aprofundar a capacidade comunicativa em Libras;
- exercitar diálogos em Libras;
- aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Libras em contextos de argumentação.

Conteúdo Programático:

Tópicos especiais para discussão em Libras:

- inserção do tradutor/intérprete na sala de aula;
- políticas públicas e Comunidade Surda;
- importância do ensino da Libras na Educação Básica.

(Não há bibliografia para esta disciplina, considerando seu caráter de exclusiva prática da Libras).

Pedagogia em Contextos Não-Escolares

Ementa: O papel do pedagogo nas organizações e seus principais desafios. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na reestruturação produtiva e na formação do trabalhador. Eras Organizacionais. Gestão das organizações: conceitos, modelos e implicações no processo de gestão das pessoas. Questões atuais em educação nas organizações: gestão do conhecimento, educação corporativa, aprendizagem organizacional e educação continuada.

Objetivos:

- identificar os espaços de atuação do pedagogo institucional: organização (ONG, Sindicato, Hospital, Clube) e Empresa;
- discutir o papel do pedagogo nas organizações numa perspectiva diferenciada e multidisciplinar;
- analisar histórica e criticamente as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva que resultou do novo padrão flexível de acumulação do capital, historicizando a passagem do taylorismo/fordismo para o neoliberalismo no contexto da globalização;
- conceituar gestão, objetivos e missão;
- conhecer os diferentes modelos de gestão adotados;
- refletir sobre o processo de gestão de pessoas no contexto da gestão das organizações;
- compreender os desafios e perspectivas do pedagogo nas Organizações.

Conteúdo Programático:

- O Papel do Pedagogo nas Organizações;
- Eras Organizacionais. As transformações no mundo do trabalho no processo de globalização e suas implicações na formação do trabalhador;
- Modelos de Gestão.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Ademir A., REIS, Ana C. F. & PEREIRA, Maria Isabel. *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. Evolução e tendências da moderna administração de empresas.* São Paulo: Pioneira, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador.* 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar:

BOOG, Gustavo G. *Manual de treinamento e desenvolvimento ABTD.* 3.ed. São Paulo : Makron Books, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.* Rio de Janeiro : Campus, 2001.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho.* São Paulo / Niterói: Intertexto/Xamã, 2000.

TCC I – Orientação

Ementa: Trabalho monográfico. Atividade de pesquisa científica articulada à prática pedagógica: reflexão e produção do conhecimento.

Objetivo:

- elaborar uma monografia relacionada ao Curso de Pedagogia obedecendo aos critérios básicos de rigor e relevância relativos aos trabalhos acadêmicos.

Conteúdo Programático:

- Fase da introdução;
- Análise dos projetos de monografia;
- Elaboração da introdução;
- Fase da documentação: levantamento, seleção e leitura crítica da bibliografia; análise crítica da documentação e fichamento de textos; finalização da coleta de dados no campo;
- Fase da construção: classificação e organização das informações, tratamento dos dados e análise e construção lógica da monografia: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

(Não há bibliografia para esta disciplina, uma vez que o(a) estudante desenvolverá seu trabalho de conclusão do curso e será orientado(a) por um(a) docente).

13.8 ATIVIDADES FORMATIVAS DO OITAVO PERÍODO

Estágio Supervisionado II: Anos Iniciais

Ementa: O/a aluno/a-pesquisador/a e a contribuição do campo de estágio. A ação docente numa perspectiva crítico-reflexiva com alunos surdos. A construção de um projeto de atuação pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental. Elaboração de planejamento e relato da experiência docente

Objetivo:

- favorecer a construção do olhar do estagiário no sentido de perceber as várias dimensões (física, filosófica, pedagógica, dentre outras) presentes no seu eixo temático de interesse numa instituição de ensino fundamental com escolarização de surdos- seja ela, com crianças ou jovens e adultos, contribuindo para a sua formação docente e fornecendo subsídios teóricos e práticos para a sua atuação em instituições de ensino fundamental.

Conteúdo Programático:

- Formando o professor-pesquisador: a observação do cotidiano nas instituições de ensino fundamental que escolarizam surdos;
- O relato de observação e a construção de um projeto;
- Vivendo o cotidiano nas instituições de ensino fundamental;
- O relato da prática e autoavaliação crítica.

Bibliografia Básica e Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; COX, Maria Inês (Org.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CONFORTO, Simone Ferreira. *Prática escolar e diferença*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTEIRO, André Jacques (Org.). *Práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade*. Rio de Janeiro: IBC, 2014.

MORAES, Marcia. *Didática II*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

NOGUEIRA, Clélia Maria. *Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba: CRV, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, João Batista; CHADWICK, Clifton. *Aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2007.

XAVIER, Maria Luisa; ZEN, Maria Isabel. *O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Gestão Escolar II

Ementa: Funções, práticas, organizações e particularidades próprias aos estabelecimentos de ensino. Modelos de organização do trabalho, funções e atividades exercidas no âmbito da gestão.

Objetivos:

- compreender a estruturação dos espaços escolares tendo em vista identificar o trabalho de planejamento, coordenação, organização, supervisão, composição, distribuição de turmas, professores, alunos, horários, atividades e toda sorte de rotina escolar;
- identificar metodologias e organização do trabalho que possam otimizar a rotina de trabalho e que melhor atenda a oferta de ensino;
- problematizar as funções e as atividades atreladas ao planejamento, a coordenação, supervisão e orientação do trabalho pedagógico.

Conteúdo Programático:

- Gestão do tempo e do espaço na organização do trabalho escolar;
- As relações do/no trabalho;
- O cotidiano das equipes de suporte pedagógico;
- Avanços e recursos da gestão escolar;
- Papel do pedagogo na implantação e execução de projetos educativos;
- Mecanismos de gestão escolar (eleição, colegiado, conselho escolar, etc.);

Relações de poder na escola (questões relativas aos profissionais, aos alunos e à comunidade).

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Marcia Angela (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

KRAMER, S. *Por entre as pedras – arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2006.

PIRON, Claude. *O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso*. [Trad. Ismael Mattos Ávila]. Campinas, SP: Pontes, 2002.

VALERIEN, Jean. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar:

BRASIL. MEC. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais*. Brasília: MEC, 2004.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Licínio. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000.

LOBO, Carla Marina. *Educação infantil: caminhos percorridos no cotidiano da prática docente*. Niterói, RJ: Intertexto, 2005.

TOMMASI, L. de. WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/ PUC-SP, 2000.

Material Didático II: Análise e Produção (Exatas Físicas E Biológicas)

Ementa: Os processos histórico e social da construção do conhecimento de ciências. Perspectivas pedagógicas em educação em Ciências. Recursos didáticos para o ensino das Ciências. Análise de propostas curriculares. Orientações teóricas - metodológicas na produção de material didático. O lugar da língua materna no material didático de ensino de língua adicional. Os processos histórico e social da construção do conhecimento de ciências. Produção e avaliação de material didático.

Objetivos:

- identificar e refletir acerca das perspectivas teóricas no ensino das ciências;
- conhecer e analisar diferentes recursos didáticos utilizados no ensino das ciências;
- promover a produção de Materiais Didáticos

Conteúdo Programático:

- A construção do conhecimento em Ciências: perspectivas teóricas;
- Cultura Científica e Cidadania;
- Criatividade, método e tendências atuais em procedimentos didático-pedagógicos;
- Referenciais curriculares para o ensino das Ciências;
- Pedagogia visual, Libras e o conteúdo curricular de Ciências;
- Análise e produção de material didático.

Bibliografia Básica:

BIZZO, Nélio. *Ciências: fácil ou difícil?* São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa. *Formação de professores de ciências: tendências e inovações.* São Paulo: Cortez, 2009.

FOUREZ, G. *A Construção das Ciências. Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências.* São Paulo: Unesp, 1995.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.* Porto Alegre: ArtMed, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. *Educação infantil: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar:

ANGOTTI, José André. *A literatura infantil no ensino de Ciências: propostas didáticas para os anos iniciais do Ensino Fundamental*. São Paulo: SM, 2012.

KINDEL, Eunice Aita. *A docência em ciências naturais: construindo um currículo para o aluno e para a vida*. Erechim: Edelbra, 2012.

MORAES, A. C. R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MORIN, Edgar. *Os 7 Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Renato José. *A escola e o ensino de ciências*. Porto Alegre: UNISINOS, 2001.

TCC II – Orientação/Defesa

Ementa: O trabalho monográfico como atividade de pesquisa científica articulada à prática pedagógica: reflexão e produção do conhecimento. A redação final e as normas para apresentação gráfica e oral da monografia.

Objetivos:

- Elaborar uma monografia relacionada ao Curso de Pedagogia obedecendo aos critérios básicos de rigor e relevância relativos aos trabalhos acadêmicos;
- Apresentar a monografia

Conteúdo Programático:

- Fase da construção.
 - Classificação e organização das informações, tratamento dos dados e análise;
 - Construção lógica da monografia: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão;
 - Fase da redação final da monografia;
 - Apresentação gráfica do trabalho monográfico: elementos do pré- texto e dos pós-texto
- Apresentação oral da monografia.

(Não há bibliografia para esta disciplina, uma vez que o(a) estudante desenvolverá seu trabalho de conclusão do curso e será orientado(a) por um(a) docente).

Optativa 2 – Espaço, Tempo e Educação

Ementa: Noção de espaço e tempo. Espaço e suas transformações. Relações entre o passado e o presente. Subjetividade, tempo e espaço. Educação, cultura e identidade.

Objetivos:

- compreender e reconhecer a importância da relação existente entre o passado e o presente;
- analisar e discutir sobre a subjetividade existente na construção do conhecimento sobre o espaço, o tempo e a Educação.

Conteúdo Programático:

- Por que construir a noção de espaço e tempo na Escola?
- O espaço transformado pelo Tempo;
- Educação, cultura e identidade;
- Propostas metodológicas para a construção da noção de espaço e tempo em sala.

Bibliografia Básica:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Cada Palavra, 2003.

CANDAU, Vera Maria(Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*. Um conceito antropológico. 12.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec,1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

MEDIANO, Zélia D. A formação em serviço de professores através de oficinas pedagógicas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, Vera Maria. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio de. O processo de produção do conhecimento escolar e a didática. In: MOREIRA, Antônio Flávio B. *Conhecimento educacional e formação do professor*. São Paulo: Papirus, 1994.

13.9 ATIVIDADES FORMATIVAS DO NONO PERÍODO

Estágio Supervisionado III: Gestão Educacional

Ementa: Administração de unidades públicas e privadas: a práxis - leitura crítico-reflexiva. Base teórica de procedimentos técnicos – administrativos – escolares. Vivência da prática administrativa –escolar.

Objetivos:

- relacionar a teoria à prática administrativa –escolar em unidades públicas e/ou privadas;
- analisar crítica e reflexivamente as atividades administrativo–escolares em unidades públicas e/ou privadas.

Conteúdo Programático:

- Práxis administrativa escolar;
- Administração de unidades escolares públicas e privadas: características;
- Procedimentos técnicos, administrativos, escolares e suas especificidades;
- Administração da unidade e a legislação vigente. O projeto político–pedagógico: visão participativa do gestor;

- Vivência da prática administrativa;
- Realização de atividades supervisionadas de observação, co-participação e participação relativas à unidade escolar;
- Orientação teórica prévia e concomitante;
- Vivência supervisionada em unidades escolares de nível fundamental;
- Análise crítica –reflexiva: relação teoria e aplicação prática.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; COX, Maria Inês (Org.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CONFORTO, Simone Ferreira. *Prática escolar e diferença*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MONTEIRO, André Jacques (Org.). *Práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade*. Rio de Janeiro: IBC, 2014.

MORAES, Marcia. *Didática II*. Rio de Janeiro: CCAA, 2007.

NOGUEIRA, Clélia Maria. *Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba: CRV, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, João Batista; CHADWICK, Clifton. *Aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2007.

XAVIER, Maria Luisa; ZEN, Maria Isabel. *O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Bibliografia complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; COX, Maria Inês (Org.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CONFORTO, Simone Ferreira. *Prática escolar e diferença*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MONTEIRO, André Jacques (Org.). *Práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade*. Rio de Janeiro: IBC, 2014.

MORAES, Marcia. *Didática II*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

NOGUEIRA, Clélia Maria. *Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba: CRV, 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, João Batista; CHADWICK, Clifton. *Aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2007.

XAVIER, Maria Luisa; ZEN, Maria Isabel. *O ensino nas séries iniciais: das concepções teóricas às metodologias*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

Optativa 3 - Psicologia e Cognição

Ementa: Ciências ligadas à Psicologia. Abordagens da capacidade humana de construir conhecimento do mundo. Teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Evolucionismo teórico. Cognição humana. Visões acerca da surdez.

Objetivos:

- analisar as principais concepções teóricas que interpretam a produção de conhecimentos da espécie humana buscando questionar aquelas que reduzem este fenômeno a uma fase da vida ou a um aspecto do psiquismo;

- debater as implicações destas concepções na prática escolar em especial a relação entre as teorias sobre aprendizagem e as práticas de ensino;
- relacionar as principais concepções teóricas sobre a produção de conhecimentos e a educação de surdos.

Conteúdo Programático:

- Aspectos cognitivos e socioemocionais da infância, adolescência e vida adulta a partir de diferentes visões: Inatismo, Ambientalismo, Interacionismo e Psicologia Histórico-Cultural;
- Pensamento, linguagem e cognição;
- Visões Inatistas, Ambientalistas, Interacionistas e Histórico-Cultural na educação de surdos.

Bibliografia Básica:

FARIAS, Francisco; DUPRET, Leila. *A pesquisa nas ciências do sujeito*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

SKLIAR, C. B. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

SOUZA, Solange Jobin. *Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. São Paulo: Papyrus, 1995.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar:

CARREHER, Teresinha. *Aprender pensando: contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação*. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2008.

GALVÃO, Izabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento - um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1995.

ZONTA, Celso; MEIRA, Marisa Eugênia. *Fundamentos psicossociais da educação*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2007.

14 ENCONTROS PRESENCIAIS

O **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** prevê momentos presenciais quinzenais aos sábados, nos quais são realizadas atividades (individuais e em grupo), além das avaliações específicas. Essas atividades são realizadas nos Polos de apoio presencial de cada instituição parceira.

Os Polos contarão com Laboratório de Informática os quais, como já aludido, estarão equipados com microcomputadores conectados à Internet e cadeiras giratórias com rodas, recursos que possibilitarão o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas, cooperativas, dialógicas, interativas e que contarão com a conexão ao ciberespaço.

15 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO

As atividades práticas no Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) não ficarão restritas ao campo do estágio curricular obrigatório. Elas estarão imbricadas em todas as atividades formativas, tal como prevê a Resolução CNE/CP nº 1/2002. Presente durante todo o Curso, as práticas serão desenvolvidas por meio de procedimento de observação, reflexão sobre os contextos educativos e registros, visando à proposição para solução para problemas que se apresentam no cotidiano. Em um curso online e bilíngue, as práticas poderão ser enriquecidas por meio das TICs, incluindo vídeos, produções de alunos/as, situações simuladoras, estudos de caso etc.

16 UTILIZAÇÃO DE TICs NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O presente Curso objetiva utilizar o que há de mais atual em termos de Tecnologias de Informação e Comunicação no desenvolvimento de educação *online*, sempre em diálogo com a comunidade surda, criando, assim, um serviço pioneiro, que

utilizará os mais modernos recursos tecnológicos aliados às pesquisas pedagógicas que tratem tanto do ensino *online* quanto do ensino de surdos/as.

Um de nossos grandes diferenciais será o desenvolvimento de software para Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o círculo de cultura digital, compatível com as demandas e exigências do curso, principalmente com foco em seu público-alvo e que permita a publicação de cursos a distância, a configuração do ambiente do curso, prevendo todas as características técnicas e pedagógicas do curso em questão, como por exemplo, enturmação, configuração de atividades e organização do curso.

A escolha da plataforma terá como norte o atendimento às necessidades e às exigências do público-alvo do curso, ou seja, alunos/as ouvintes e surdos/as. Ela deverá ter suporte a animações, vídeos, jogos, *chat*, mapas mentais, fóruns, ambiente pessoal de aprendizagem (*Personal Learning Environment* - PLE) e avatares que permitam aos/as professores/as um leque de atividades e materiais que atendam, tanto aos usuários de Língua Portuguesa, quanto de Libras.

Além disso, o ambiente será capaz de fornecer um módulo semi-adaptativo, em que haja a possibilidade de os/as professores/as-mediadores/as sugerirem outras atividades de caráter complementar pré-cadastradas em um banco, de acordo com o desempenho dos/as estudantes. Embora seja um módulo de sistema com o conceito de adaptação ao indivíduo, é sabido que o dado fidedigno sobre o desempenho do/a aluno/a, e, em última instância, a avaliação fidedigna do/a aluno/a, não será automatizada pelo sistema. Essa avaliação será realizada pelos/as professores/as-mediadores/as que terão acesso às funcionalidades, permitindo a qualificação do/a desempenho do/a aluno/a, de forma a ter uma avaliação mais completa do/a estudante. Para tanto, diante da indicação do sistema, o/a professor/a-mediador/a terá a autonomia de manter ou não as atividades propostas pelo sistema e, até mesmo, sugerir novas a partir do banco de atividades.

17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) - A CONSTRUÇÃO DE UM CÍRCULO DE CULTURA DIGITAL

Tal como já acenado, o AVA será construído considerando as demandas do público-alvo atendido pelo Curso; ou seja, estudantes surdos/as e não-surdos/as. Haverá suporte para animações, infográficos, vídeos, jogos, salas síncronas de construção

coletiva, fóruns, “avatares”, mapa mental, dentre outros tipos de recursos que permitam aos/às docentes um leque de atividades e materiais que atendam tanto aos/às usuários/os de Língua Portuguesa quanto aos/às de Libras como primeira língua (L1).

O Ambiente oferecerá um módulo semi-adaptativo, em que haja a possibilidade de os/as dois/duas professores/as-mediadores/as (sendo um em Libras) proporem uma trilha de aprendizagem específica para cada estudante, podendo, inclusive, sugerir atividades complementares pré-cadastradas em um banco.

Para que os/as alunos/as do Curso fiquem atualizados/as acerca de eventos acadêmicos, editais, concursos etc., o AVA contará com serviço de envio de mensagens (mensageria).

18 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A formação do/a pedagogo/a para o exercício profissional, em contextos diferenciados, articula a prática educativa, o saber acadêmico e a pesquisa. Nessa perspectiva, os Estágios Curriculares Supervisionados assumem um papel preponderante, como conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao/à estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho no meio profissional.

Ao longo do curso, nas diversas disciplinas, os/as educandos/as vão desenvolvendo uma postura de investigação e reflexão como fio condutor da proposta pedagógica. Esse trabalho é continuado pelas disciplinas específicas de estágio curricular supervisionado, a partir da segunda metade do curso, quando, de uma forma mais sistemática, os/as alunos/as participam efetivamente do trabalho pedagógico desenvolvido em escolas e elaboram seus relatórios, resgatando o suporte teórico trabalhado até então. São momentos em que se oportuniza aos/às estudantes registrarem a análise da realidade observada numa dimensão propositiva.

Os estágios, no Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) do INES, desenvolvem-se a partir do 7º período do curso e deles fazem parte momentos de orientação presencial (quinzenalmente, no Polos) e *online* (através do AVA). Estão previstas orientações coletivas e individuais, realizadas pelos/as professores/as-mediadores/as, visando ao desenvolvimento dos saberes adquiridos e à reflexão sobre os conhecimentos até então construídos. Caberá aos/às mediadores/as analisar os documentos

comprobatórios e acompanhar a elaboração do relatório. Quando necessárias, serão realizadas visitas *in loco*, por meio das quais os/as professores/as-mediadores/as observarão como está se processando a prática pedagógica do estagiário junto à instituição parceira (considerada, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2006, também como ambiente educativo), estabelecendo com a escola uma relação de diálogo, respeito e aprendizagem mútua.

18.1 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

Nas áreas de formação docente para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser desenvolvido em um total de 300 h/a. A carga horária de campo deverá ser cumprida em uma Instituição Especializada para atendimento de pessoas surdas, seja esta uma escola específica de atendimento aos/às surdos/as ou inclusiva. Todos os estágios incluem além da observação das práticas pedagógicas, a intervenção em campo, como docente ou como gestor. A dinâmica de atuação será definida com a escola parceira do estágio. A carga horária total está distribuída em três semestres. No parágrafo único do art. 1º da Resolução CNE/CP nº 2, de 2002, está prevista a possibilidade de o aluno ter uma redução de carga horária de até 50% do total, se comprovar atividade docente regular na Educação Básica.

- Sétimo período: Estágio Supervisionado I – Docência na Educação Infantil. Carga Horária: 100 horas;
- Oitavo período: Estágio Supervisionado II – Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Carga Horária: 100 horas;
- Nono período: Estágio Supervisionado III – Gestão Educacional. Carga Horária: 100 horas.

18.2 RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

No Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD), a tríade prática-teoria-prática estará sempre presente. As atividades práticas estarão imbricadas no contexto de todas as atividades formativas, de forma a proporcionar constante reflexão sobre as ações e políticas educacionais. O estágio, por sua vez, constituir-se-á como campo privilegiado de investigação do cotidiano escolar, tanto no que tange ao aspecto micro, quanto no

que tange à totalidade da instituição. Nele teoria e prática estrarão em constante diálogo e, nesse sentido, não haverá enquadramento/aplicação da teoria à prática, mas a existência de uma relação dialética, por meio da qual a teoria é, constantemente, revisitada e, a prática, reinterpretada.

Os encontros de orientação, individuais e coletivos, online e presenciais, terão como mote estimular o olhar curioso, investigativo e propositivo. Nos encontros presenciais, realizados quinzenalmente nos Polos, além das orientações, poderão ser realizados debates, mostras e oficinas, a partir de temas vivenciados no campo de estágio.

18.3 RELAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Curricular Supervisionado deve ser desenvolvido obrigatoriamente junto a instituições de Educação Básica conveniadas da rede pública de ensino. Assim, caberá às IES que se configurarem como Polo a manutenção e a realização de novos convênios.

Essa atividade formativa pretende promover a interação com as escolas dessa rede, por meio de práticas dialógicas. O campo de estágio não é visto como mero espaço de aplicação de teorias, mas como um espaço da *práxis* pedagógica, ou seja, da reflexão sobre a ação. O conhecimento acadêmico, assim, buscará estabelecer relações com as práticas e os conhecimentos advindos da reação prática-teoria-prática que se engendra no cotidiano das escolas.

Os/as estudantes irão observar esse cotidiano, refletir com ele e realizar intervenções. Desse modo, além de se inserir no campo micro da sala de aula, o/a estudante vivenciará a realidade escolar de forma integral, participando de conselhos escolares, reunião de professores, grupos de estudos e de outros eventos da unidade.

18.4 METODOLOGIA DO ESTÁGIO

O acompanhamento e a orientação ocorrerão ao longo das sete semanas, em cada um dos três estágios curriculares, e será feito pelos/as professores/as-mediadores/as e por um/a pedagogo/a da instituição campo de estágio. Como já acenado, a supervisão dos/as professores/as-mediadores/as ocorrerá presencialmente (nos encontros quinzenais no Polo e *in loco*, quando necessário) e *online* (de forma síncrona e assíncrona).

Durante o desenvolvimento do Estágio, os/as professores/as-mediadores/as manterão contato constante com os/as professores/as-autores/as, com os quais irão dialogar sobre as práticas de campo e dirimir possíveis dúvidas. O AVA também disponibilizará canal de comunicação direto entre estudante e o/a professor/a/autor/a, com vistas a potencializar a interação.

18.5 RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A proposta de Estágio Curricular Supervisionado é construída a partir da interação entre estudante, professor/a-mediadora/a e o/a pedagogo/a da escola campo de estágio.

Os/as estagiários/as participarão de atividades relativas à docência (planejamento, desenvolvimento e avaliação) e à gestão (orientação, supervisão, administração, coordenação, planejamento e avaliação institucionais), sendo orientados/as pelos/as professores/as-mediadores/as e pelo/a pedagogo/a do campo de estágio.

Vale ressaltar que o AVA também disponibilizará canal de comunicação direto entre estudante e o/a professor/a/autor/a, com vistas a potencializar a interação.

19 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São componentes curriculares presentes no Curso de Pedagogia Bilíngue e que deverão estimular a prática de estudos independentes, transversais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica.

Como não fazem parte do grupo de atividades formativas, sugere-se um conjunto de práticas que pode ser valorado como carga horária de atividade complementar:

No ensino:

- Desenvolvimento de material didático;
- Monitoria;
- Participação em cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que se configuram como Polo ou por outras IES;
- Cursos realizados na área da educação.

Na pesquisa:

- Participação em seminários, congressos e eventos científicos das IES que se configuram como Polo ou por outras IES;
- Apresentação de trabalho em seminários, congressos e eventos científicos;
- Participação voluntária em projetos de pesquisa da IES/Polo ou de outra IES;
- Participação como bolsista em projetos de pesquisa da IES/Polo;
- Publicação de artigo, individual ou em grupo;
- Presença em palestras, defesas e exame de qualificação.

Na extensão:

- Participação como bolsista em projetos de extensão da IES/Polo;
- Participação voluntária em projetos de extensão da IES/Polo ou de outra IES;
- Organização de evento acadêmico – científico ou cultural.

Na gestão:

- Representação estudantil;
- Participação em eventos estudantis, nacionais e regionais;
- Participação em órgão colegiado.
- Vivências de práticas de gestão em espaços escolares e não-escolares, diferentes daquelas vivenciadas durante o estágio curricular supervisionado.

19.1 REGULAMENTO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

As Atividades Complementares *podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas*, sem prejuízo, no entanto, de quaisquer das atividades de ensino regular ministrado no curso de graduação, que são prioritárias.

Caberá à coordenação do Curso avaliar os documentos comprobatórios apresentados pelos alunos, para que haja a validação de carga horária. O/a estudante deverá computar, até o final de sua graduação, um mínimo de 120 horas.

Para garantir a variedade de experiências acadêmico-científico-culturais, o valor da carga horária máxima, a princípio, a ser considerada por Atividade Complementar está apresentada no quadro a seguir.

Tabela – Regulamento Atividade Complementar

Tipo	ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Análise de produção relacionada à área de estudo, com apresentação de relatório à Coordenação do Curso. (<i>cinema, teatro etc.</i>)	15 (5 h para cada atividade)
2	Cursos de formação na área ou em áreas afins, com apresentação de relatório à Coordenação do Curso. (realizados concomitantemente ao curso de graduação)	60 (de acordo com a duração de cada curso)
3	Leitura de livro recomendado, com apresentação de <i>resenha</i> ao(à) Professor(a) Orientador(a) do Trabalho de Conclusão do Curso.	20 (4 h para cada livro)
4	Monitoria. (depende da indicação da Coordenação do curso)	60 (segundo duração de cada monitoria)
5	Participação como palestrante em eventos científicos dentro ou fora da IES. (congressos, conferências, simpósios, seminários, torneios culturais)	60 (20 h para cada evento)
6	Participação como ouvinte em eventos científicos. (palestras, congressos, conferências, simpósios, seminários)	20 (4 h para cada evento)
7	Participação em grupos de pesquisa, orientados por docente. (projetos institucionalizados de pesquisa, grupos de estudo, comparecimento comprovado a sessões públicas de defesa de trabalhos de final de curso, de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado)	60 (de acordo com a orientação do(a) docente responsável)
8	Participação em atividades Extensionistas.	40 (de acordo com a atividade)
9	Publicação de texto científico. (periódicos científicos, revista, livro, revista online)	60 (20 h para cada publicação)
10	Visitas técnicas e culturais. (e.g., exposições de arte ou de tecnologia aplicada à educação, mostras, feira de livro)	24 (4 h para cada evento)
11	Participação em comissões, colegiados e conselhos.	30 (segundo orientação do(a) Coordenação do Curso)
12	Participação na organização de eventos acadêmicos.	20 (10h para cada evento)

20 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Durante todo o Curso, buscar-se-á encontrar possíveis soluções para a indesejável cisão entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer. Segundo McLaren (2000, p. 40), “a teoria, em alguns casos, informa diretamente à prática; em outros, a prática reestrutura a teoria como uma força fundamental para a mudança”. Nessa análise, percebe-se o quanto a teoria pode servir de enquadramento à prática, ou seja, como visão totalizante e determinadora da prática educativa; e, ao mesmo tempo, pode-

se notar o poder revolucionário da teoria que, ancorada no dissenso, transforma-a e reestrutura a si mesma. Trabalhar com a educação dialógica pressupõe assumir a tríade prática-teoria-prática no contexto de cada atividade formativa e nas inter-relações estabelecidas por elas.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de caráter obrigatório, embora seja entregue ao final dele, é desenvolvido ao longo do processo pedagógico e, assim como as outras atividades formativas, busca romper com a dicotomia teoria-prática. Todas as atividades formativas alimentarão, de certa forma, a construção do TCC, mas as atividades “Investigação Científica e Produção Acadêmica I, II e III” (4º, 5º e 6º períodos, respectivamente) e “TCC I e II” (7º e 8º períodos, respectivamente) estarão voltadas, especificamente, a esse propósito.

No **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**, o TCC poderá ser apresentado sob a forma de um **artigo** ou de um **material didático acompanhado de um relatório**.

O artigo deverá versar sobre um tema concernente à “educação bilíngue” e será feito em dupla de maneira a incentivar a troca, a interatividade, o diálogo, elementos essenciais neste Projeto. Haverá possibilidade de apresentação do artigo em Libras.

O material didático – incluindo, é claro, recurso pedagógico com TIC – deverá contemplar o público surdo, visando práticas pedagógicas bilíngues e interculturais. Junto à sua apresentação, o/a estudante entregará um relatório que especificará o produto, em termos de objetivos, público-alvo, justificativa e referencial teórico. Assim como o artigo, o material será confeccionado em dupla.

Em ambos os trabalhos, buscar-se-á estimular a atitude investigativa, crítica, criativa e que tem como foco problemáticas atuais da educação de surdos/as. Entende-se que a formação do pedagogo, numa perspectiva bilíngue, precisa estar atenta aos desafios da prática, a partir de um olhar reflexivo.

No que se refere à orientação, os/as professores/as-mediadores/as irão desenvolvê-la sempre em diálogo com os/as professores/as-autores/as. Considerando que em cada atividade formativa de TCC haverá dois/duas mediadores/as e um total de 15 trabalhos, a média será de 7,5 trabalhos por orientador/a.

Após o término do trabalho, as conclusões serão analisadas por uma banca composta por três docentes: o/a professor/a-orientador/a (professor/a-mediador/a) e dois/duas professores/a, podendo ser um/a deles/as professor/a de outra instituição.

Os artigos, os materiais didáticos digitais e demais produções educacionais farão parte do Repositório do INES.

Vale pontuar, ainda, que, para normatização da produção dos trabalhos, serão elaborados manuais específicos, em Língua Portuguesa e em Libras.

21 PROCESSOS, CRITÉRIOS E MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

21.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em um curso de Pedagogia, a avaliação, por ser parte integrante de seus saberes e fazeres específicos, reveste-se de particular importância. Entende-se a avaliação como um processo e não uma atividade pontual e que, por isso, desenrola-se ao longo de todo o curso, constituindo-se como um processo formativo. Na modalidade *online*, dentro de uma perspectiva libertadora, a avaliação precisa estimular a criatividade e a autonomia no processo de construção do conhecimento.

Assim, no **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**, as avaliações considerarão a trajetória do/a estudante, tendo, para tanto, três objetivos como parâmetros em cada atividade formativa. Em um processo contínuo e permanente, pode-se dizer que a avaliação será sempre diagnóstica no sentido de verificar as dificuldades apresentadas pelos/as alunos/as com o objetivo de fazer ajustes ou redimensionar a ação pedagógica, assim implicando retomadas de decisão – principal papel da avaliação. Tal redimensionamento será feito pelos/as professores/as-mediadores/as que, atentando para os caminhos percorridos pelo/a educando e para os objetivos previstos, orientarão o aprendiz a seguir uma trilha específica de aprendizagem no círculo de cultura digital (AVA). Isso será possível porque o AVA oferecerá um módulo semi-adaptativo, no qual haverá possibilidade de os/as professores/as-mediadores/as, a partir da avaliação do desempenho dos/as estudantes, sugerirem outras atividades cadastradas previamente em um banco. Busca-se, dessa maneira, respeitar o tempo de aprendizado de cada um.

Serão considerados os seguintes instrumentos/modos de avaliação: as perguntas propostas pelo/a professor/a-autor/a e a participação dos/as alunos/as nas salas síncronas de construção coletiva, nos fóruns, nas atividades em grupo propostas, na construção do mapa mental e em outras atividades a serem sugeridas e desenvolvidas.

Quinzenalmente, os/as estudantes terão encontros presenciais nos quais, sob a orientação de dois/duas professores/as-mediadores/as (sendo um mediador em Libras), desenvolverão uma atividade proposta pelo/a professor/a-autor/a. Vale ressaltar que os Polos contarão com Laboratório de Informática, o qual, como já acenado, estarão

equipados com microcomputadores conectados à Internet e cadeiras giratórias com rodas. Desse modo, poderão ser propostas formas diversas de atividades presenciais, com diferentes tipos de agrupamentos (duplas, trios, quartetos etc.), e com o acesso ao AVA. Pretende-se, assim, potencializar o diálogo entre os/as estudantes, a produção coletiva do conhecimento, a troca de saberes e a vivência da comunicação em Libras. Nos encontros, será garantida a presença do tradutor/intérprete.

Além disso, ao final das sete semanas de oferecimento da disciplina, será realizada, em cada Polo, uma **avaliação presencial**, cujo resultado, de acordo com o Decreto nº 5.622/05, deve “prevaler sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância” (art. 4º, § 2º). No Curso em tela, a avaliação presencial terá peso 6 e as demais avaliações, 4.

Em todo o processo, a avaliação terá em vista a análise da capacidade crítica e reflexiva dos/as professores/as em formação, dentro de uma perspectiva bilíngue, dialógica e multicultural.

No que tange à avaliação dos/as surdos/as em Língua Portuguesa escrita, serão levados em conta os aspectos concernentes ao campo semântico e a singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita, no caso dos/as alunos/as surdos/as, de acordo com o previsto no inciso VI, § 1º do art. 14 do Decreto nº 5.626/05 e no art. 2º da Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. É relevante ressaltar que os mecanismos alternativos para avaliação de conhecimentos expressos em Libras serão registados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (inciso VII, § 1º do art. 14 do decreto supracitado). O vídeo será identificado e armazenado, possibilitando ao/à aluno/a exercer seu direito à revisão de prova ou de nota por meio da consideração de sua prova filmada por uma banca.

21.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

São consideradas atribuições docentes as pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão que visem à aprendizagem, à produção do conhecimento e à divulgação da cultura, assim como as inerentes ao exercício de funções de assessoramento de diversas naturezas.

Na perspectiva do ensino *online*, será possível contar com o próprio ambiente virtual para disponibilizar ferramentas de sondagem e *feedback*; para efetivar o processo

de avaliação de todos os sistemas: acadêmico, administrativo e informacional, infraestrutura e Equipe Multidisciplinar, visando ao diagnóstico e a melhorias no processo como um todo.

Além da exigência de uma sólida base teórica e experiência profissional, os/as docentes deverão estar constantemente em processo de avaliação pela Coordenação do Curso, pelos Discentes, além de serem estimulados a proceder a sua autoavaliação (tarefa orientada pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA). Para fornecer subsídios para uma reflexão crítica e criativa de sua prática pedagógica, é preciso que o/a docente perceba a educação como atividade mediadora de práticas sociais, procurando construir uma proposta pedagógica que atenda a uma formação cultural ampla e, ao mesmo tempo, às especificidades do campo do curso em tela.

Os resultados de avaliação do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** serão apresentados aos/às docentes que, posteriormente, realizarão uma análise de seu desempenho junto às Coordenações dos Polos, à Coordenação do Curso e à Direção do DESU.

O sistema acadêmico a ser utilizado para a educação *online*, que inevitavelmente faz parte do processo da **avaliação formativa** do curso, proporcionará a agilidade necessária para o acompanhamento, por parte da Coordenação do Curso, tanto das diversas etapas da vida acadêmica do/a aluno/a, quanto do desempenho docente, tais como: (1) preparação de plano de estudos por atividade formativa; (2) matrícula e renovação de matrícula; (3) aferição de frequência diária em cada atividade formativa; (4) resultados de avaliações de aprendizagem; (5) cálculo das médias; (6) acompanhamento do conteúdo programático previsto e realizado; (7) emissão do histórico das atividades formativas cursadas. É uma ferramenta que possibilitará interação entre os corpos docente, discente e técnico-administrativo, com plena garantia de segurança dos dados registrados.

Considerando a necessidade de avaliação permanente e continuada, a Coordenação do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** e a Coordenação do NEO terão reuniões quinzenais para avaliar o andamento do curso na sede INES e nos diversos Polos, inclusive com relação à prática dos/das professores/as que atuarão como mediadores (presencialmente nos Polos e *online*). Haverá, também, reuniões mensais dessas Coordenações com a Direção do DESU, sem contar com os atendimentos individuais que a Coordenação do Curso prestará aos/às docentes. No processo de avaliação, serão consideradas as atribuições indicadas neste Projeto.

21.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

21.3.1 Autoavaliação

O processo de avaliação institucional, assim como previsto na Lei nº 10.861/04, desdobra-se em duas vertentes: a avaliação interna e a externa, cujas políticas contemplam “a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos” (inciso I, art. 2º).

Assim, fazem parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

21.3.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

É preocupação constante do INES manter uma CPA verdadeira, atuante e equilibrada quanto aos seus componentes. Nesse sentido, têm sido realizados ajustes institucionais para que a CPA possa desenvolver-se a contento, mantendo o equilíbrio que uma comissão dessa natureza exige e procurando obedecer rigorosamente à legislação do MEC. Uma das alterações foi equiparar o quantitativo de seus membros, conforme é possível verificar na atual composição da CPA, descrita no seguinte quadro:

Tabela – Composição da CPA

COMPOSIÇÃO DA CPA - Comissão Própria de Avaliação INES (2014-2016)			
MEMBROS	E-MAIL	SEGMENTO	TELEFONE
Aline Lima da Silveira Lage*	alinelimaines@gmail.com	Docente	(21)98550-1280
Aline Villela Assunção	loirao.villela@gmail.com	Sociedade Civil Organizada	(21)98568-7817
Bruno Baptista dos Santos	007.brunobaptista@globomail.com	Discente	(21)99672-4772
Cristiane Alves Sant'Anna	crisalexbella@hotmail.com	Discente	(21) 2671-7591
Janete Mandelblatt	janete.mandelblatt@gmail.com	Docente	(21)99977-9412
José Alberto Silva de Oliveira	jalberto1945@gmail.com	Sociedade Civil Organizada	(21) 2552-3679
Noely Costa da Silveira	noelyysilveira@gmail.com	Técnico-Administrativo	(21)99818-8544
Wilson Sato Batista	wilson.interprete@gmail.com	Técnico-Administrativo	(21)9878-20691

* Coordenadora da CPA

Assim, a CPA é composta por: dois representantes do corpo discente, dois representantes do corpo docente, dois representantes do corpo técnico-administrativo e dois representantes da sociedade civil (membro da comunidade externa)²⁴.

Outro aspecto importante foi refazer o **Projeto de Autoavaliação Institucional** segundo as dez dimensões especificadas na Lei nº 10.861/2004, art. 3º, reavaliando os instrumentos utilizados para avaliação. Nesse Projeto, será possível encontrar as dimensões a serem contempladas no processo de avaliação institucional, os fundamentos legais e teóricos, a forma de coleta de dados e sua divulgação.

21.4 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Para avaliar o projeto pedagógico, a qualidade do curso, a atualização e pertinência das ementas e da bibliografia, a eficácia do ensino e do aprendizado, o acompanhamento dos discentes, a qualificação de docentes e tutores/as, o funcionamento dos laboratórios, entre outros quesitos, haverá uma avaliação permanente e continuada do Curso. Os Coordenadores do Curso de Pedagogia e do NEO terão reunião semanal para avaliar o andamento do curso, inclusive a prática docente (professor/a-mediador/a e professor/a-autor/a). Haverá, também, reuniões mensais das coordenações com os docentes e tutores/as, além dos atendimentos individuais da coordenação aos professores/as-mediadores/as e professores/as-autores/as, bem como duas reuniões semestrais de todo o corpo docente com a Coordenação do NEO.

A fim de realizar as avaliações parciais do curso em cada Polo, as reuniões online dos Coordenadores do Curso de Pedagogia e do NEO com as Coordenações dos Polos serão realizadas mensalmente ou segundo a necessidade dos Polos. Essas reuniões terão o potencial de constante avaliação dos procedimentos administrativo-pedagógicos do curso para ações específicas

Além disso, serão aplicados questionários de autoavaliação entre os docentes, bem como questionários de avaliação entre os/as alunos/as e docentes a respeito do curso, das disciplinas, da instituição e das instalações. Esses questionários servirão como uma das referências para reformulações. Nesse sentido, será avaliado, sob o ponto de vista dos/as alunos/as, por exemplo, o desempenho de docentes, que serão

²⁴ “É importante ressaltar, no entanto, que a presente composição poderá ser alterada, segundo o interesse da comunidade institucional em participar, evitando-se a maioria absoluta de um dos segmentos, conforme preconiza a legislação” (INES, 2014, p. 8).

informados dos resultados em encontros posteriores. O resultado da avaliação será apresentado semestralmente em forma de relatório com dados em percentual. Todo esse processo tem o objetivo de aprimorar a qualidade do curso de Pedagogia. Sendo a avaliação um processo contínuo que promove diagnóstico e feedback, tanto para os/as docentes quanto para os/as discentes, a autoavaliação torna-se fundamental para que o processo se efetive.

Com o mesmo objetivo de tornar o processo de avaliação profícuo ao curso de Pedagogia, serão realizadas, semestralmente, reuniões do Colegiado do Curso, formado pela coordenação do curso, por representantes docentes e discentes. Além de discutir questões relativas aos processos de ensino-aprendizagem, as reuniões deverão encaminhar sugestões sobre programas de pesquisa e extensão, bem como propor adaptações e alterações curriculares, ajustes no programa e quaisquer outras atividades didático-pedagógicas que sejam do interesse do grupo à luz de suas representações e considerando todo o processo de avaliação do curso de Pedagogia.

Na EaD, será possível contar com o próprio AVA para disponibilizar ferramentas de sondagem e feedback, para efetivar o processo de avaliação dos sistemas acadêmico, administrativo e informacional, além da infraestrutura e da equipe multidisciplinar, visando diagnóstico e melhorias no processo como um todo.

Todos os resultados das avaliações também serão discutidos nas reuniões do NDE do curso e no Colegiado do DESU, de forma que sejam analisadas formas progressivas e sistemáticas de melhorias do curso de Pedagogia.

Além de todos esses aspectos, no processo de avaliação do curso de Pedagogia, o NEO contará, também, com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Polo, que tem como importante papel integrar os segmentos docente, discente, administrativo e gestor. A CPA representa um processo crucial de avaliação interna, tendo a função de detectar potencialidades, assim como falhas e dificuldades; apoiar a busca de soluções para os problemas institucionais internos e sociais; subsidiar o estabelecimento de novas metas e prioridades; tomar decisões que promovam as transformações necessárias.

22 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) é oferecido no sistema de crédito, assim como no presencial. O tempo regular de duração do curso para integralização

curricular é de 9 períodos letivos ou 4 anos e meio. O tempo máximo de permanência do/a estudante será de 14 períodos ou 7 anos. E o prazo mínimo será de 8 períodos ou 4 anos.

Em casos excepcionais, o Colegiado avaliará a possibilidade de manutenção da matrícula ativa do/a aluno/a.

A integralização curricular pressupõe: ter cursado todas as atividades formativas; obrigatórias; concluir a carga horária mínima de atividades formativas optativas (180 horas); concluir a carga horária mínima de atividades complementares (120 horas); e ter sido aprovado no trabalho de conclusão de curso.

23 CORPO DISCENTE

23.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do/a profissional que se pretende formar não poderia ser redutível a uma mera descrição de competências, pois engloba a própria identidade de um/a pedagogo/a bilíngue que se constrói histórica e socioculturalmente, a partir de uma indissociável relação teórica e prática de fundamentos e princípios epistemológicos, pedagógicos, éticos e políticos.

Sendo assim, busca-se formar um/a profissional da educação, reflexivo/a, capaz de intervir, de forma crítica, dialógica, criativa, construtiva e responsável nas práticas educativas que ocorrem na escola e em outros contextos.

Nesse sentido, o **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** do INES objetiva uma formação comum e múltipla, que contemple a abrangência e a diversidade da ação profissional do/a pedagogo/a, diante da própria amplitude da educação como atividade mediadora – assim como definido no Marco Conceitual (tópico 3) – no seio das práticas sociais.

O campo de atuação profissional do/a licenciado/a em Pedagogia, na concepção bilíngue, requer, então, capacidade contínua para um trabalho que se desenvolve em uma compreensão integrada das seguintes áreas:

- **Docência**, que para além da noção simplificada de “regência de classe”, deve ser entendida em sentido amplo, como ação educativa intencional e sistemática, relativa à condução dialógica das interações sociais de ensino e aprendizagem, socialização e

construção de conhecimento, em ambientes escolares e não escolares. Dentro da concepção deste Projeto, ela deve ser, por excelência, uma prática intercultural. No campo profissional do magistério, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, do CNE e Parecer nº 5, de 13 de dezembro de 2005) definem que a formação oferecida abrangerá a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental²⁵.

- **Pesquisa**, entendida como processo de produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico na área educacional, articulado aos conhecimentos oriundos das práticas educativas do contexto local e global. O/a pedagogo/a, considerado/a como um/a pesquisador/a, deverá investigar sua própria prática profissional com um olhar crítico, elaborar material didático original – especialmente para atuação junto a estudantes surdos/as – e investigar formas de intervenção nas instituições onde atuará.

- **Gestão educacional**, vista como perspectiva de intervenção democrática organizativa que integre as diversas funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos escolares e não escolares. Essa dimensão da gestão educacional do fazer pedagógico está especialmente presente no planejamento, na administração, na coordenação, no acompanhamento, na avaliação de planos e projetos pedagógicos, bem como na análise, na formulação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas e institucionais na área da educação. Tal como postulam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, essas funções devem estar integradas à docência.

Na área específica da surdez, o Curso objetiva formar profissionais aptos a atuar em processos pedagógicos que envolvam a pessoa surda, tais como:

- atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e ao estudo de temas relativos à pedagogia bilíngue;
- contribuir para a melhoria do aprendizado dos/as surdos/as, tanto em espaços formais, quanto em espaços não formais, dos mais variados níveis.
- desenvolver metodologias de ensino e materiais didáticos fundados na visualidade;
- avaliar a formulação e a implementação de práticas pedagógicas voltadas para surdos/as em articulação com as políticas públicas na área da surdez;
- contribuir para o avanço científico da área;

²⁵ As referidas bases legais fazem menção, ainda, ao magistério no Ensino Médio na modalidade Normal. Contudo, considerando que a formação do pedagogo vem se dando predominantemente no ensino superior, o Curso aqui apresentado não contempla aquela área de atuação.

- oportunizar reflexões sobre bilinguismo, letramento e surdez.

Agregam-se, ainda, ao perfil profissional dos egressos desse Curso a reflexão sobre os desafios da educação *online*, assim como o conhecimento e a utilização de novas tecnologias, dentro de uma ótica dialógica, no processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, respeitados seus interesses profissionais e pessoais, os/as profissionais formados/as pelo **Curso Pedagogia – Licenciatura (EaD)** do INES estarão capacitados a atender às demandas educativas advindas da sociedade brasileira com elevado nível de consciência crítica, ética, de justiça social e de solidariedade.

23.2 APOIO AO DISCENTE

O projeto pedagógico do Curso de Pedagogia na modalidade a distância (EaD), proposto pelo INES, destina-se a implementar uma política de acompanhamento psicopedagógico ao/a aluno/a por meio das seguintes ações do NEO:

- acompanhamento dos/as alunos/as com necessidades educacionais, desde o processo seletivo até a conclusão de sua trajetória acadêmica;
- assessoramento aos docentes em relação à adequação das abordagens de ensino, segundo as especificidades dos/as alunos/as;
- atuação de forma preventiva, por meio de pesquisas, visando a atender as necessidades dos/as alunos/as e do meio acadêmico, proporcionando o planejamento de atividades a serem desenvolvidas para melhor adaptação e permanência do/a aluno/a no Ensino Superior;
- realização de atendimento aos/as alunos/as que têm dificuldades psicopedagógicas e, quando necessário, encaminhá-los a profissionais especializados;
- orientação para os/as alunos/as quanto aos procedimentos legais de trancamento, cancelamento dentre outros, com o objetivo de conscientizar cada estudante a procurar soluções que facilitem a sua permanência no curso de Pedagogia;
- realização de pesquisas sobre evasão ao final de cada semestre letivo, buscando encontrar soluções preventivas para os semestres seguintes, bem como para as turmas subsequentes do curso de Pedagogia;
- realização de pesquisas regulares para redimensionamento da dinâmica do processo ensino-aprendizagem, visando à formação global dos/as alunos/as.

Para uma formação consistente e eficaz, o acompanhamento ao/à discente do curso de graduação em Pedagogia oferecido pelo INES, na modalidade a distância por meio do NEO, terá por base, ainda, os procedimentos a seguir apresentados:

- sistema informatizado de comunicação entre a instituição e o/a aluno/a, que garanta a este receber todas as informações necessárias, desde o plano administrativo-institucional até o plano acadêmico e de integração e participação em atividades de socialização, artísticas e de lazer. O sistema informatizado de comunicação garante, ainda, uma interlocução e interação do discente com a instituição, corpo docente e demais colegas.
- divulgação de atos acadêmicos e informações de interesses dos discentes (estágios, monitorias, bolsas, cursos de extensão, atividades artísticas e especializadas de complementação da formação, assim como oportunidades de emprego) por meio de circulares, comunicados, folders e panfletos, cartazes, pôsteres, boletins – todos em formatos eletrônico e, quando necessário, impressos a serem remetidos via sedex aos Polos e dos Polos ao INES.
- incentivo à participação em atividades complementares (monitorias, pesquisa, estágios supervisionados), assim como eventos e atividades propostas pelos próprios discentes, como produtos multimídia, vídeos, jornais eletrônicos e em novas mídias.
- auxílio ao/à aluno/a quanto ao sequenciamento das disciplinas, nas atividades extraclasse, nas atividades de pesquisa e na obtenção de materiais didáticos, como bibliografia, vídeos e multimídias.
- acompanhamento do rendimento escolar pelo coordenador do curso de Pedagogia, que dará as orientações aos docentes e tutores/as para realização de atividades de reforço ao ensino em sala de aula.
- valorização das atividades extraclasse e o incentivo à participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais, buscando recursos para garantir a participação dos discentes nesses eventos fora do Polo e que sejam considerados relevantes para a formação do/a futuro/a pedagogo/a.

O acompanhamento ao discente terá como especificidade inicial oferecer espaço para o domínio de utilização de computador, necessário à realização do perfil do curso e, ao longo desse curso, destaque de acompanhamento para as atividades acadêmico-profissionais e de discussão das práticas pedagógicas, cerne do curso em tela.

24 CORPO DOCENTE

24.1 EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS)

A Tabela a seguir discrimina a experiência do corpo de professores/as-autore/as fora do magistério, na docência na Educação Básica e na docência no Ensino Superior.

Tabela – Experiência Docente (Docentes previstos nos dois primeiros anos do curso)

NOME	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (fora do magistério)	EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Aline Cristine Xavier da Silva Castro	2	6	1
Ana Regina e Souza Campello	20	7	7
Claudia Pimentel	0	18	9
Fernanda Beatriz Caricari de Moraes	2	0	3
José Renato de Carvalho Baptista	9	0	8
Luciane Cruz Vieira	9	4	5
Luiz Alexandre da Silva Rosado	4	0	8
Luiz Cláudio da Costa Carvalho	0	10	10
Marcia Moraes	0	32	32
Maria Carmen Euler Torres	0	15	5
Maria Inês Castro de Azevedo	7	20	15
Mário José Missagia Júnior	0	6	3
Marisa da Costa Gomes	0	1	1
Mônica da Silva Lima	9	7	6
Nívea Maria Ximenes de Matos	0	14	3
Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz	20	2	6
Patricia Luiza Ferreira Rezende	0	10	7
Ricardo de Souza Janoario	4	0	13
Tânia Chalhub de Oliveira	8	4	14
Tanya Amara Felipe	24	6	24
Valéria Campos Muniz	6	2	16

24.2 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS)

O curso conta com um corpo docente altamente qualificado, nos diversos Núcleos de disciplinas que constam na grade curricular. Dos 36 docentes do curso, 4 são especialistas, 2 são mestres e 30 são doutores.

Tabela – Titulação do Corpo Docente

DOCENTE	TITULAÇÃO
Aline Cristine Xavier da Silva Castro	Doutora
Aline Lima da Silveira Lage	Mestre
Ana Regina e Souza Campello	Doutora
Bruno José Betti Galasso	Doutor
Claudia Pimentel	Doutora
Cristiane Correia Taveira	Doutora
Dirceu Esdras Teixeira	Doutor
Elizabeth Serra Oliveira	Doutora
Érica Machado	Doutora
Fernanda Beatriz Caricari de Moraes	Doutora
Janete Mandelblatt	Doutora
José Renato de Carvalho Baptista	Doutor
Luciana Maria de Vasconcelos Torres	Doutora
Luciane Cruz Vieira	Especialista
Luiz Alexandre da Silva Rosado	Doutor
Luiz Cláudio da Costa Carvalho	Doutor
Marcia Moraes	Doutora
Maria Carmen Euler Torres	Doutora
Maria Inês Castro de Azevedo	Doutora
Mário José Missagia Júnior	Doutor
Marisa da Costa Gomes	Doutora
Maurício Rocha Cruz	Mestre
Mônica da Silva Lima	Especialista
Nívea Maria Ximenes de Matos	Especialista
Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz	Doutora
Patricia Luiza Ferreira Rezende	Doutora
Priscilla Fonseca Cavalcante	Especialista
Ricardo de Souza Janoario	Doutor
Rosana Maria do Prado Luiz Meireles	Doutora
Solange Maria da Rocha	Doutora

Tânia Chalhub de Oliveira	Doutora
Tanya Amara Felipe	Doutora
Tiago da Silva Ribeiro	Doutor
Valéria Campos Muniz	Doutora
Wilma Favorito	Doutora
Yrlla Ribeiro de O. Carneiro da Silva	Doutora

24.2.1 Percentual de doutores

Dos 36 docentes, 83,33% são doutores.

24.3 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO - PROFESSORES(AS)/AUTORES(AS)

Todos os docentes do **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** do INES são concursados em regime de dedicação exclusiva.

24.4 RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DOCENTES - PROFESSORES(AS)-AUTORES(AS) - E O NÚMERO DE VAGAS

É objetivo do Curso ofertar 360 vagas. Considerando que o Curso conta com 36 docentes, têm-se 10 docentes por vaga.

24.5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O Instituto Nacional de Educação de Surdos conta com publicações semestrais de três revistas e periódicos técnico-científicos: Espaço, Arqueiro e Fórum.

A **Revista Espaço** teve início em 1990 como um informativo técnico-científico do INES. Ao longo dos anos, consolidou-se como uma referência nacional, mantendo sua missão de incentivar a discussão de temas prementes da Educação Especial, num diálogo permanente tanto com a educação geral como com a psicologia, a fonoaudiologia e demais áreas afins.

A **Revista Arqueiro** tem como missão a divulgação de práticas relacionadas à educação de surdos e à educação especial.

A **Fórum** dedica-se à divulgação científica, publicando as palestras que são proferidas mensalmente no auditório do INES.

No que se refere à produção docente, segue abaixo o número de publicações:

Tabela – Produção docente ((Docentes previstos nos dois primeiros anos do curso)

DOCENTE – PROFESSOR/A-AUTOR/A	PUBLICAÇÕES
Aline Cristine Xavier da Silva Castro	11
Ana Regina e Souza Campello	10
Claudia Pimentel	7
Fernanda Beatriz Caricari de Moraes	9
José Renato de Carvalho Baptista	3
Luciane Cruz Vieira	3
Luiz Alexandre da Silva Rosado	28
Luiz Cláudio da Costa Carvalho	7
Marcia Moraes	5
Maria Carmen Euler Torres	2
Maria Inês Castro de Azevedo	2
Mário José Missagia Júnior	5
Marisa da Costa Gomes	1
Mônica da Silva Lima	1
Nívea Maria Ximenes de Matos	1
Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz	2
Patricia Luiza Ferreira Rezende	3
Ricardo de Souza Janoario	1
Tânia Chalhub de Oliveira	10
Tanya Amara Felipe	5
Valéria Campos Muniz	9

A Tabela abaixo sintetiza os dados, por faixas de produtividade:

Tabela – Produção Docente (%) (Docentes previstos nos dois primeiros anos do curso)

PRODUÇÃO	QUANTIDADE DE DOCENTES	PERCENTUAL
De 1 a 3	10	47,61
De 4 a 6	3	14,28
De 7 a 9	4	19,04
Mais de 9	4	19,04

24.6 ATRIBUIÇÕES DO/A PROFESSOR/A-AUTOR/A

Os itens apresentados a seguir indicam as atribuições dos/as professores/as-autores(as) que atuarão no **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**:

- atuar integrado ao/à estudante, aos/às professores/as-mediadores/as, ao Coordenador do Curso, à Coordenação do NEO, ao Coordenador de Polo e à Direção do DESU;
- elaborar de guias de estudos, cronogramas, planos de disciplina, atividades e gabaritos para as avaliações e atividades para os encontros presenciais e para o AVA (círculo de cultura digital);
- atuar no processo de formação continuada dos/as professores/as-mediadores/as;
- promover diálogo constante com os/as professores/as-mediadores/as, orientando-os/as no processo de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes;
- dirimir dúvidas e solucionar possíveis problemas indicados pelos/as professores/as-mediadores/as;
- elaborar as atividades para os encontros presenciais, dentro de uma perspectiva dialógica;
- elaborar um banco de atividades, complementares às disponibilizadas no AVA, para serem utilizadas na construção das trilhas de aprendizagem;
- orientar os/as professores/as-mediadores/as, quando necessário, nas sugestões de atividades complementares para as trilhas de aprendizagem;
- elaborar as avaliações presenciais, considerando sempre a formação de indivíduos críticos e reflexivos;
- elaborar gabaritos para a avaliação presencial, a serem enviados aos/às professores/as-mediadores/as;
- participar de videoconferências, seminários e demais atividades acadêmico-científico-culturais (extracurriculares/complementares) propostas;
- promover a iniciativa científica inerente à formação discente;
- cumprir os prazos relativos à elaboração dos materiais para a disciplina, das atividades presenciais e das avaliações, bem como o Cronograma de atividades do NEO;
- atuar, tanto como público-alvo, quanto como colaborador/a, no processo de formação continuada da equipe de docentes para metodologia da educação *online*;
- representar a Coordenação do Curso, quando necessário;
- emitir relatório e/ou documentos acerca de suas ações desenvolvidas, quando solicitado pela Coordenação do Curso ou do NEO;
- promover a avaliação do desenvolvimento da disciplina, com a colaboração do/a professor/a-mediador/a e da Coordenação do NEO, e realizar revisões quando necessário.

24.7 TITULAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS DO CURSO – TUTORES/AS

Os/as tutores/as (professores/as-mediadores/as) do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) do NEO ainda não foram selecionados/as. Contudo, tal como previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PCC), para exercer a função de professor/a-mediador/a, em termos de titulação e formação, é necessário: (1) ser portador de diploma de curso de graduação e pós-graduação, devidamente registrado, que configure a formação na área da atividade formativa ou do curso em que pleiteia a atuação; e (2) possuir proficiência em Libras, comprovada pelo ProLibras ou perante banca de avaliação. Especificamente, o/a tutor/a (professor/a-mediador/a) em Libras deverá: (1) ser portador de diploma de curso de graduação (Bacharelado em Libras); e (2) possuir proficiência em Libras, comprovada pelo ProLibras ou perante banca de avaliação.

24.8 EXPERIÊNCIA DOS/AS PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS – TUTORES(AS) - EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os/as tutores/as (professores/as-mediadores/as) do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) do NEO ainda não foram selecionados/as. Contudo, tal como previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PCC), o Edital de seleção irá valorizar aqueles com maior experiência em educação a distância e exigirá habilidade para utilizar computadores e recursos de conectividade.

24.9 POLÍTICA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

É objetivo do INES, de acordo com o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (2012, p. 24): “promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional”.

Assim, no âmbito da formação docente, o INES desenvolve políticas/ações que marcam sua política de formação: (a) oferecimento do Curso de Libras, semestralmente, a docentes ainda não proficientes nessa Língua; (b) incentivo à formação continuada em programas *stricto sensu* de Doutorado e Pós-Doutorado; (c) incentivo à participação regular em cursos e eventos promovidos pelo próprio INES ou por instituições diversas; (d) incentivo à produção e divulgação de pesquisas acadêmicas; (e) difusão de conhecimentos relativos à construção de projetos de pesquisa, à Política de Pesquisa da Instituição e aos Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes; (f) promoção de cursos de formação na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); (g) promoção anual da *Semana da Educação* do DESU; (h) realização, a cada dois anos, do Congresso Internacional do INES; (i) Realização anual do Seminário Nacional do INES; (j) promoção de intercâmbio com outras instituições de acadêmicas; (l) realização de eventos que tratem, dentre outros temas do campo educacional, de conhecimentos acerca da singularidade linguística da pessoa surda.

Tal como indicado no Marco Conceitual, os/as docentes terão como *locus* privilegiado de formação o seu contexto de trabalho. Considerando o desafio específico deste Curso, o desenvolvimento de uma pedagogia da virtualidade²⁶ no campo da pedagogia bilíngue, a equipe do NEO promoverá encontros de formação, atendimentos

²⁶ Gadotti, Romão (2004, p. 14).

individuais e coletivos – presenciais ou através das diferentes mídias -, com o objetivo de ampliar o espaço de diálogo e da construção coletiva do conhecimento.

É importante ressaltar, ainda, que uma das metas do PDI, quadriênio 2011-2014 (INES, 2011, p. 12), prevê a alteração do modelo de Edital para ingresso no magistério do Ensino Superior a fim de valorizar a experiência de trabalho com surdos/as e o conhecimento da Libras. Desse modo, o Edital nº 29/13, destinado ao provimento de vagas do Quadro de Pessoal do INES previu a valorização dessa experiência.

24.10 ATRIBUIÇÕES DOS/DAS PROFESSORES/AS-MEDIADORES/AS – TUTORES/AS

Para cada disciplina, haverá dois/duas professores/as-mediadores/as: ambos/as deverão apresentar competência na disciplina pela qual será responsável no Polo, contudo, um/a deles, atuará em Libras.

Os itens apresentados a seguir indicam as atribuições dos/das professores/as-mediadores(as) que atuarão no **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)**:

- participar das atividades de formação oferecidas pelo NEO e das reuniões de Coordenação de Polo;
- mediar o processo de aprendizagem dos/as estudantes no AVA (círculo de cultura digital) e nos encontros presenciais;
- manter acesso regular ao AVA, dialogando com os/as estudantes, respondendo às suas solicitações e solucionando possíveis problemas;
- acompanhar as atividades nas ferramentas síncronas (em tempo real) e assíncronas (fora do tempo real) e orientar os/as estudantes;
- sugerir trilhas específicas de aprendizagem, de acordo com os objetivos definidos pelo/a professor/a-autor/a e com o desempenho discente;
- acompanhar o estágio supervisionado por meio de orientações coletivas e individuais e, quando necessário, realizar visitas ao campo de estágio (atribuição específica dos/as professores/as-mediadores/as da disciplina Estágio);
- estimular o diálogo, promover a interatividade e despertar posturas críticas e reflexivas;
- mediar os encontros presenciais que ocorrerão quinzenalmente;
- contribuir para a autonomia e autoria discente, bem como para o desenvolvimento de práticas de cooperação no processo de aprendizagem;

- comunicar-se com estudantes ausentes do AVA ou das atividades, por duas semanas ou mais, e também com os ausentes em alguma avaliação;
- participar de videoconferências, seminários e demais atividades acadêmico-científico-culturais (extracurriculares/complementares) propostas pela disciplina;
- auxiliar os/as estudantes na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de informação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas etc.;
- apoiar a iniciativa científica inerentes à formação discente;
- aplicar as avaliações presenciais e corrigi-las, considerando os critérios indicados pelos/as professores/as-autores/as;
- elaborar relatórios de acompanhamento dos/as estudantes e encaminhar aos/às professores/as-autores/as.
- cumprir com pontualidade os horários de atendimento *online* e presenciais aos/às estudantes;
- auxiliar as Coordenações na comunicação com os/as estudantes;
- lançar no sistema acadêmico, segundo cronograma semestral expedido pela Coordenação do Curso, as notas das avaliações realizadas e dirimir dúvidas dos/as estudantes sobre os resultados;
- contribuir com os/as professores/as-autores/as na avaliação da disciplina e, quando necessário, na realização de revisões.

24.11 RELAÇÃO DOCENTES E PROFESSORES/AS/MEDIADORES/AS - TUTORES(AS) - PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA - POR ESTUDANTE

Para um quantitativo de 30 alunos/as por Polo, ter-se-ão: 1 professor-autor/a e 2 tutores/as (professores/as-mediadores/as), originando uma relação de 10 alunos/as por docente e tutor/a.

25 MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES

O **Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD)** trabalhará com diversas formas de comunicação, síncronas e assíncronas, para promover a interação e a dialogicidade entre os diferentes grupos envolvidos no processo educativo, tais como: (a) fórum educacional; (b) videoconferência; (c) encontros presenciais; (d) fóruns; (e) salas síncronas de construção coletiva; (f) sistema de e-mail centralizado e (g) serviço de

0800 (ambos para atendimento a dúvidas de ordem técnica, administrativa e demais informações que não sejam relacionadas à mediação de conteúdos); e (h) serviço de mensageria.

Os encontros presenciais ocorrerão quinzenalmente e serão coordenados pelos/as professores/as-mediadores/as (dois por atividade formativa, sendo um deles mediador em Libras), a partir de atividades propostas pelos/as professores/as-autores/as.

26 COORDENADOR DO CURSO

26.1 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A coordenação do curso busca promover o acesso dos/as alunos/as aos dados relativos à sua vida acadêmica, orientando-o quanto ao seu desempenho e ao fluxo escolar, mobilizando-se por mantê-lo informado sobre os recursos financeiros e acadêmicos disponíveis, e estimulando-o a participar em eventos e de entidades estudantis.

Em sua atuação, a coordenação tem por finalidade colaborar para o bom desempenho dos docentes do curso, assessorando e apoiando-os nas questões didático-pedagógicas, promovendo a cada semestre reuniões pedagógicas com a participação do corpo docente, para a análise e discussão de ementas e planos de ensino, objetivando a qualidade do Curso de Pedagogia – Licenciatura, na modalidade EaD. Sua ação se faz numa proposta de trabalho em equipe onde, em reuniões periódicas, discutem-se atualização de conteúdos programáticos, inovações metodológicas, atualizações bibliográficas, reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), entre outros. Compete ao Coordenador de Curso:

- convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- executar e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da Instituição;
- acompanhar e promover atividades no âmbito da formação continuada de docentes para atuação em educação *online*;
- elaborar o horário do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do calendário acadêmico;

- realizar reuniões com as Coordenações de Polos com vistas à análise dos resultados obtidos nas atividades formativas; ao levantamento de alternativas e soluções para as fragilidades detectadas e à definição das possibilidades de apoio do NEO/INES;
- traçar, com a Direção do DESU e com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, as diretrizes de natureza didático-pedagógica necessárias ao planejamento e ao desenvolvimento integrado das atividades curriculares;
- orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
- acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso.

Enfim, o coordenador trata da gestão acadêmico-pedagógica do curso, da relação com os docentes e discentes e da representatividade nos colegiados superiores.

26.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR

A coordenação do curso de Pedagogia na modalidade a distância é exercida por Dirceu Esdras Teixeira, professor concursado do Magistério Superior na área de Educação a Distância (matrícula 1527969). Atuou como professor assistente contratado por três anos (2005-2007) da Universidade Santa Úrsula. O coordenador atuou como Acadêmico na Fundação Cecierj/Consórcio Cederj por 8 anos (2005-2012), onde teve a oportunidade de exercer a função de coordenador da equipe de produção de material didático para WEB (2010-2012). Coordenou também o grupo de design instrucional do Setor de Material Instrucional em Biologia (SEMIB) do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO (2012-2014).

26.3 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA DO COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador do Curso, Dirceu Esdras Teixeira, é docente concursado do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com carga horária de 40 horas semanais, de dedicação exclusiva.

27 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

27.1 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA GESTÃO EM EAD

Atualmente o curso conta com três profissionais técnico-administrativos: Ana Paula de Paiva Figueiredo (matrícula 1094523), Carlos Alberto Gomes da Silva Filho (matrícula 1730180), Caio Mattos Baeta Neves (matrícula 2176788) responsáveis pela gestão dos processos de EaD juntamente com os coordenadores do NEO e do Curso. O suporte técnico do laboratório especializado será realizado pela equipe da Divisão de Informática (DINFO) do INES.

27.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA EM EAD

A equipe do NEO conta com quatro técnicos-administrativos de tecnologia da informação concursados do INES, Daniel Cesar Azevedo Barboza (matrícula 2174647), Fabiano Souza da Silva (matrícula 1693769), Felipe Piñeiro de Carvalho (matrícula 1735320) e Simone Gomes da Silva (matrícula 2241180), responsáveis por atuar na área de infraestrutura tecnológica em EaD, juntamente com os coordenadores do NEO e do Curso de Pedagogia.

27.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA ATUAR NA ÁREA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EAD

O curso conta com 36 docentes altamente qualificados, nos diversos Núcleos de disciplinas que atuarão como professores/as-autores/as do conteúdo das disciplinas. Abaixo estão indicados os profissionais que atuam diretamente no NEO:

Coordenação: Bruno José Betti Galasso e Dirceu Esdras Teixeira.

Dois designers educacionais: Tiago da Silva Ribeiro (matrícula 2173205) e Érica Machado (matrícula 1608914).

Duas avaliadoras técnicas de Libras: Ana Regina e Souza Campello (matrícula 1717481) e Rosana Maria do Prado Luiz Meireles (matrícula 1813760).

Equipe de tradução e interpretação: Monica Raquel De Souza Duarte, Rafael Da Mata Severino e Roberto Gomes de Lima.

Equipe multidisciplinar da instituição parceira - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP): ilustrador, animador, programador, analista de sistemas, web designer, diretor de vídeo, produtor, operador de câmera, iluminador e editor de texto, editor de vídeo, locutor, maquiador, sonoplasta, figurinista, editor de corte, assistente de produção, roteirista.

27.4 POLÍTICA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A previsão de formação e capacitação permanentes do corpo técnico-administrativo consta no Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI (2012-2016), que institui a necessidade de elaboração de Planos Anuais de Capacitação (PACs), cujo escopo é melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo INES por meio do investimento na formação continuada de seus servidores.

Desse modo, dentre outras atividades formadoras, o Instituto oferece: curso de Libras, em cinco níveis; cursos de curta, média e longa duração relativos à temática da surdez e eventos diversos (fóruns, oficinas, seminários, congressos etc.). A participação nos cursos não é obrigatória, mas por adesão. O INES fomenta, ainda, a qualificação de seu corpo técnico-administrativo em programas de pós-graduação.

No que tange ao Curso de Pedagogia – Licenciatura, na modalidade a distância, a necessidade de formação continuada dos profissionais envolvidos parece demandar mais esforços, considerando o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.

Desse modo, além das políticas já desenvolvidas pelo Instituto, no âmbito do Núcleo de Educação Online (NEO), ocorrerão ações específicas de capacitação e formação permanentes da equipe multidisciplinar de profissionais que atuará diretamente com a EaD: técnicos de informática; técnicos-administrativos; tradutores/as e intérpretes de Libras; designers educacionais; *web designers*; analista de sistemas e bibliotecário/a. As ações formadoras serão desenvolvidas através de: reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação do Curso (formação em serviço); cursos sobre formação bilíngue de surdos na educação online; oficinas sobre materiais didáticos digitais etc. Todos os cursos e eventos, cuja participação será por adesão, levarão em conta a singularidade do público ao qual se destina o Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD): alunos/as surdos/as e não-surdos/as.

28 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Departamento de Ensino Superior (DESU) é instância consultiva e deliberativa, tanto das questões acadêmicas quanto das questões administrativas como, por exemplo, a aprovação de concursos públicos para provimento dos cargos de docentes. Também foi esse Colegiado que aprovou a criação do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) e do Núcleo de Educação Online (NEO), responsável pela organização administrativo-pedagógica deste curso.

“Estão aptos a compor o Colegiado do DESU os professores efetivos deste Departamento, os alunos nele regularmente matriculados, os demais servidores lotados no DESU-INES e um membro indicado pela Direção Geral” (Regimento Colegiado DESU – art. 3º).

As reuniões do Colegiado do DESU são mensais, devidamente registradas em atas e as atribuições são as seguintes:

- I - Definir as políticas para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão no âmbito do DESU.
- II – Definir as políticas e os programas de iniciação científica, de monitoria e outros.
- III – Apresentar e deliberar sobre a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.
- IV – Colaborar para a implantação do Projeto Pedagógico dos Cursos – incluindo a sua diretriz bilíngue – avaliando regularmente essa implantação e propondo mudanças consideradas necessárias.
- V – Definir as formas de admissão e seleção para o Curso, bem como sobre o número de vagas iniciais.
- VI – Deliberar e encaminhar indicações relativas à organização de estágios curriculares supervisionados, atividades extracurriculares e Trabalhos de Conclusão de Curso.
- VII – Emitir parecer acerca de recursos interpostos por alunos.
- VIII – Propor, aos órgãos superiores, o estabelecimento de cooperação técnica e científica com instituições afins, visando à qualificação do Curso, e subsidiar o processo de elaboração dos instrumentos dessa cooperação, como acordos e convênios.
- IX - Avaliar a produção acadêmica dos Cursos, propondo as medidas julgadas necessárias para ampliá-la; qualificá-la; fazê-la vir a público no meio acadêmico.

X – Analisar, deliberar e encaminhar à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, propostas de qualificação de docentes efetivos dos Cursos, bem como solicitações de licença e afastamento.

XI – Examinar questões didático-pedagógicas, administrativas ou disciplinares suscitadas pelos agentes da educação definidos neste dispositivo, encaminhando parecer à Direção do DESU-INES.

XII - Assessorar a Comissão Própria de Avaliação - CPA nos procedimentos relativos às avaliações previstas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

XIII – Definir o número de vagas para docentes no DESU e encaminhar para a Direção Geral do INES. (Regimento Colegiado DESU – art. 4º).

As decisões oriundas das reuniões do Colegiado são encaminhadas aos variados departamentos e setores, segundo a natureza do seu conteúdo.

Foi criado um grupo de trabalho (GT) para elaborar as diretrizes de atuação do Colegiado do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) que terá seu funcionamento profícuo tão logo o curso seja autorizado e a primeira turma seja iniciada.

29 REPRESENTAÇÃO DOCENTE E DISCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Docentes, tutores e discentes serão membros do colegiado do curso, escolhidos por seus pares para o período de 2 (dois) anos, sendo possível uma recondução. Cada representante estudantil terá um suplente, com mandato também de 2 (dois) anos, para substituição em suas faltas ou impedimentos, inclusive no caso de perda de mandato. É vedada a acumulação de representação em órgãos Colegiados. Os três segmentos terão paridade de votos.

A participação de docentes e discentes em conselhos superiores das instituições parceiras (Polos) dependerá dos respectivos regimentos. Entende-se que a criação de cursos a distância forja demandas em termos de participação de novos atores em estâncias decisórias.

30 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A normatização dos Núcleos Docentes Estruturantes pelo MEC originou-se da Resolução CONAES n° 1/2010 e na UNIPAMPA, a Resolução n° 97, de 19 de março de 2015, estabelece as normas de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE). O CONAES considera o Núcleo como uma melhoria no processo de concepção e implementação do projeto político pedagógico dos cursos de graduação, com vistas ao desenvolvimento e consolidação permanente da dinâmica dos cursos. O conceito de Núcleo Docente Estruturante, se consolida no Parecer CONAES n° 4/2010, o qual estabelece que:

A ideia surge da constatação de que um bom curso de graduação tem alguns membros do seu corpo docente que ajudam a construir a identidade do mesmo. Não se trata de personificar um curso, mas de reconhecer que educação se faz com pessoas e que há, em todo grupo social, um processo de liderança que está além dos cargos instituídos. Se a identidade de um curso depende dessas pessoas que são referências, tanto par aos alunos como para a comunidade acadêmica em geral, é justo que se entenda e se incentive o reconhecimento delas, institucionalmente, para qualificar a concepção, a consolidação e, inclusive, a constante atualização de um projeto pedagógico de curso. Com isso se pode evitar que os PPCs sejam uma peça meramente documental.

O Curso de Pedagogia - Licenciatura, na modalidade a distância, foi construído sobre um projeto político de curso que estabelece os objetivos e perfis de formação do curso e sua organização interna. Como componente fundamental dessa estrutura, configura-se o Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual se compõe segundo o quadro descrito a seguir:

Docentes	Área de atuação no NDE	Titulação	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho	Tempo de Exercício	Função
Ana Regina Campelo	Libras	Doutorado em Educação	Licenciatura em Pedagogia	Integral	1 ano	Professora
Dirceu Esdras Teixeira	Material didático Online	Doutorado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas	Integral	1 ano	Presidente
Fernanda Beatriz Caricari de Moraes	Pesquisa	Doutorado em Linguística aplicada	Bacharelado em Letras Português/Inglês	Integral	1 ano	Professora
Marisa da Costa Gomes	Ensino	Doutorado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências	Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas	Integral	1 ano	Professora
Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz	Língua Portuguesa	Doutorado em Linguística Aplicada	Bacharelado em Letras Português/Inglês	Integral	1 ano	Professora
Ricardo de Souza Janoario	Fundamentos da Educação	Doutorado em Serviço Social	Licenciatura em Pedagogia	Integral	1 ano	Professor
Rosana Maria do Prado Luz Meireles	Material didático bilingue	Doutorado em Educação	Licenciatura em Pedagogia	Integral	1 ano	Professora

O NDE por ser considerado como um elemento diferenciador na qualidade do curso e no comprometimento com o bom padrão acadêmico, terá indicação dos representantes docentes feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução. Além disso, por estar centrado na reflexão sobre o PPC fundamenta-se no caráter processual da avaliação interna, com vistas à produção do conhecimento. Nesta perspectiva, o NDE realiza o processo de autoavaliação institucional com intuito de aperfeiçoar a qualidade da formação superior de professores/as.

30.1 REGIME DE TRABALHO DO NDE

Todos os membros do NDE trabalham em regime de horário integral (40h) com dedicação exclusiva.

30.2 FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO NDE

Abaixo estão indicados/as os/as membros do NDE e os/as resumos sobre a sua formação:

Dirceu Esdras Teixeira – Coordenador do Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (2001), Mestrado em Ciências do Mar pela Universidade Santa Úrsula (2004) e Doutorado em Química Biológica na área de Educação, Difusão e Gestão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Tem experiência no preparo de material instrucional para fins educacionais como desenhista instrucional (roteirista) de aula para WEB-Biologia da Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ e como acadêmico no setor de pesquisa da Fundação. Trabalhou na coordenação do grupo do Núcleo de Animações Científicas do INMETRO.

Ana Regina e Souza Campello - Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996), Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula (1981) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Tem experiência na área de Educação e Linguística, com ênfase em Educação Bilíngue, Inclusiva e Sociolinguística, atuando principalmente

nos seguintes temas: língua de sinais, educação dos Surdos-Mudos, Educação Inclusiva, intérprete de língua de sinais, comunidade surda-muda e defesa dos Direitos dos Surdos-Mudos. Proficiência em PROLIBRAS e da Língua Portuguesa (CELPE).

Fernanda Beatriz Caricari de Moraes - Possui Graduação em Letras Inglês - Português - Licenciatura/Bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005), Mestrado e Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na PUC-SP com estágio (Capes/sanduiche) na Universidade de Lisboa, Portugal. Atua principalmente nos seguintes temas: **linguística** sistêmico-funcional e ensino Instrumental de línguas.

Marisa da Costa Gomes - Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2004). Mestre em Ciências Biológicas com ênfase em Educação, Difusão e Gestão em Biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica- UFRJ (2008). Doutora do Programa de Educação, Difusão e Gestão em Biociências (2014).

Osilene Maria de Sá E Silva da Cruz - Graduação em Letras - Português/ Inglês pela Associação Educacional Dom Bosco, Mestrado em Estudos Linguísticos/Estudos de Tradução pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Inglesa, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: redação profissional e acadêmica, metodologia de pesquisa e análise do discurso. Atua em comissão de elaboração e correção de provas de vestibular de português e inglês e atuou também no Ensino a Distância (CEAD/ UNIRIO). Interesse por pesquisa envolvendo ensino e aprendizagem de LP para alunos surdos, cultura surda, gêneros acadêmicos, escrita acadêmica e profissional, pesquisas relacionadas à análise do discurso com ênfase na Linguística Sistêmico-Funcional e Teoria de Avaliatividade.

Ricardo de Souza Janoario - Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com bolsa sanduíche na Universidade do Texas (The University of Texas at Austin). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em seus estudos tem

interesse nas seguintes áreas: preconceito e discriminação racial, políticas públicas de promoção da equidade de raça/etnia, gestão educacional e formação de professores.

Rosana Maria do Prado Luz Meireles - Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação com bolsa CAPES pela Universidade Federal Fluminense/ UFF. Experiência em ensino na Educação Básica e Superior, atuante na área de Educação Especial e Inclusiva há 24 anos com especialização em Educação de Surdos e certificação de proficiência para uso e ensino de LIBRAS pelo Pró-Libras/ MEC. Pesquisadora da Educação de surdos nas áreas de formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas, Educação bilíngue, aquisição de LIBRAS como primeira língua e português como segunda língua para alunos surdos, metodologia de ensino de português como segunda língua para alunos surdos, Atendimento Educacional Especializado, entre outras. Ex-coordenadora e atual colaboradora do Programa de Bilinguismo para alunos surdos da Secretaria Municipal de Educação de Niterói. Membro participante da Red Internacional de Investigadores y Participantes sobre Integración Educativa (RIIE), UNAM, México.

31 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi nomeado pelo Diretor Geral, através da Portaria nº 381, de 20 de agosto de 2015, e está em fase de formação. São atribuições do CEP/INES:

- I – promover, entre os pesquisadores do INES – docentes, discentes ou técnico-administrativos – a constituição quanto à relevância dos aspectos éticos, morais, legais e humanitários do trabalho da pesquisa;
- II – analisar e emitir parecer por escrito sobre todos os projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do INES;
- III – fomentar a reflexão sobre a importância da ética no desenvolvimento de pesquisas;
- IV – resguardar a integridade ética e os direitos dos participantes nas pesquisas;
- V – analisar notificações ou denúncias sobre fatos que alterem o curso ético de desenvolvimento da pesquisa, decidindo pela modificação ou suspensão da pesquisa, após sindicância para averiguar os fatos (art. 3º).

Fazem parte do CEP/INES, membros de diferentes departamentos:

Tabela – Composição do CEP

REPRESENTANTE/DEPARTAMENTO	SUPLENTE/DEPARTAMENTO
Adriana Fernandes Duarte dos Santos (Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico)	Martha Marcela de Matos Bazilio (Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico)
Aline Cristine Xavier da Silva Castro (Departamento de Ensino Superior)	José Renato Baptista (Departamento de Ensino Superior)
Ana Luisa Antunes (Departamento de Educação Básica)	Eduarda Larrúbia Franco Rocha (Departamento de Educação Básica)
Fabíola de Vasconcelos Saudan Faria (Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico)	Guilherme Goldstein Chazan (Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico)
Giselly dos Santos Peregrino (Departamento de Educação Básica)	Danielle Macedo da Fonseca (Departamento de Educação Básica)
Mario Jose Missagia Junior (Departamento de Ensino Superior)	Edécio Junior (Departamento de Ensino Superior)
Fabiano Pinto Correia (aluno do Curso de Pedagogia do DESU)	Jaderson Pires dos Santos (aluno do Curso de Pedagogia do DESU)

32 DIRIGENTES INSTITUCIONAIS

32.1 DIRIGENTES DO INES E DO DESU

A Tabela abaixo especifica os dirigentes institucionais

Tabela – Dirigentes do INES e do DESU

FUNÇÃO	PROFESSORES/TÉCNICOS
Diretor Geral do INES	Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti
Diretor do DESU	Protásio Ferreria e Castro

32.2 COORDENAÇÃO DO NEO

A Coordenação do NEO é realizada pelo docente concursado do DESU, Bruno José Betti Galasso, o qual possui regime de trabalho de 40 horas, com dedicação exclusiva à atividade de Coordenação.

33 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Para indicar a forma de integração com as redes públicas de ensino, é necessário fazer alusão ao Termo de Execução Descentralizada, acordo assinado pelo INES e demais Polos para o Curso de Pedagogia – EaD. Um dos objetivos desse acordo entre as instituições é o de “contribuir para a formação de professores/as e gestores/as surdos/as

e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Língua Portuguesa) na modalidade a distância”. No entanto, a oportunidade de oferecer formação de professores/as não se esgotará no âmbito do curso, porque será um compromisso do INES, por meio do NEO, trabalhar igualmente pela formação continuada de docentes. Cada vez mais, docentes das redes públicas de ensino precisam do apoio acadêmico-pedagógico para trabalhar de forma adequada com o que exige hoje a diversidade das salas de aula.

Um dos fatores mais perceptíveis e recorrentes na relação das IES com as escolas das Redes Públicas de Ensino é a falta de comunicação entre esses tipos de instituições educacionais. Essa comunicação, se realizada de forma adequada, tem o potencial de unir profissionais da educação em constante articulação acadêmico-pedagógica com o fim de aperfeiçoamento das atividades educacionais.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em tela, cada Coordenador do Polo terá reuniões mensais, a fim de acompanhar o desenvolvimento do estágio na rede pública. Além das atividades específicas do estágio supervisionado, é fundamental a parceria contínua entre as IES e as Redes Públicas de Ensino, especialmente considerando o dever das instituições federais que atuam na educação superior com relação aos seguintes aspectos:

- 1) prestar apoio pedagógico-metodológico às escolas; e
- 2) trabalhar em prol do aprimoramento acadêmico de docentes que atuam nessas redes de ensino.

É um compromisso do INES incrementar a participação de docentes e discentes das Redes Municipal e Estadual de Ensino em seminários, fóruns, painéis, debates, exposições, apresentações artísticas e profissionais. Nesse sentido, a proposta do INES, por meio do NEO, é a de proporcionar oportunidades efetivas de integração, quer por meio de atividades presenciais quer por meio de atividades online, para que as Redes Públicas de Ensino sejam atendidas em todos os estados onde o curso de Pedagogia terá um Polo.

A parceria com as Redes Públicas de Ensino estará voltada especialmente para a formação continuada de docentes, que poderão fazer cursos de extensão de LIBRAS, e participarem de turmas especiais de cursos de pós-graduação que possam atender às especificidades de atuação na Educação Básica, e segundo as necessidades das Secretarias de Educação. O que se espera é a realização de um trabalho efetivo na formação continuada de docentes da educação básica.

34 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

34.1 TURNOS

Por se tratar de EaD, deverá haver abrangência dos três turnos: manhã, tarde e noite, especialmente considerando os necessários encontros presenciais, nos quais são incluídas as avaliações presenciais.

34.2 CARGA HORÁRIA

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2015), a carga horária mínima do curso é de 3.200 horas, distribuídas da seguinte forma:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria

Considerando a previsão legal, o Curso de Pedagogia – Licenciatura (EaD) totaliza 3.300 horas, assim distribuídas: 2.880 horas de atividades formativas especificadas no inciso I; 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado e 120 horas de atividades teórico-práticas indicadas no inciso III.

34.3 FORMAS DE ACESSO E NÚMERO DE VAGAS

As provas do processo seletivo são 50% em português escrito e 50% em Libras para todas as atividades formativas e há recursos tecnológicos para provas *online*, em que cada candidato acessa sua prova em terminal de computador da instituição e pode manipular o vídeo com as questões em Libras e as questões em Língua Portuguesa escrita. Todas as etapas do processo apresentam versões em Libras para atender aos/às candidatos/as surdos/as, tais como edital, manual do candidato, provas e resultados. Esse processo é inovador, já que vestibulares anteriores apresentavam apenas a prova,

ou parte dela, em Libras. Existe garantia, para candidatos com deficiência visual, de prova ampliada e leitor.

Para o primeiro momento, são pleiteadas 360 vagas, sendo 30 para o INES (sede) e 30 para cada um dos Polos.

No processo seletivo, serão reservadas 50% das vagas para surdos/as, as quais, não sendo preenchidas, poderão ser ocupadas por não-surdos.

34.4 REGIME DE OFERTA

O regime de oferta será anual.

34.5 POLOS DE APOIO PRESENCIAL

A Tabela abaixo discrimina os Polos de apoio presencial:

Tabela – Polos

	POLOS	ENDEREÇO
1	INES - sede Instituto Nacional de Educação de Surdos	Rua das Laranjeiras, nº 232 - Laranjeiras Rio de Janeiro/Rio de Janeiro CEP 22240-001
2	UFBA Universidade Federal da Bahia	Av. Ademar de Barros, s/nº - Ondina Salvador/Bahia CEP 40170-110
3	UFAM Universidade Federal do Amazonas	Av. Rodrigo Otávio, nº 6200 - Coroado II Manaus/Amazonas CEP 69077-000
4	IFG Instituto Federal de Goiás	Rua Mucuri, Qd 01, Lt 01, s/nº - Parque Itatiaia Aparecida de Goiânia/Goiás CEP 74968-755
5	UFC Universidade Federal do Ceará	Av. da Universidade, nº 2853 - Benfica Fortaleza/Ceará CEP 60020-181
6	UFGD Universidade Federal da Grande Dourados	Rua João Rosa Góes, nº 1761 - Vila Progresso Dourados/Mato Grosso do Sul CEP 79825-070
7	UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Avenida Paulo Gama, nº 110 - Farroupilha Porto Alegre/Rio Grande do Sul CEP 90040-060
8	UFPA Universidade do Estado do Pará	Rua do Uma, nº 156, Belém, Pará CEP 66.050-540
9	UFPB Universidade Federal da Paraíba	Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco, João Pessoa - PB, 58051-900
10	UFLA Universidade Federal de Lavras	Campus da UFLA, s/n, Campus Universitário, Lavras, MG – CEP 36036900
11	UFPR Universidade Federal do Paraná	Praça Santos Andrade, 50 – Centro, Curitiba – CEP 80.060-300
12		

É objetivo do INES poder inserir, após a devida anuência da Coordenação-Geral de Regulação da Educação Superior a Distância (COREAD) e Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), e segundo o calendário do sistema e-

MEC, os novos polos à medida que a documentação for devidamente encaminhada pelas IES parceiras, a fim de atingir os objetivos do “Plano Viver sem Limite”.

35 INFRAESTRUTURA

35.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI

O Instituto disponibiliza aos/as professores/as do Núcleo de Educação Online (NEO) uma sala no segundo andar do prédio anexo lateral ao prédio principal do INES, quatro computadores conectados à rede de internet, mesa com cadeira giratória e armários baixos.

35.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A coordenação do curso e os serviços acadêmicos estão localizados em três salas no segundo andar do prédio anexo lateral ao prédio principal do INES, nas instalações do Núcleo de Educação Online (NEO).

(1) A sala da coordenação do curso possui 27,83m², conta com dois computadores para os coordenadores do Curso e do Núcleo de Educação Online, quatro computadores para os/as professores/as do NEO, impressora multifuncional a laser colorida, mesas com cadeiras de escritório giratórias, armários baixos e mesa de reunião.

(2) A sala dos técnicos de informática possui cinco computadores conectados à rede de internet, mesas com cadeiras de escritório giratórias, armários baixos, frigobar e micro-ondas. A área total possui 16,78m².

(3) A sala dos técnico-administrativos possui 12,60m² de área, quatro computadores conectados à rede de internet, mesas com cadeiras de escritório giratórias e armários baixos.

35.3 SALA DE PROFESSORES

A sala dos professores está localizada no andar térreo do prédio do Departamento de Ensino Superior (DESU). A sala possui mesa de estudos e reuniões,

sete computadores conectados à rede de internet, cadeiras de escritório giratórias, armários individualizados, geladeira, micro-ondas, mural de avisos e quadro branco.

35.4 SALAS DE AULA

No terceiro andar do prédio principal do INES, será instalado o sistema de sala *Revoluti*. Este padrão de sala consiste num sistema de mesas informatizadas que podem ser facilmente movimentadas e agrupadas, de maneira que o espaço da sala de aula se adeque à atividade proposta pelo/a professor/a. Com isso, pretendemos modernizar e otimizar o espaço didático, utilizando meios interativos, através de layout e estrutura dinâmica, que permitem a modificação do ambiente físico de acordo com a proposta pedagógica a ser desenvolvida. Nele, os/as alunos/as podem montar arranjos para trabalhos em grupo de 2, 3, 4, 5, 6 ou mesmo em círculo para debates em sala de aula. Todas as mesas giratórias terão um computador a disposição do/a aluno/a, que poderá acessar e trabalhar em equipe com outros/as alunos/as e com professores/as, conectados em rede local e também à internet. Objetivamos também transformá-lo em um ambiente multimídia, pois o sistema será conectado em rede Wi-fi, melhorando a utilização do espaço, sem o uso de fios ou cabos de rede.

35.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os alunos terão acesso, em todos os Polos, a Laboratório, cujas características foram especificadas no item 4.5.

35.6 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE

Para oferta do curso de Pedagogia, o INES irá contar com um laboratório de informática exclusivo para o curso a distância e uma brinquedoteca, além do Estúdio.

35.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE

O Instituto Nacional de Educação de Surdos possui uma sala com 85m², onde será adotado o padrão de salas *Revoluti* no Laboratório de Informática, no terceiro andar do prédio principal. Nele, os/as alunos/as podem montar arranjos para trabalhos em grupo de 2, 4, 6 ou mesmo em círculo para debates em sala de aula. Todas as mesas giratórias terão um computador a disposição do/a aluno/a, que poderá acessar e trabalhar em equipe com outros/as alunos/as e com professores/as, conectados em rede local e também à internet. Os computadores, já em processo de licitação para 2015,

terão processador 4 núcleos, 8GB de RAM, *Windows* 8.1 Pro 64 bits, disco rígido de 500GB, sendo estas especificações adequadas para a edição de vídeos, atividade fundamental para a comunicação em Libras e confecção de trabalhos (materiais didáticos, websites, apoio).

A brinquedoteca é um espaço sem conotação de aprendizagem obrigatória, ou seja, é um local privilegiado que valoriza a atividade lúdica, trazendo satisfação às necessidades da criança, contemplando todas as etapas do seu desenvolvimento. Além disso, para melhor organização dos brinquedos, estes são identificados/nomeados em sua caixa com a imagem, o sinal e a palavra correspondente na língua portuguesa, o que facilita a compreensão das crianças em relação ao jogo/brinquedo que está dentro da caixa e sua utilização.

O estúdio para produção audiovisual mede 32,63m². Conta com quatro câmeras de vídeo profissionais (*Camcorder*) com tripé, dois *switchers* de corte ao vivo de imagens, um computador dedicado para edição de vídeos, dois gravadores de vídeo portátil para armazenamento e transporte de arquivos com 320 GB, quatro microfones de lapela, oito refletores de luz fria, mesa de som de 16 canais, dois kits *chroma key*, quatro fones de ouvido profissionais, quatro caixas (monitores) de áudio para ilha de edição e um *teleprompter* conectado ao computador.

35.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS

O laboratório de informática irá contar com o serviço de técnicos de informática, que darão o suporte necessário aos/as estudantes do curso de Pedagogia. Para além disso, teremos tutores/as plantonistas especializados aos sábados. No atendimento da brinquedoteca, os/as surdos/as são estimulados através do brincar e por meio de uma mesma língua (Libras), ou seja, na interação entre os próprios colegas surdos/as e um instrutor surdo e/ou educador sinalizante.

REFERÊNCIAS

_____. *Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BHABHA, Homi. K. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007

BRASIL. Decreto n. 7.690, de 12 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2005. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18160.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 5, de 13 de dezembro de 2005. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Acesso em <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/633.pdf>> . Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e para a formação continuada. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (regulamenta o art. 80 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006** (dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 (altera dispositivos do Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL, Decreto nº 6.949, de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – “Plano Viver sem Limite”. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei 11.645, de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 (normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cpa/downloads/21_03_11_nucleo_docente_estruturante_resolucao_conaes_1__17_junho_2010.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CANDAU, Vera. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan-abri, 2008, p. 45-57.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de junho de 1996. <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacri; ROMÃO, José Eustáquio. Prefácio. GOMEZ, Margarita Victória. *Educação em Rede: uma visão emancipatória*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004, p. 13-20.

GALASSO, Bruno José Betti. *Do ensino em linha ao ensino online: perspectivas para a educação online baseada na mediação professor-aluno*. 2013. 217 f. Tese de Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOMEZ, Margarita Victória. *Educação em Rede: uma visão emancipatória*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

GIROUX, Henry. Cultura Popular, Disney e Política Pública: uma Entrevista com Henry Giroux. Entrevistadora: Márcia Moraes. *Fórum Crítico da Educação: Revista do ISEP*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, abr. 2003, p. 93-102.

INES. Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016). Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/PDI-2012-2016.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015;

JORGE RICARDO, Eleonora y Lucia Regina GOULART VILARINHO: —A educação a distância e o professor autor em tempos de cibercultural, SIGNOS EAD, febrero 2012, URL <http://p3.usal.edu.ar/index.php/ead/article/view/2011>, ISSN 1852-3536

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo, Cortez, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio. Currículo e estudos culturais: tensões e desafios em torno das identidades. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: ULBRA, 2005, p. 123-144.

NÓVOA, Antônio. *Professor, se forma na escola*. Entrevistadora Paula Gentile. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/professor-se-forma-escola-423256.shtml>>. Acesso em: 20 abril. 2013.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 51-74.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro; STUMPF, Marianne Rossi. In: A pedagogia da diferença para o surdo. In: LODI, Ana Cláudia Balileiro; MÉLO, Ana Claudia Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Orgs). *Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 113-124.

RICARDO, Eleonora Jorge; VILARINHO, Lucia Regina Goulart. A educação a distância e o professor autor em tempos de cibercultura, Signos EAD, p. 1-14, fev. 2012. Disponível em: < <file:///C:/Users/Leonardo/Downloads/2011-7035-2-PB.pdf>>. Acesso em 25. ago. 2015.

RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Müller de. Diferenças e Linguagens: a visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 40, p. 72-88, 2015.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio: Quart, 2000.

SKLIAR, Carlos. (Org.). *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: _____ . *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 7-32.

WRIGLEY, Owen. *The politics of deafness*. Washington: D.C. Gallaudet University Press, 1996.

ZUIN, Antônio A. S. Educação a distância ou educação distante? O programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 935-954, out. 2006.